



6

1

0

2



maia
CÂMARA MUNICIPAL

**PRESTAÇÃO DE CONTAS
RELATÓRIO DE GESTÃO SEMESTRAL**

CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
António Gonçalves Bragança Fernandes

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
António Domingos Silva Tiago

VEREADOR
Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga

VEREADORA
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VEREADOR
Jorge Luís Ferreira Catarino

VEREADOR
Mário Nuno Alves de Sousa Neves

VEREADOR
Paulo Fernando de Sousa Ramalho

VEREADORA
Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras

VEREADORA
Marta Moreira de Sá Peneda

VEREADORA
Ana Virgínia da Costa Pereira

VEREADOR
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

maia

CÂMARA MUNICIPAL

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS



6

1

0

2



maia
CÂMARA MUNICIPAL

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
ANÁLISE ORÇAMENTAL	11
ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL	13
MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS	15
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	18
EXECUÇÃO DA RECEITA	19
EXECUÇÃO DA DESPESA	22
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	25
FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM	29
FLUXOS DE CAIXA	29
CONTAS DE ORDEM	30
ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO	33
ENQUADRAMENTO	35
ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU	36
DÍVIDA TOTAL	36
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	39
SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	43
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA	47
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	49
ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU	52
LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL	53
ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS	54
APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL	58
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	65
BALANÇO	69
ATIVO	72
Imobilizado	72
Circulante	76
Acréscimos e Diferimentos Ativos	78
PASSIVO	79
Dívidas a Terceiros	80
Acréscimos e Diferimentos Passivos	82
FUNDOS PRÓPRIOS	83
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	85
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	95
RELATÓRIO SÍNTESE DA SROC	101

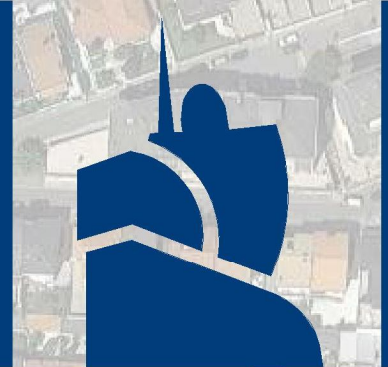


6

1

0

2



maia
CÂMARA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 77.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, compete ao auditor externo que procede à revisão legal das contas remeter semestralmente ao Órgão Deliberativo do Município informação sobre a respetiva situação económico-financeira.

O presente relatório de gestão semestral encerra, no essencial, e sem que contenha a profundidade e extensão da informação financeira prestada no final de cada exercício económico, uma apreciação síntese da execução orçamental e da situação económica e financeira do Município à data de 30 de junho de 2016.

Considerando a necessidade de sistematizar os diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico, encontra-se assim estruturado:

- No primeiro capítulo, desenvolve-se uma avaliação de natureza orçamental, centrada na execução global do orçamento, suas alterações e revisões, assim como nos fluxos de caixa e contas de ordem, seguida de uma breve abordagem à Receita e à Despesa Municipal.
- No segundo capítulo, inclui-se uma apreciação detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública e da organização.
- Por último, insere-se uma análise económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

Conclui-se a apreciação das contas com o Relatório Síntese de Conclusões Individual à Situação Económico Financeira do auditor externo que procede à revisão legal das contas.



6

1

0

2



maia

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ORÇAMENTAL

ANÁLISE ORÇAMENTAL

Com o objetivo de avaliar a capacidade financeira do município em executar o orçamento proposto, desenvolve-se de seguida uma breve comparação entre os orçamentos inicial, final e executado. A análise comparativa dos níveis de execução durante este primeiro semestre de 2016 é realizada tomando por referência os dados produzidos em período homólogo, referindo-se a taxa de execução da receita à cobrança efetiva e a taxa de execução da despesa às obrigações efetivamente pagas, bem como à despesa realizada.

Pela circunstância da inexistência de um orçamento semestral para o período em análise, não é possível alcançar, na quase totalidade das rubricas, taxas de execução de 100%; decorrida que está a primeira metade do exercício, para as rubricas com caráter de execução regular a referência será um índice em torno dos 50%. A generalidade das rubricas associadas a atividades municipais apresentam um comportamento regular e sistemático ao longo do exercício económico, sendo disso exemplo a maior parte da atividade operacional do município que apresenta grande periodicidade.

ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL

Quadro 1

ORÇAMENTO DO ANO DE 2016						
1º. SEMESTRE DE 2016						
	Previsão			Execução		
	Inicial	Final	Desvio	Valor	Desvio	Taxa de Execução %
Receitas Correntes	57.059.653	57.071.253	11.600	30.827.854	-26.243.399	54,02%
Receitas de Capital	12.091.802	769.700	-11.322.102	358.535	-411.166	46,58%
Outras Receitas	100	100	0	752	652	751,75%
Saldo da gerência anterior	0	11.310.502	11.310.502	11.310.502	0	100,00%
Total	69.151.555	69.151.555	0	42.497.642	-26.653.913	61,46%
Despesas Correntes	46.242.219	46.240.286	-1.933	20.092.052	-26.148.234	43,45%
Despesas de Capital	22.909.336	22.911.269	1.933	7.286.573	-15.624.696	31,80%
Total	69.151.555	69.151.555	0	27.378.625	-41.772.930	39,59%

Un: Euros

O orçamento inicial do município para o exercício de 2016 foi aprovado pelo valor de 69.151.555 €, tendo-se estimado para as receitas correntes 57.059.653 € e para as despesas correntes a dotação inicial de 46.242.219 €

Para as rubricas de capital, o orçamento inicial das despesas foi fixado em 22.909.336 € e o da receita em 12.091.802 €, daqui se infere que, ao momento da elaboração do orçamento anual, a expectativa seria de que parte da despesa com investimento futura fosse financiada por receitas de carácter corrente

- previsão que se tem verificado, como atestam os documentos de prestações de contas das anteriores gerências.

Aprovado o orçamento inicial nestes termos, ocorreram posteriormente onze modificações realizadas ao orçamento - dez Alterações e uma Revisão – que acabam por consubstanciaram-se em meros reajustamentos entre rubricas de classificação económica, sem qualquer impacto na dotação global do orçamento.

No que respeita ao cumprimento da regra do equilíbrio orçamental consagrada no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refira-se, desde logo, por um lado, que, independentemente da terminologia adotada nas normas citadas, o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento, da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos de execução orçamental.

Por outro lado, que o controlo e a demonstração do cumprimento da referida regra não decorre, atendendo aos seus pressupostos, diretamente dos documentos consagrados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais ao nível da contabilidade orçamental, como acontecia outrora.

Importa, por fim, realçar que esta norma revoga, ainda que tacitamente, o princípio do equilíbrio orçamental consagrado no ponto 3.1.1., al. e), do POCAL.

Assim, atendendo às fases subjacentes a cada ciclo orçamental, para efeitos de demonstração do cumprimento desta regra apresenta-se o quadro infra.

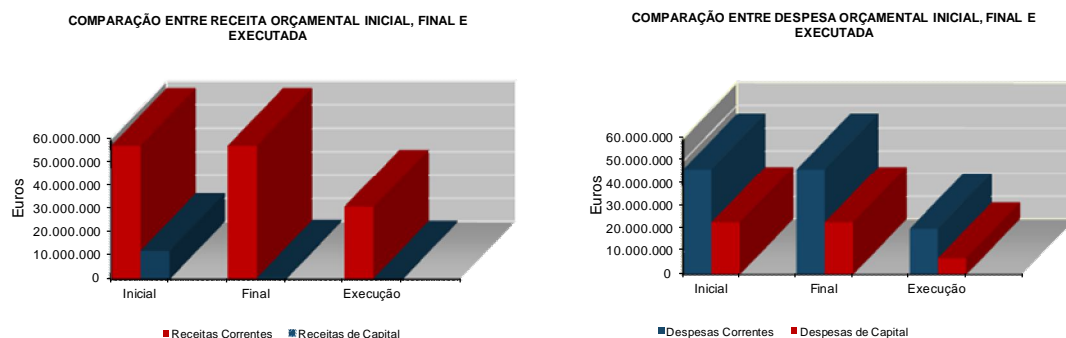
Quadro 2

PRINCIPIO DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL				
1.º Semestre de 2016				
		Dotação inicial	Dotação final	Execução orçamental
(1)	Receita Corrente	57.059.653	57.071.253	30.827.854
(2)	Despesa Corrente	46.242.219	46.240.286	20.092.052
(3)=(1)-(2)	Poupança corrente	10.817.434	10.830.967	10.735.802
(4)	Amortizações empréstimos de MLP	6.729.031	6.729.031	6.729.031
(5)=(3)-(4)		4.088.403	4.101.936	4.006.771

Un:Euros

Por conta desta dotação final orçada, o total da despesa corrente executada ascende a 20.092.052 € e o total da receita corrente cobrada a 30.827.854 €, a que correspondem taxas de execução na ordem dos 43% e 54%, respetivamente.

Gráfico 1



MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

Em matéria de execução orçamental, todavia, por vezes é necessário reforçar e ou anular a dotação das rubricas tendo em vista ajustar os valores previstos à realidade do período de gestão; durante o ciclo em apreço, foi necessário proceder a onze modificações orçamentais, das quais onze foram alterações e uma revisão, nos termos a seguir identificados.

Quadro 3

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
1.º SEMESTRE DO ANO 2016		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Despesa	10	1
Plano Plurianual de Investimentos	9	
Plano de Atividades Mais Relevantes	10	1
Orçamento da Receita	2	

Un: Número

Analisando a forma como se desenrolaram as dotações orçamentais, em face dos consecutivos ajustamentos efetuados nos diferentes capítulos económicos da Despesa e da Receita, encontram-se sistematizados nos quadros seguintes as inscrições/reforços e as diminuições/anulações efetuadas ao valor inicial do orçamento, donde é possível retirar as conclusões que de seguida se enunciam.

Quadro 4

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA								
1º. SEMESTRE DE 2016								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	46.242.219	66,87%	2.674.878	2.676.812	46.240.286	66,87%	-1.933	0,00%
01 Despesas com o pessoal	20.082.674	29,04%	355.173	355.173	20.082.674	29,04%	0	0,00%
02 Aquisição de Bens e Serviços	16.653.895	24,08%	1.634.043	759.113	17.528.825	25,35%	874.930	5,25%
03 Juros e Outros Encargos	679.800	0,98%	0	18.207	661.593	0,96%	-18.207	-2,68%
04 Transferências Correntes	3.978.700	5,75%	172.650	358.688	3.792.662	5,48%	-186.038	-4,68%
05 Subsídios	4.110.800	5,94%	0	1.170.400	2.940.400	4,25%	-1.170.400	-28,47%
06 Outras Despesas Correntes	736.350	1,06%	513.013	15.230	1.234.133	1,78%	497.783	67,60%
Despesas Capital	22.909.336	33,13%	1.410.598	1.408.665	22.911.269	33,13%	1.933	0,01%
07 Aquisição de Bens de Investimento	14.821.650	21,43%	1.293.015	1.293.015	14.821.650	21,43%	0	0,00%
08 Transferências de capital	2.111.000	3,05%	117.583	115.650	2.112.933	3,06%	1.933	0,09%
09 Ativos Financeiros	427.186	0,62%	0	0	427.186	0,62%	0	0,00%
10 Passivos Financeiros	5.546.407	8,02%	0	0	5.546.407	8,02%	0	0,00%
11 Outras Despesas de Capital	3.093	0,00%	0	0	3.093	0,00%	0	0,00%
TOTAL	69.151.555	100,00%	4.085.477	4.085.477	69.151.555	100,00%	0	0,00%

UnEuros

Em consequência das dez alterações realizadas ao orçamento da despesa registaram-se reforços no valor global de 4.085.477 € que tiveram como única contrapartida a diminuição de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas.

A modificação positiva de maior significado foi no âmbito das Despesas de Correntes, na componente das “Aquisição de Bens e Serviços”, no valor de (+) 874.930 €, apenas acompanhada pelas “Outras Despesas Correntes” com (+) 497.783 €, uma vez que todas as demais reduzem.

Apreciação similar em matéria de modificação negativa mais significativa, remete-nos para a anulação de (-) 1.170.400 € na rubrica de “Subsídios”, que fica a dever-se sobretudo à não concretização da entrada em vigor do “Contrato de Gestão Delegada a celebrar entre o Município da Maia e a Empresa Municipal “MAIAMBIENTE”, na sequência do atraso do visto do Tribunal Contas. Este facto originou a necessidade de transferir para a rubrica de “Aquisição de Bens e Serviços” a verba necessárias, para fazer face aos pagamentos dos encargos mensais com a receção dos resíduos sólidos urbanos.

Acresce ainda uma variação negativa de (-) 186.038 € na rubrica da “Transferências Correntes”, que contribui sobretudo para o reforço da rubrica “Outras Despesas Correntes”, necessidade decorrente de imposições legais levadas ao nosso conhecimento no decurso do ano, impossíveis de prever aquando da elaboração do Orçamento inicial, como sejam as restituições de impostos e taxas e encargos de sentença de tribunal.

Por último, com pouco significado, temos uma redução de (-) 18.207 € na rubrica “Juros e Outros Encargos” na sequência da descida das taxas de juros que têm vindo a ser praticadas pelas Instituições Financeiras.

No grupo das despesas de capital, verifica-se apenas uma variação positiva de (+) 1.933 € nas “Transferências de Capital” que foi determinada pela necessidade de reforçar a económica 080301 – Estado, a fim de permitir o pagamento no âmbito do “Contrato de Subdelegação de competências entre o Município da Maia e o Agrupamento de Escolas Gonçalo Mendes da Maia”, aprovado na reunião de Câmara de 30 de Dezembro de 2015.

Na alçada do Plano Plurianual de Investimentos nenhuma das nove alterações formalizadas implicou qualquer aumento da dotação global do orçamento, tendo como único objetivo reajustamentos de natureza diversa na despesa associada a vários projetos, tendo o mesmo se verificado nas dez alterações efetuadas ao Plano das Atividades Mais Relevantes.

No que respeita à revisão efetuada ao Plano das Atividades Mais Relevantes teve por objetivo:

- Dotar orçamentalmente os exercícios futuros o Projeto n.º 46 de 2016, denominado “Contrato de gestão delegada pela Maiambiente, E.M.”, inscrito no “Objetivo/Programa 2.4.5”, provocando um aumento em exercícios futuros no montante de 4.741.342 €, no âmbito do Contrato celebrado entre o Município da Maia e a Empresa Municipal “Maiambiente, E.M.”
- A inscrição do Projeto n.º 52 de 2016, no Objetivo/Programa 3.5.4, na dotação “Não Definida” o montante de 1.231.273 €, necessário para efeitos de formalização dos Encargos decorrentes da dissolução da “Tecmaia – Parque de Ciências e Tecnologia da Maia, E.M.”.Quadro 1

Quadro 5

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À RECEITA								
1.º SEMESTRE DE 2016								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	57.059.653	82,51%	11.600	0	57.071.253	82,53%	11.600	0,02%
01 Impostos Diretos	33.261.300	48,10%	0	0	33.261.300	48,10%	0	0,00%
02 Impostos Indiretos	1.908.400	2,76%	0	0	1.908.400	2,76%	0	0,00%
04 Taxas, Multas e outras Penalidades	734.900	1,06%	0	0	734.900	1,06%	0	0,00%
05 Rendimentos de Propriedade	2.609.300	3,77%	0	0	2.609.300	3,77%	0	0,00%
06 Transferências Correntes	15.293.553	22,12%	11.600	0	15.305.153	22,13%	11.600	0,08%
07 Venda de Bens e Prestações de Serviços	3.136.500	4,54%	0	0	3.136.500	4,54%	0	0,00%
08 Outras Receitas Correntes	115.700	0,17%	0	0	115.700	0,17%	0	0,00%
Receitas Capital	12.091.802	17,49%	2.300	11.324.402	769.700	1,11%	-11.322.102	-93,63%
09 Venda de Bens de Investimento	11.661.307	16,86%	0	11.324.402	336.905	0,49%	-11.324.402	-97,11%
10 Transferência de Capital	380.795	0,55%	2.300	0	383.095	0,55%	2.300	0,60%
11 Ativos Financeiros	48.600	0,07%	0	0	48.600	0,07%	0	0,00%
12 Passivos Financeiros	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0	-
13 Outras Receitas de Capital	1.100	0,00%	0	0	1.100	0,00%	0	0,00%
Outras Receitas	100	0,00%	11.310.502	0	11.310.602	16,36%	11.310.502	113.1050,167%
15 Reposições não abatidas nos Pagamentos	100	0,00%	0	0	100	0,00%	0	0,00%
16 Saldo da Gerência Anterior	0	0,00%	11.310.502	0	11.310.502	16,36%	11.310.502	-
TOTAL	69.151.555	100,00%	11.324.402	11.324.402	69.151.555	100,00%	0	0,00%

Un:Euros

Em matéria de Orçamento da Receita foram formalizadas duas alterações, que conjuntamente não implicaram qualquer aumento da dotação global do orçamento, uma vez que tiveram como contrapartida a diminuição de rubricas que se encontravam excessivamente dotadas.

A primeira Alteração teve por finalidade a inscrição de receitas legalmente consignadas no montante de 13.900,00 Euros nas seguintes rubricas de classificações Económicas:

- 06.03.06 – Transferências Correntes – Administração Central - Estado – Participação comunitária em projetos cofinanciados, no valor de 11.600,00€

- 10.03.07 – Transferências de Capital – Administração Central - Estado – Participação comunitária em projetos cofinanciados, no valor de 2.300,00€

A segunda alteração ao Orçamento da Receita teve como finalidade a integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior” no montante de 11.310.501,67 €, não teve qualquer impacto na dotação global do orçamento, uma vez que se procedeu ao respetivo ajustamento por via da diminuição do saldo da rubrica “Venda de Bens de Investimento”, que se encontrava com dotação excedentária – devida, por sua vez, à impossibilidade de concretizar um conjunto de expectativas de arrecadação de receita que, por circunstâncias associadas à conjuntura económica desfavorável e alheias à vontade do executivo municipal, se afiguram agora de probabilidade diminuta.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Quadro 6

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL								
1.º SEMESTRE 2015					1.º SEMESTRE 2016			
	Previsão Final	Execução	Desvio	Taxa Execução %	Previsão Final	Execução	Desvio	Taxa Execução %
Receitas Correntes	56.165.730	26.791.237	-29.374.493	47,7%	57.071.253	30.827.854	-26.243.399	54,0%
Receitas de Capital	21.871.179	12.471.594	-9.399.585	57,0%	769.700	358.535	-411.166	46,6%
Outras Receitas	100	1517	1.417	1516,9%	100	752	652	751,8%
Saldo da gerência anterior	3.234.891	3.234.891	0	100,0%	11.310.502	11.310.502	0	100,0%
Total	81.271.900	42.499.239	-38.772.661	52,3%	69.151.555	42.497.642	-26.653.913	61,5%
Despesas Correntes	45.221.983	19.492.977	-25.729.006	43,1%	46.240.286	20.092.052	-26.148.234	43,5%
Despesas de Capital	36.049.917	10.026.053	-26.023.865	27,8%	22.911.269	7.286.573	-15.624.696	31,8%
Total	81.271.900	29.519.029	-51.752.871	36,3%	69.151.555	27.378.625	-41.772.930	39,6%

Un: Euros

Avaliando os dados constantes no Quadro 6 e uma vez excluído o saldo da gerência anterior, é visível que os valores da execução orçamental da receita reduzem em relação a período homólogo, em resultado da diminuição acentuada das receitas de capital, não obstante o acréscimo significativo das receitas correntes. A incorporação do saldo da gerência anterior posiciona a execução orçamental da receita em níveis similares aos do ano transato.

Igual tendência apresenta a execução orçamental da despesa, cujos valores totais também diminuem por força do comportamento diferenciado das suas duas componentes, que aumentam em matéria de despesas correntes, em contraposição com a diminuição dos níveis de execução das despesas de capital.

EXECUÇÃO DA RECEITA

Quadro 7

Estrutura Geral da Receita						
Descrição	1.º Semestre 2015		1.º Semestre 2016		Variação da Cobrança 2015/2016	
	Execução (a)	Dotação Final (b)	Execução (c)	Taxa de Execução (c)/(b)	Valor (c)-(a)	Variação [(c)-(a)]/a
Receitas Correntes:	26.791.237	57.071.253	30.827.854	54,0%	4.036.617	15,1%
Impostos Diretos	14.855.334	33.261.300	18.146.877	54,6%	3.291.543	22,2%
Imposto Municipal s/ Imóveis	9.696.413	20.923.400	9.568.959	45,7%	-127.454	-1,3%
Imposto Único de Circulação	1589.335	3.170.100	1607.971	50,7%	18.636	1,2%
Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	2.135.080	3.553.300	6.661.536	187,5%	4.526.456	212,0%
Derrama	1.431.291	5.589.900	299.759	5,4%	-1.131.531	-79,1%
Impostos Abolidos	3.216	21.600	0	0,0%	-3.216	-100,0%
Impostos diretos diversos	0	3.000	8.652	288,4%	8.652	
Impostos Indirectos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.676.000	2.643.300	1.607.002	60,8%	-68.998	-4,1%
Mercados e Feiras	12.311	25.400	12.481	49,1%	170	1,4%
Lo teamentos e Obras	548.664	961.100	551.535	57,4%	2.872	0,5%
Ocupação da Via Pública	704.007	962.000	731.504	76,0%	27.498	3,9%
Publicidade	83.825	116.900	86.059	73,6%	2.234	2,7%
Caça, uso e porte de arma	3	100	0	0,0%	-3	
Multas e Outras Penalidades	201.968	349.900	107.836	30,8%	-94.132	-46,6%
Outros	125.222	227.900	117.586	51,6%	-7.636	-6,1%
Rendimentos de Propriedade	1.393.395	2.609.300	1.247.386	47,8%	-146.009	-10,5%
Transferências Correntes	6.869.335	15.305.153	7.803.327	51,0%	933.993	13,6%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	1.928.951	3.136.500	1.933.519	61,6%	4.568	0,2%
Outras Receitas Correntes	68.222	115.700	89.743	77,6%	21.521	31,5%
Receitas de Capital:	12.471.594	769.700	358.535	46,6%	-12.113.060	-97,1%
Venda de Bens de Investimento	35.920	336.905	35.891	10,7%	-29	
Transferências de Capital	3.233.003	383.095	320.226	83,6%	-2.912.777	-90,1%
Activos Financeiros	2.671	48.600	2.416	5,0%	-254	-9,5%
Passivos Financeiros	9.200.000	0	0	0,0%	-9.200.000	-100,0%
Outras Receitas de Capital	0	1.100	0	0,0%	0	
Outras Receitas (Rep. não abatidas nos pag.)	1.517	100	752	751,8%	-765	-50,4%
Total das Receitas	39.264.348	57.841.053	31.187.140	53,9%	-8.077.208	-20,6%
Saldo da Gerência Anterior	3.234.891		113.10.502			
Total da Receita com saldo da Gerência Anterior	42.499.239	57.841.053	42.497.642	73,5%	-1.597	0,0%

Da apreciação dos dados constantes do Quadro 7 conclui-se que, no final do primeiro semestre de 2016 o total da receita cobrada bruta, excluído que seja o saldo da gerência anterior, atingiu o valor de 31.187.140 € (30.827.854 € provenientes de receitas correntes e 358.535 € de capital), refletindo um decréscimo de (-) 20,6% face a período análogo do ano transato.

Uma vez que as receitas correntes aumentam cerca de (+) 15% em relação a período homólogo, (+) 4.036.617 €, tal comportamento encontra-se influenciado sobremaneira pela variação negativa ocorrida no agrupamento da receita na vertente capital, designadamente por via dos Passivos Financeiros, com uma redução de (-) 9.200.000 €, bem como das Transferências de Capital, com uma redução de (-) 2.912.777 €. Neste âmbito, o decréscimo apresentado é consequência direta da diminuição das verbas provenientes de projetos financiados, em termos do QREN.

Note-se porém, que a rubrica Passivos Financeiros é aquela que mais determina o decréscimo observado no total de receita arrecadada, (-) 8.077.208 €. Este desempenho fica a dever-se ao facto de na gerência anterior se ter contraído um empréstimo de médio e longo prazo, que depende única e exclusivamente das decisões de gestão que são adotadas para cada exercício económico.

Em consonância com resultados de anteriores gerências, as receitas correntes ao totalizarem 30.827.854 € permanecem com o maior peso avocando cerca de 99% do total da receita cobrada, e aumentam (+) 4.036.617 €, devido às variações positivas nos Impostos Diretos, (+) 3.291.543 €, nas Transferências Correntes, (+) 933.993 €, e residualmente nas Outras Receitas Correntes e Venda de Bens e Prestação de Serviços, com (+) 21.521 € e (+) 4.568 €, respetivamente. Em sentido inverso a atenuar aquele acréscimo verificam-se decréscimos nos Rendimentos de Propriedade, (-) 146.009 €, e nos Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades, (-) 68.998 €

Atenta a sua expressividade, a receita fiscal - Impostos Diretos - representa, *per si*, cerca de 58% do total da receita cobrada bruta, pelo que se dará maior enfoque a esta vertente.

Os Impostos Diretos ao exibirem 18.146.877 € constituem a fonte de receita própria mais expressiva do município, sobressaindo em especial o aumento significativo do Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) (+) 4.526.456 €. Com contributos mais modestos, o Imposto Único de Circulação (+) 18.636 € e a Contribuição Especial com (+) 8.652 € apresentam-se também positivos. Em relação ao IMT, é plausível apontar a melhoria de cenário macroeconómico.

Com tendência inversa, o Imposto Municipal s/ Imóveis (IMI) apresenta uma diminuição de (-) 127.454 €, a Derrama (-) 1.131.531 € e os Impostos Abolidos, com receita orçamental nula. Não obstante a comparação com período homólogo ser negativa, o IMI é reiteradamente a maior fonte de financiamento da atividade autárquica.

Na componente Impostos Indiretos, Taxas Multas e Outras Penalidades, salienta-se a diminuição da rubrica Multas e Outras Penalidades (-) 94.132 €, sendo esta a grande responsável pela inversão da tendência positiva deste agregado. Do lado das variações positivas destaca-se a Ocupação da Via Pública (+) 27.498 €, os Loteamentos e Obras (+) 2.872 € e a Publicidade com (+) 2.234 €

Em matéria de Rendimentos de Propriedade, o decréscimo de (-) 146.009 € fica a dever-se sobretudo ao comportamento da rubrica *Dividendos e participações nos lucros de sociedades e quase-sociedades não financeiras*, verificando-se à data de 30 de junho, apenas a distribuição de dividendos por parte da participada “Municipia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A” no valor de 1.593,97 €

Quanto às Transferências Correntes, o aumento de (+) 933.993 €, é resultado da celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências, entre o Ministério da Educação e Ciência (MEC) e o Município da Maia.

A Venda de Bens e Prestação de Serviços, onde estão incluídos os serviços sociais (serviços de educação e de apoio à família) e serviços desportivos, apresentam uma variação positiva de (+) 4.568 €. As Outras Receitas Correntes, apesar da sua variação positiva (+) 21.521 €, não têm qualquer influência no resultado final.

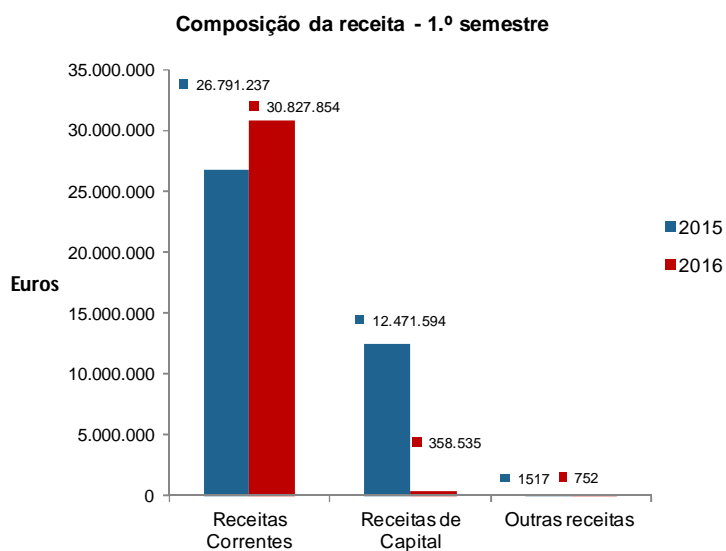
No âmbito das Receitas de Capital, a acentuada queda (-) 12.113.060 €, é justificada pela redução de ambas as suas componentes mais significativas, os Passivos Financeiros (-) 9.200.000 € e as Transferências de Capital (-) 2.912.777 €. Como inicialmente se elucidou, a performance dos Passivos Financeiros, resultou do facto de não se contrair qualquer empréstimo no período em questão, quanto às

Transferências de Capital na base do seu decréscimo está a redução de verbas provenientes de projetos financiados pelo QREN.

Importa anotar, à semelhança de exercícios anteriores a relevância das receitas correntes ao avocar para si cerca de 99% do total da receita, dos quais se destacam pela sua materialidade, os Impostos Diretos e as Transferências Correntes.

No que à execução orçamental concerne, refere-se que no 1.º semestre de 2016, esta atingiu cerca de 54% do previsto, valor superior ao verificado em igual período do ano transato, que se situou em cerca de 50%.

Gráfico 2



EXECUÇÃO DA DESPESA

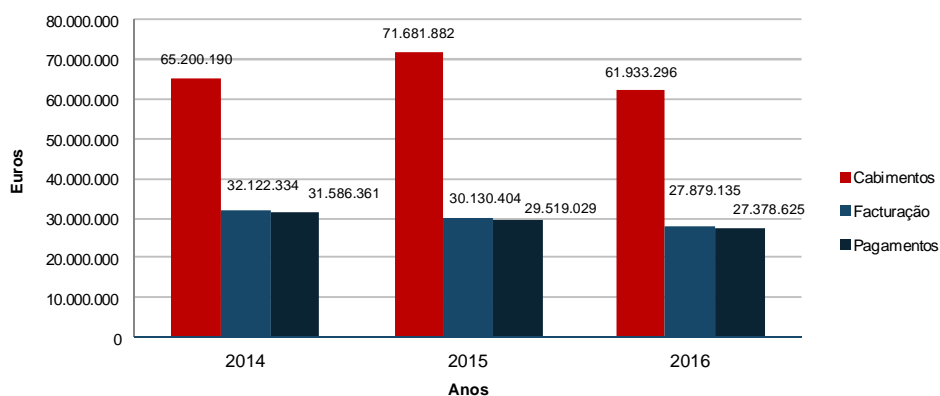
Quadro 8

EXECUÇÃO DA DESPESA													
1.º Semestre													
	Dotações Corrigidas 2016	Cabimentos		Tx cresc 2015-2016	Faturação		Tx cresc 2015-2016	Pagamentos		Tx cresc 2015-2016	Tx Execução 2016		
		2015	2016		2015	2016		2015	2016		Cabimentos/ Dotações	Pagamentos/ Cabimentos	Pagamentos/ Faturação
Pessoal	20.082.674	19.189.841	19.873.562	3,6%	9.801.021	9.827.897	0,3%	9.765.522	9.786.565	0,2%	99,0%	49,2%	99,6%
Aquisição de Bens e Serviços	17.528.825	16.900.934	16.089.477	-4,8%	7.922.098	7.867.936	-0,7%	7.683.168	7.735.975	0,7%	91,8%	48,1%	98,3%
Juros e Outros Encargos	661.593	541.406	606.490	12,0%	95.578	222.129	132,4%	95.578	222.129	132,4%	91,7%	36,6%	100,0%
Transferências Correntes	3.792.662	2.819.429	3.328.318	18,0%	1.442.101	1.510.406	4,7%	1.438.730	1.499.013	4,2%	87,8%	45,0%	99,2%
Subsídios	2.940.400	1.940.315	2.934.343	51,2%	281.387	0	-100,0%	281.387	0	-100,0%	99,8%	0,0%	
Outras Despesas Correntes	1.234.133	734.449	1.191.698	62,3%	304.546	924.592	203,6%	228.593	848.370	271,1%	96,6%	71,2%	91,8%
Total despesas correntes	46.240.286	42.126.373	44.023.889	4,5%	19.846.732	20.352.960	2,6%	19.492.977	20.092.052	3,1%	95,2%	45,6%	98,7%
Aquisição de Bens de Capital	14.821.650	23.174.772	10.755.734	-53,6%	7.085.775	4.337.253	-38,8%	7.058.592	4.311.243	-38,9%	72,6%	40,1%	99,4%
Transferências de Capital	2.112.933	1.329.806	1.180.351	-11,2%	516.055	501.187	-2,9%	499.212	501.187	0,4%	55,9%	42,5%	100,0%
Activos Financeiros	427.186	537.487	427.186	-20,5%	427.186	427.186	0,0%	213.593	213.593	0,0%	100,0%	50,0%	50,0%
Passivos financeiros	5.546.407	4.512.444	5.546.137	22,9%	2.254.656	2.260.550	0,3%	2.254.656	2.260.550	0,3%	100,0%	40,8%	100,0%
Outras Despesas de Capital	3.093	1.000	0	-100,0%	0	0		0	0		0,0%		
Total despesas capital	22.911.269	29.555.509	17.909.407	-39,4%	10.283.672	7.526.176	-26,8%	10.026.053	7.286.573	-27,3%	78,2%	40,7%	96,8%
TOTAL	69.151.555	71.681.882	61.933.296	-13,6%	30.130.404	27.879.135	-7,5%	29.519.029	27.378.625	-7,3%	89,6%	44,2%	98,2%
Lêv Euros													

Un: Euros

Gráfico 3

Execução da Despesa - 1.º Semestre



Da observação dos dados do Quadro 8, verifica-se no final deste semestre, em relação ao período homólogo, uma diminuição de (-) 13,6% no total dos cabimentos, acompanhado de um decréscimo da faturação total e dos pagamentos na ordem dos (-) 7%, sendo esta diminuição influenciada pelo comportamento das despesas de capital.

Ao nível dos cabimentos, a diminuição constatada de (-) 9.748.585 € resulta principalmente da redução da rubrica de *aquisição de bens de capital* com (-) 12.419.039 € associada ao menor fluxo de valores para obras participadas por fundos comunitários, e com menor materialidade, dos decréscimos da

aquisição de bens e serviços com (-) 811.456 € e das *transferências de capital, ativos financeiros e outras despesas de capital* que totalizam (-) 260.756 €

Em sentido contrário, verificam-se acréscimos nas rubricas de passivos financeiros, (+) 1.033.693 €, nos subsídios, (+) 994.028 €, no pessoal, (+) 683.721 €, nas transferências correntes, (+) 508.889 €, nas outras despesas correntes, (+) 457.250, e de forma mais residual na rubrica dos juros e outros encargos com (+) 65.084 €

No âmbito das despesas com *pessoal*, importa anotar que o acréscimo assinalado ficou a dever-se não só à reversão da redução remuneratória a partir de 1 de janeiro de 2016, constante da Lei n.º 159-A/2015 de 30 de dezembro, mas principalmente à integração de pessoal não docente do Agrupamento Gonçalo Mendes da Maia, no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, que originou um aumento significativo das despesas com pessoal do Município.

Relativamente à despesa total faturada, esta ascendeu a 27.879.135 €, dos quais 415.439 € respeitam a despesa transitada do ano anterior e 27.463.697 € à nova faturação de 2016, evidenciando no período em análise, um decréscimo global de (-) 2.251.269 €, (-) 7,5%, face ao período homólogo.

Concorre para esta diminuição o comportamento verificado, no agregado das despesas de capital, com uma descida de (-) 26,8%, sendo a rubrica de *aquisição de bens de capital* que contribui de forma decisiva para o desempenho global desse agrupamento, com uma variação que atingiu (-) 2.748.522 €, destacando-se nesta rubrica, o pagamento referente ao processo de dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, de subscrição particular, denominado “Praça Maior”, cujo processo foi aprovado em reunião de câmara de 18/12/2015 e visado pelo Tribunal de Contas em 05/01/2016, seguindo-se em menor monta o decréscimo da rubrica das *transferências de capital com* (-) 14.868 €

Do lado das despesas de natureza corrente, observa-se um acréscimo na faturação de (+) 2,6%, relevando-se no entanto, no grupo dos *subsídios* e na *aquisição de bens e serviços*, uma variação negativa, atingindo conjuntamente um decréscimo de (-) 335.549 €

Com maior relevância sobressai o acréscimo de (+) 620.045 € na rubrica de *outras despesas correntes* e os *juros e outros encargos* com uma variação de (+) 126.552 €, e com menor impacto as *transferências correntes* com um aumento de (+) 68.304 €, e o *pessoal com* (+) 26.876 €

Em matéria de despesa paga, esta ascendeu a 27.378.625 €, apresentando um decréscimo de (-) 7,3%, comparativamente com o período homólogo, revelando no entanto, em termos de taxas de execução, uma excelente taxa obtida nos pagamentos em relação à faturação, ao atingir neste período 98%.

Assinala-se que o total que se encontra por pagar se reporta a faturação emitida em datas próximas do final do mês de junho, encontrando-se uma grande parte em conferência e, por maioria de razão, não vencida, pelo que, a sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo.

Atendendo à sua importância, efetua-se de seguida uma apreciação detalhada à nova despesa faturada, isto é, à faturação com origem no exercício de 2016.

Quadro 9

EVOLUÇÃO DA DESPESA FATURADA						
1.º Semestre						
	2015		2016		Variação da Nova Faturação 2015/2016	
	Transitada de 2014	Nova Faturação Junho	Transitada de 2015	Nova Faturação Junho	Valor	Taxa Crescimento
Pessoal	39.704	9.761.317	43.706	9.784.190	22.873	0,2%
Aquisição de Bens e Serviços	402.525	7.519.573	285.176	7.582.760	63.187	0,8%
Juros e Outros Encargos	0	95.578	0	222.129	126.552	132,4%
Transferências Correntes	200	1.441.901	0	1.510.406	68.504	4,8%
Subsídios	0	281.387	0	0	-281.387	-100,0%
Outras Despesas Correntes	77.464	227.082	75.629	848.963	621.881	273,9%
Total despesas correntes	519.893	19.326.838	404.512	19.948.448	621.610	3,2%
Aquisição de Bens de Capital	51.682	7.034.094	10.927	4.326.326	-2.707.768	-38,5%
Transferências de Capital	0	516.055	0	501.187	-14.868	-2,9%
Activos Financeiros	0	427.186	0	427.186	0	0,0%
Passivos financeiros	0	2.254.656	0	2.260.550	5.894	0,3%
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0	
Total despesas capital	51.682	10.231.990	10.927	7.515.248	-2.716.742	-26,6%
TOTAL	571.575	29.558.829	415.439	27.463.697	-2.095.132	-7,1%

Un: Euros

* A faturação transitada está atualizada tendo em conta os movimentos de estorno que se efetuaram em 2016 e que respeitam a faturação de anos anteriores.

Como é dado a observar, pela análise do Quadro 9, a faturação nova realizada em 2016 ascendeu a 27.463.697 €, sendo visível uma diminuição global da despesa de (-) 7,1%, (-) 2.095.132 € face ao período homólogo, maioritariamente explicada pela redução de (-) 26,6% da faturação das despesas de capital ao apresentar um decréscimo de (-) 2.716.742 €, não obstante o acréscimo constatado nas despesas de natureza corrente, que evidenciam um aumento de (+) 3,2%, (+) 621.610 €, não comprometendo no entanto, a tendência decrescente no total geral das despesas.

No que se refere às despesas de capital, a redução evidenciada de (-) 26,6%, é essencialmente explicada pelo decréscimo da rubrica de *aquisição de bens de capital* com (-) 2.707.768 €, seguindo-se a variação pouco significativa da rubrica das *transferências de capital* de (-) 14.868 € e com um crescimento residual, predominam os passivos financeiros com (+) 5.894 €

Do lado das despesas de natureza corrente, verifica-se uma variação de (+) 3,2% atenuada apenas pela rubrica dos *subsídios* atribuídos a empresas municipais, com um decréscimo de (-) 281.387 €, contribuindo para esta variação o acréscimo da rubrica de *outras despesas correntes* com (+) 621.881 €, seguindo-se o aumento dos *juros e outros encargos* com (+) 126.552 €, as transferências correntes com (+) 68.504 €, a *aquisição de bens e serviços* com (+) 63.187 € e a rubrica das despesas com *pessoal* com (+) 22.873 €

Relativamente ao acréscimo verificado na rubrica das *outras despesas correntes*, a qual agrega um conjunto diversificado de despesas, decorre da restituição de impostos à Autoridade Tributária, por encargos de liquidação e cobrança, bem como ocorrência de alguns reembolsos.

Quanto à variação constatada nos *juros e outros encargos*, é essencialmente justificada pelo pagamento de juros do empréstimo bancário contratado na anterior gerência com o BPI, no montante de 9.200.000 €, para aquisição de dois lotes de terreno na Tecmaia.

O acréscimo nas despesas com pessoal, é explicado como já foi mencionado anteriormente, pela reversão da redução remuneratória a partir de 1 de janeiro de 2016, constante da Lei n.º 159 – A/2015 de 30 de dezembro, mas também pela integração de pessoal não docente do Agrupamento Gonçalo Mendes da Maia, no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, originando um ligeiro aumento das despesas com pessoal do Município, que caso contrário teria mesmo diminuído.

Com efeito, uma vez excluídas as despesas com pessoal proveniente das novas competências subjacentes ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, cujo montante ascendeu a 302.653 €, a execução orçamental das despesas com pessoal do município no final deste primeiro semestre totalizaria 9.481.537 €, indicando um decréscimo, contrariamente ao crescimento assinalado.

No cômputo global da despesa faturada nova, justifica-se uma análise autónoma às duas componentes da rubrica *aquisição de bens e serviços*.

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Em matéria de *aquisição de bens e serviços*, no cômputo global da despesa faturada nova, proceder-se-á de seguida a uma análise das suas duas componentes, *Bens* e *Serviços*, como é visível nos quadros seguintes.

Quadro 10

EVOLUÇÃO DA DESPESA FATURADA				
AQUISIÇÃO DE BENS				
1.º Semestre				
	2015	2016	Variação 2015/2016	
	Nova faturação	Nova faturação	Valor	%
Matérias-primas e subsidiárias	120.001	115.235	-4.766	-4,0%
Combustíveis e lubrificantes				
Gasolina	28.831	12.187	-16.644	-57,7%
Gasóleo	94.436	89.279	-5.157	-5,5%
Outros	16.908	14.941	-1.967	-11,6%
Munições, explosivos e artifícios	0	0	0	
Limpeza e higiene	18.655	12.562	-6.093	-32,7%
Alimentação - Refeições confeccionadas	805.028	827.645	22.617	2,8%
Alimentação - Géneros para confeccionar	1743	1513	-230	-13,2%
Vestuário e artigos pessoais	11.334	22.505	11.171	98,6%
Material de escritório	23.877	23.312	-565	-2,4%
Produtos químicos e farmacêuticos	9.331	14.903	5.572	59,7%
Produtos vendidos nas farmácias	0	0	0	
Material de consumo clínico	281	334	53	18,9%
Material de transporte - Peças	9.391	8.346	-1.045	-11,1%
Material de consumo hoteleiro	3.292	549	-2.743	-83,3%
Outro material - Peças	11.867	1.936	-9.930	-83,7%
Prémios, condecorações e ofertas	12.830	81.300	68.469	533,7%
Mercadorias para venda				
Outros	0	0	0	
Ferramentas e utensílios	4.615	4.382	-233	-5,1%
Livros e documentação técnica	106	402	296	279,2%
Artigos honoríficos e de decoração	0	0	0	
Material de educação, cultura e recreio	9.711	25.428	15.716	161,8%
Outros bens	126.529	83.626	-42.903	-33,9%
TOTAL	1.308.766	1.340.386	31.620	2,4%

Un: Euros

* A faturação transitada está atualizada tendo em conta os movimentos de estorno que se efetuaram em 2016 e que respeitam a faturação de anos anteriores.

A despesa faturada com aquisição de bens, não obstante a redução verificada na maioria das suas componentes, apresenta neste período um aumento de (+) 31.620 €, que corresponde a uma variação percentual de (+) 2,4%. Tal resultado advém essencialmente do comportamento de algumas rubricas, destacando-se a de “prémios, condecorações e ofertas”, que apresentou um acréscimo de (+) 68.469 €, referindo-se sobretudo á aquisição de estatuetas para o município da Maia, bem como aquisição de produtos para ofertas institucionais.

A contribuir também para o cenário de acréscimo deste agrupamento de despesa, embora com uma menor expressividade, surgem ainda as rubricas de *alimentação – refeições confeccionadas, material de educação, cultura e recreio e vestuário e artigos pessoais*, que conjuntamente perfazem o montante de (+) 49.504 €.

Em contraciclo neste agrupamento de despesa, no total de decréscimos que perfazem (-) 92.275 € destaca-se o agregado de *outros bens*, com uma variação de (-) 42.903 €, seguindo-se as rubricas de *combustíveis e lubrificantes – gasolina, outro material - peças, limpeza e higiene, combustíveis e lubrificantes – gasóleo, matérias-primas e subsidiárias*, que na sua globalidade contribuem com (-) 42.589€.

Quadro 11

EVOLUÇÃO DA DESPESA FATURADA				
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
1.º Semestre				
	2015	2016	Variação 2015/2016	
	Nova faturação	Nova faturação	Valor	%
Encargos de instalações	1349.409	1314.674	-34.735	-2,6%
Limpeza e higiene	51738	79.221	27.483	53,1%
Conservação de bens	124.484	116.440	-8.043	-6,5%
Locação de edifícios	0	0	0	
Locação de material de informática	0	0	0	
Locação de outros bens	189.781	225.506	35.726	18,8%
Comunicações	121040	117.641	-3.400	-2,8%
Transportes	165.788	140.642	-25.146	-15,2%
Representação dos serviços	9.934	12.681	2.746	27,6%
Seguros	98.498	110.969	12.470	12,7%
Deslocações e estadas	10.387	12.615	2.228	21,5%
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	134.396	89.793	-44.602	-33,2%
Formação	15.440	9.516	-5.924	-38,4%
Seminários, exposições e similares	0	75	75	
Publicidade	81600	43.922	-37.678	-46,2%
Vigilância e segurança	307.478	360.739	53.261	17,3%
Assistência técnica	234.271	225.939	-8.332	-3,6%
Outros trabalhos especializados	1359.548	1382.756	23.208	1,7%
Utilização de infra-estruturas de transportes	0	0	0	
Serviços de saúde	12.700	8.515	-4.185	-33,0%
Outros serviços especializados	0	0	0	
Encargos de cobrança de receitas	324.066	430.779	106.713	32,9%
Outros serviços				
Iluminação pública	1465.835	1453.253	-12.582	-0,9%
Outros serviços	154.414	106.697	-47.717	-30,9%
TOTAL	6.210.807	6.242.374	31.567	0,5%

Un: Euros

* A faturação transitada está atualizada tendo em conta os movimentos de estorno que se efetuaram em 2016 e que respeitam a faturação de anos anteriores.

A despesa faturada com a aquisição de serviços apresenta no período em análise, apesar da diminuição registada em diversas rubricas, um acréscimo de (+) 0,5%, (+) 31.567 € em relação ao semestre anterior influenciado sobretudo pelas variações ocorridas nas rubricas de *encargos de cobrança de receitas*, (+) 106.713 €, seguida da *vigilância e segurança* com um aumento de (+) 53.261 € e a *locação de outros bens* com um acréscimo de (+) 35.726 €

A contribuírem de forma menos significativa surgem as rubricas de *limpeza e higiene*, *outros trabalhos especializados* e *seguros*, que no seu conjunto apresentam uma variação positiva de (+) 63.161 €

Para o acréscimo dos *encargos de cobrança de receitas*, contribuiu de forma decisiva o aumento da cobrança dos impostos diretos, uma vez que tais encargos sendo uma percentagem fixa sobre o valor cobrado, nos termos do n.º 4 do artigo 17 da Lei das Finanças Locais, crescem proporcionalmente ao valor cobrado.

Já o incremento assinalado na faturação da rubrica de *vigilância e segurança*, decorre do reforço da vigilância e segurança no Fórum da Maia.

A atenuar o crescimento das rubricas mencionadas anteriormente, destaca-se o decréscimo da faturação dos itens de *outros serviços*, (-) 60.299 €, *estudos, pareceres, projetos e consultadoria*, (-) 44.602 €, *publicidade* (-) 37.678 €, *encargos de instalações* (-) 34.735 €, transportes (-) 25.146 €, que na sua globalidade conferem uma diminuição de (-) 202.460 € nos níveis da despesa.

Do exposto resulta que uma vez excluída a influência do incremento dos encargos de cobrança de receitas, inverter-se-ia a tendência crescente deste agregado da despesa em aquisição de serviços que seria inferior ao semestre de 2015 em (-) 1,2%.

FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM

FLUXOS DE CAIXA

O mapa de fluxos de caixa espelha os recebimentos e pagamentos ocorridos no período estando diretamente associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais (operações de tesouraria e cauções em dinheiro), neste documento são demonstrados, os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

Note-se que as operações de tesouraria e as cauções em dinheiro são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais que os serviços autárquicos efetuam para terceiros, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

Quadro 12

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				
1.º Semestre de 2016				
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo da gerência anterior		15.227.220	Despesas Orçamentais	27.378.625
Execução Orçamental	11.310.502		Correntes	20.092.052
Operações de Tesouraria	297.815		Capital	7.286.573
Cauções em dinheiro	3.618.904			
Receitas Orçamentais		31.187.140	Dotações não Orçamentais	1.794.705
Correntes	30.827.854		Operações de Tesouraria	1.711.506
Capital	358.535		Cauções em dinheiro	83.198
Outras	752			
Dotações não orçamentais		1.917.663	Saldo para a gerência seguinte	19.158.693
Operações de Tesouraria	1.877.589		Execução Orçamental	15.119.017
Cauções em dinheiro	40.073		Operações de Tesouraria	463.898
			Cauções em dinheiro	3.575.778
Total		48.332.023	Total	48.332.023

Un: Euros

No Quadro 12, observam-se os fluxos monetários ocorridos durante o 1º semestre de 2016, refletindo a relação dos diversos recebimentos e pagamentos orçamentais e não orçamentais efetuados, concluindo-se:

- Do total de recebimentos executados no valor de 33.104.803 €, são provenientes de receitas orçamentais 31.187.140 € e respeitam a operações de tesouraria e cauções em dinheiro 1.917.663 €, imputável quase na totalidade às operações de tesouraria, uma vez que as cauções representam apenas a 40.073 €
- Do total de pagamentos realizados no valor de 29.173.330 €, correspondem a pagamentos de natureza orçamental 27.378.625 € e a operações de tesouraria e cauções em dinheiro, 1.794.705 €, onde continua a ser considerável o peso das operações de tesouraria que perfazem 1.711.506 €
- Como resultado dos movimentos ocorridos entre recebimentos e pagamentos, verifica-se que o saldo a transitar para o 2.º semestre de 2016 fixou-se em 19.158.693 €, refletindo um aumento de (+) 3.931.473 € face ao saldo inicial.

Gráfico 4



CONTAS DE ORDEM

No seguimento da orientação do Tribunal de Contas, nas contas de ordem só devem estar refletidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante titulada por um documento. As mesmas não produzem efeitos imediatos no património

da Autarquia, podendo porém traduzir-se em modificações futuras caso venham a ser exigidas ou acionadas. Em conformidade, no Quadro 13 estão excluídas as cauções em dinheiro que estão quantificadas no mapa de fluxos de caixa.

Quadro 13

RESUMO DAS CONTAS DE ORDEM					
1.º semestre de 2016					
Saldo da gerência anterior		47.979.190	Garantias accionadas		0
Garantias:					
A favor da autarquia	24.151.452		Garantias devolvidas		2.464.106
A favor de terceiros	22.259.521		A favor da autarquia	1.887.102	
Recibos para cobrança	1.568.217		A favor de terceiros	577.004	
			Receita virtual cobrada		0
Garantias prestadas em 2016		515.367	Receita virtual anulada		
A favor da autarquia	391.876				
A favor de terceiros	123.491				
Receita virtual liquidada		0	Saldo para a gerência seguinte		46.030.451
			Garantias:		
			A favor da autarquia	22.656.226	
			A favor de terceiros	21.806.008	
			Recibos para cobrança	1.568.217	
Total		48.494.557	Total		48.494.557

Do quadro resumo das contas de ordem apresentado e, no que se refere às garantias prestadas a favor de terceiros, afere-se um incremento de 123.491 €, em resultado de duas garantias registadas a favor da Autoridade Tributária, tendo em vista assegurar a liquidação de IMI que passou a ser responsabilidade do Município, fruto da celebração de escritura de dissolução e consequente liquidação do Fundo de Investimento Fechado “Praça Maior”.

Registadas a favor de terceiros encontram-se ainda:

- A hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787 € registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros.
- Três garantias prestadas pelo município em 2005 a favor da ARHNORTE, IP – Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP, duas de 25.000 € e uma de 50.000 €
- Uma garantia prestada em 2005 a favor do IEP – Instituto de Estradas de Portugal, no valor de 2.500 €
- Duas garantias, no valor unitário de 8.202.115 €, indexadas aos Bancos BPI e Santander Totta, na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela Espaço Municipal, que no seu computo global refletem a libertação de 577.004 € em relação ao saldo existente no final da gerência de 2015.

Pese embora a sua não referência em relatos anteriores a 2015, considerando que o Município da Maia não foi a entidade cedente na respetiva operação de cessão de créditos, intervém contudo como garante perante eventual incumprimento por parte dos devedores, razão por que se entendeu prudente a sua inclusão a partir do exercício económico de 2015, apesar de, desde 2004 e até à presente data, nunca terem sido acionadas as respetivas garantias dado o cumprimento regular dos arrendatários.

No âmbito das garantias a favor da autarquia ocorreram movimentos que convergem nos dois sentidos, quer a prestação de novas garantias no valor 391.876 € quer a consequente devolução de 1.887.102 €, desde que reunidas as condições legais para a sua concretização, posicionando-se assim o saldo final a favor da autarquia em 22.656.226 €.



6

1

0

2



maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

ENQUADRAMENTO

Este capítulo aplicado à temática do endividamento municipal encontra-se estruturado em duas partes, complementares apesar de diferenciadas entre si, endividamento “*Stricto Sensu*” versus “*Lato Sensu*”

- **Endividamento - *Stricto Sensu***

Confina-se a uma apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do município, suportada no seu balanço individual e desconsiderando a influência das entidades participadas pelo Município, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento.

Num primeiro momento é realizada uma abordagem generalizada à evolução da dívida global, a que se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e de médio e longo prazo.

Permanece ainda com particular relevância no contexto global da gestão da dívida o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento do município, por força da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), e as imposições constantes na Lei do Orçamento de Estado para 2016, e respetivas normas de execução orçamental.

- **Endividamento - *Lato Sensu***

Conceito orientado para o apuramento do endividamento numa ótica de grupo municipal, de acordo com o previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), que é o da dívida total de operações orçamentais do município incluindo os efeitos do endividamento das entidades por si participadas, na proporção da sua participação, atentos determinados requisitos.

Estão aqui abrangidas todas as entidades, independentemente da sua natureza, em que o município participe ou sobre as quais detenha poderes de controlo.

Em síntese, quantifica-se o montante da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – e avalia-se o seu posicionamento face aos limites legalmente impostos.

ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU

Sem prejuízo da estrutura da dívida apresentada no balanço, que atende ao grau de exigibilidade para efeitos de classificação em curto prazo e médio e longo prazo, neste capítulo atendeu-se à sua natureza, isto é, considerou-se como dívida de médio e longo prazo aquela cuja contratação ocorreu para um horizonte temporal superior a um ano.

DÍVIDA TOTAL

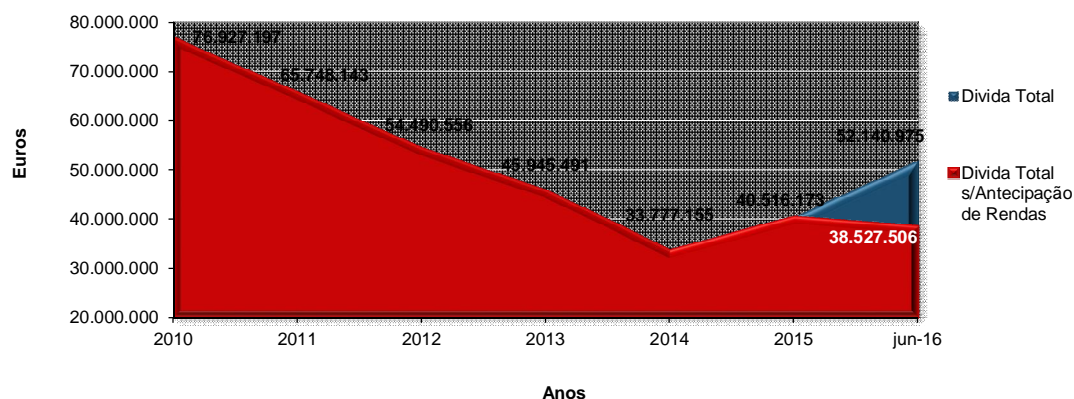
Quadro 14

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL								Variação	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	jun-16	Jun16/2015	Jun16/2010
Dívida de Natureza Orçamental	76.927.197	65.748.143	54.490.556	45.945.491	33.777.155	40.516.173	38.527.506	-1.988.666	-38.399.690
Dívida de Médio e Longo Prazo	60.241.496	52.567.656	44.887.283	37.180.969	29.716.463	36.755.669	34.175.793	-2.579.875	-26.065.703
Dívida de Curto Prazo	16.685.700	13.180.487	9.603.273	8.764.522	4.060.692	3.760.504	4.351.713	591.209	-12.333.988
Dívida de Natureza Não Orçamental	0	0	0	0	0	0	13.613.469	13.613.469	13.613.469
Dívida de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendimentos	0	0	0	0	0	0	13.613.469	13.613.469	13.613.469
Dívida Total	76.927.197	65.748.143	54.490.556	45.945.491	33.777.155	40.516.173	52.140.975	11.624.802	-24.786.222
Taxa de crescimento da dívida	-10,1%	-14,5%	-17,1%	-15,7%	-26,5%	20,0%	28,7%		-32,2%
Natureza Orçamental	-10,1%	-14,5%	-17,1%	-15,7%	-26,5%	20,0%	-4,9%		-49,9%
Médio e longo prazo	-11,3%	-12,7%	-14,6%	-17,2%	-20,1%	23,7%	-7,0%		-43,3%
Curto prazo	-5,3%	-21,0%	-27,1%	-8,7%	-53,7%	-7,4%	15,7%		-73,9%
Natureza Não Orçamental							-		-
Antecipação de Rendimentos							-		-

Un: Euros
Excluídos adiantamentos

Gráfico 5

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL



Como nota prévia à apreciação deste capítulo importa relevar as implicações decorrentes de uma recomendação proferida pelo Tribunal de Contas em sede de homologação das contas de gerência dos exercícios de 2004 e 2005, comunicada ao município pelo ofício n.º 21714/16, em 04 de agosto de 2016.

De notar que estamos perante uma dilação temporal de 10 anos.

Por força desta recomendação, o município viu-se obrigado a alterar a forma de contabilização da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004, passando a contabilizá-la como se de um contrato de mútuo se tratasse a partir da gerência de 2016, apesar da operação em referência não ter natureza orçamental uma vez que o município nesta fase apenas intervém como garante perante eventual incumprimento por parte dos inquilinos, situação que desde 2004 até à presente data nunca se verificou dado o cumprimento regular dos arrendatários.

Deste modo, Independentemente do entendimento, que do ponto de vista técnico, temos vindo a adotar se opor à solução preconizada pelo Tribunal de Contas face ao normativo contabilístico ainda vigente - POCAL –, viu-se obrigado a alterar a contabilização da operação em apreço, até à presente data refletida no passivo do balanço do município numa conta de proveitos diferidos - conta 27.4.2 – Antecipação de Rendas –, registando-a como um empréstimo de médio e longo prazo e fazendo-a relevar para efeitos de cumprimento do limite da dívida, apesar de não se tratar de uma dívida de natureza orçamental, requisito essencial para que a mesma releve para o apuramento do endividamento municipal face ao disposto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Destaca-se com particular relevância que no âmbito do controlo ao endividamento autárquico foram realizadas pela Inspeção Geral de Finanças diversas auditorias ao município, designadamente aos exercícios de 2001 a 2004, de 2003 a 2006 e de 2005 a 2009, sem nunca ter sido questionado o registo contabilístico desta operação de cessão de créditos das rendas de habitação social.

O que demonstra que estamos perante uma questão controversa. Não obstante, prudentemente, termos entendido solicitar um pedido de esclarecimentos ao SATAPOCAL, à DGAL, bem com uma aclaração ao Tribunal de Contas sobre a forma de contabilização proposta, procedimento presentemente em curso.

Apresenta-se assim uma alteração substancial ao conteúdo da dívida que releva para efeitos do apuramento da dívida total de operações orçamentais do município, mormente em relação à utilizada na anterior gerência, o que inviabiliza qualquer análise comparativa que se pretenda séria e responsável, devido às implicações de tão elevada ordem.

Assim sendo, estrutura-se a análise em duas partes distintas, num primeiro momento centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial, a que se segue uma avaliação agregando a dívida de natureza não orçamental procedente desta operação de antecipação de rendas.

Circunscrevendo a análise à evolução da dívida do município de natureza orçamental, verifica-se que o nível de endividamento do município têm vindo a diminuir de forma consistente ao longo dos anos, à exceção do ano transato, alicerçado num ritmo de reduções anuais, a rondar, quase sempre, entre oito a doze milhões de euros, quantias significativas num contexto de apertada gestão de disponibilidades,

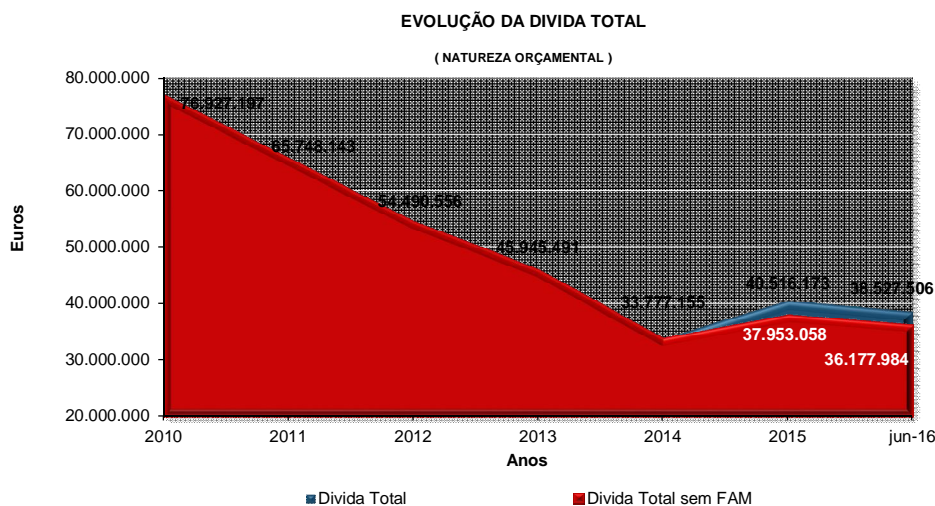
principalmente, considerando a conjuntura macroeconómica dos últimos anos, que originou quebras de receita expressivas.

No fecho do semestre de 2016 reforça-se esta tendência de melhoria, com a dívida individual do município de natureza orçamental a totalizar 38.527.506 €, menos (-) 1.988.666 € que no final da gerência de 2015, evidenciando assim um decréscimo de (-) 5%, justificado pelo comportamento da dívida de médio e longo que reduz (-) 2.579.875 €, em contraposição com a dívida de curto prazo que aumenta (+) 591.209 €

Do total da dívida orçamental do município reportada a 30 de junho de 2016, são de natureza de médio e longo prazo 34.175.793 €, e apenas de curto prazo 4.351.713 €, quantitativos que, face aos valores apurados no final do ano antecedente, evidenciam uma redução de (-) 7% e um aumento de (+) 15%, respetivamente.

Perante o exposto, conclui-se que no período compreendido entre 2010 e 2016 em contexto de crise económica, de austeridade, e de significativa quebra de receita, o endividamento do município de natureza orçamental reduziu cerca de 50% (de 76.927.197 € para 38.527.506 €) o que denota que, em devido tempo, o município soube adequar o seu orçamento à realidade que se anteava, designadamente promovendo um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas, como bem espelha o gráfico infra.

Gráfico 6



Contemplando na análise, em cumprimento da recomendação do tribunal de contas, o passivo de médio e longo prazo de natureza não orçamental proveniente da operação de cessão de créditos das rendas da habitação social, no montante de 13.613.469 €, a dívida total do município à data de 30 de junho de 2016 reposiciona-se em 52.140.975 €, o que espelha um agravamento em relação ao final da gerência de 2015 de (+) 11.624.802 €, invertendo assim a tendência de decréscimo anteriormente assinalada.

Todavia, considerando as circunstâncias inerentes a esta operação já descritas, designadamente a alteração substancial do conteúdo da dívida, fica fragilizada qualquer análise comparativa que se pretenda coerente.

DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Considerando que o Orçamento de Estado para 2016 prevê que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Considerando ainda que por via das alterações preconizadas pelo OE/2016 à legislação em vigor, nomeadamente ao artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para efeitos do apuramento da dívida total não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro. A exceção referida no n.º 5 do artigo 52.º aplicar-se-á exclusivamente a novos contratos celebrados no decorrer do ano de 2016, posteriormente à entrada em vigor do OE 2016, tendo ainda em consideração, os contratos celebrados ao abrigo do QREN.

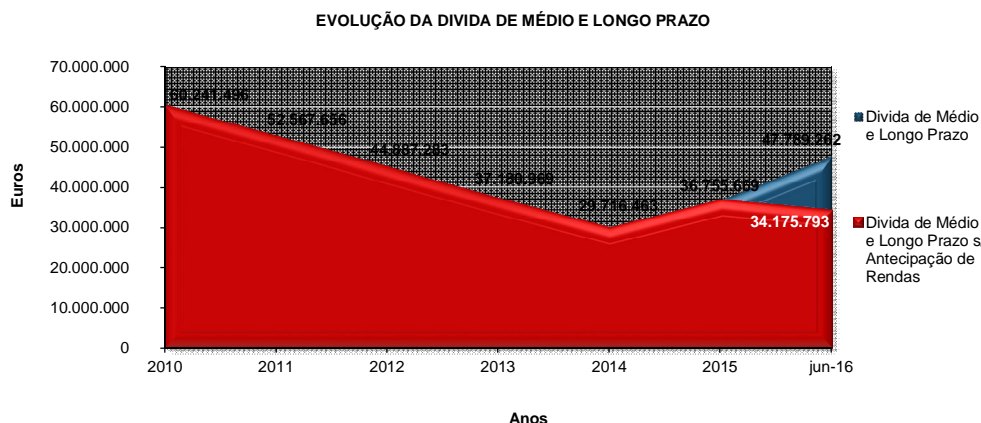
No âmbito desta análise estrutura-se a informação da dívida de médio e longo prazo, diferenciando-se os empréstimos consoante a sua natureza em função do fim a que se destinam, repristinando no decurso da análise a terminologia outrora aplicável neste tipo de relato quanto à sua diferenciação em “releva” ou “não releva” para a capacidade de endividamento municipal.

Quadro 15

ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO								Varição
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Jun-16	Jun 16/2015
Dívida de Natureza Orçamental	60.241.496	52.567.656	44.887.283	37.180.969	29.716.463	36.755.669	34.175.793	-2.579.875
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	58.919.838	51.457.464	43.988.556	36.493.707	29.240.666	33.928.222	31.667.673	-2.260.550
Empréstimos de MLP destinados a fins diversos	38.704.490	32.396.882	26.089.274	19.781.666	13.724.968	19.619.182	17.966.288	-1.652.893
Empréstimo Bancário de MLP com o BTA no montante de 29.927.873,82	16.483.623	13.698.097	10.912.570	8.127.044	5.341.517	4.006.138	3.338.448	-667.690
Empréstimo Bancário de MLP com BPI no montante de 20.000.000	11.933.530	9.916.912	7.900.295	5.883.677	3.867.060	2.900.295	2.416.912	-483.382
Empréstimo Bancário de MLP com BPI no montante de 9.200.000 - Aquisição dos Lotes de Terreno n.ºs 1 e 4 à TECMAIA	0	0	0	0	0	9.200.000	9.200.000	0
Empréstimo Bancário de MLP ao abrigo do PREDE - 12.545.533 Estado	10.287.337	8.781.873	7.276.409	5.770.945	4.516.392	3.512.749	3.010.928	-501.821
	5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213	4.516.392	3.512.749	3.010.928	-501.821
Empréstimos de MLP destinados à Habitação Social	20.215.348	19.060.581	17.899.282	16.712.041	15.515.698	14.309.041	13.701.384	-607.656
Empréstimo Bancário de MLP com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	6.179.270	5.890.383	5.595.764	5.295.123	4.989.368	4.678.024	4.519.669	-158.355
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a CGD - no montante de 7.481.968,46€	3.974.635	3.707.701	3.439.863	3.166.447	2.892.148	2.616.318	2.477.997	-138.322
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a CGD - até 21.007.737,65	10.061.443	9.462.497	8.863.654	8.250.471	7.634.182	7.014.698	6.703.718	-310.980
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	1.321.658	1.110.193	898.727	687.262	475.797	2.827.447	2.508.121	-319.326
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	1.321.658	1.110.193	898.727	687.262	475.797	264.332	158.599	-105.733
FAM - Fundo de Apoio Municipal						2.563.115	2.349.522	-213.593
Dívida de Natureza Não Orçamental	0	0	0	0	0	0	13.613.469	13.613.469
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendimentos	0	0	0	0	0	0	13.613.469	13.613.469
Banco Santander Totta	0	0	0	0	0	0	6.806.734	6.806.734
Banco BPI	0	0	0	0	0	0	6.806.734	6.806.734
Total da dívida de médio e longo prazo	60.241.496	52.567.656	44.887.283	37.180.969	29.716.463	36.755.669	47.789.262	11.033.593
Taxa de crescimento	-11,3%	-12,7%	-14,6%	-17,2%	-20,1%	23,7%	30,0%	

Un: Euros

Gráfico 7



Centrando a análise na evolução do passivo de médio e longo prazo de natureza orçamental, os dados presentes no Quadro 15 demonstram que desde 2010 e até ao final de 2014 há uma tendência clara de diminuição da dívida de médio e longo prazo, independentemente da finalidade dos empréstimos bancários contraídos, sendo notório que, ano após ano, aumentam os níveis de redução, recaindo o maior peso sobre os empréstimos destinados a finalidades diversas, comportamento que na realidade remonta a 2002 como bem retratam as prestações de contas de anos anteriores.

Em 2015 interrompe-se esta orientação, e esta dívida de médio e longo prazo do município vê-se agravada em (+) 7.039.206 €, devido à concretização de duas novas operações, a celebração do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, para aquisição dos lotes de terreno números 1 e 4 que integram o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (TECMAIA), cujo impacto foi em parte atenuado pelas amortizações ocorridas nos demais empréstimos existentes em resultado do cumprimento do serviço de dívida negociado, bem como a obrigatoriedade legal de subscrição do Fundo de Apoio Municipal (FAM), no valor total de 2.990.300,97€.

Importa assinalar que ambas as operações assumem especial relevância no contexto municipal, tendo sido determinadas por imposições legais que regem a governação local, isto porque, a celebração do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, foi motivada pela necessidade de serem cumpridas as obrigações que para a Autarquia resultam da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, tendo em conta as responsabilidades já constituídas para o Município em resultado dos invocados normativos, atenta a sua participação de 51% no capital social da TECMAIA. Razão por que se entendeu conveniente para a salvaguarda do superior interesse público a aquisição pela Autarquia dos lotes de terreno n.ºs 1 e 4, de modo a evitar a resolução dos contratos de empréstimo existentes naquela sociedade pelo Sindicato Bancário e competente venda pela via judicial, que determinariam uma desvalorização dos imóveis, face à baixa do mercado imobiliário, e consequentemente uma dissolução compulsiva da própria sociedade com grave prejuízo para o interesse público municipal.

Já no que se refere à subscrição do Fundo de Apoio Municipal, realça-se que esta operação resultou de uma imposição legal, designadamente a entrada em vigor da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM) e determina a obrigatoriedade de todos os municípios, sem exceção, contribuírem para este fundo.

O regime de recuperação financeira municipal tem em conta as especificidades de cada município e baseia-se no princípio de repartição do esforço entre os municípios, os seus credores e o Estado e na prevalência de soluções encontradas por mútuo acordo entre o município, os credores municipais e o FAM.

O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos municípios (art. 17º, n.º 1, do RJRFM), consubstanciando assim um ativo em investimentos financeiros.

Nos termos do n.º 3 do supra mencionado artigo onde está prevista a fórmula de cálculo para apurar a contribuição de cada município, o montante imputável ao Município da Maia “*ab initio*” foi de 2.990.330,97€

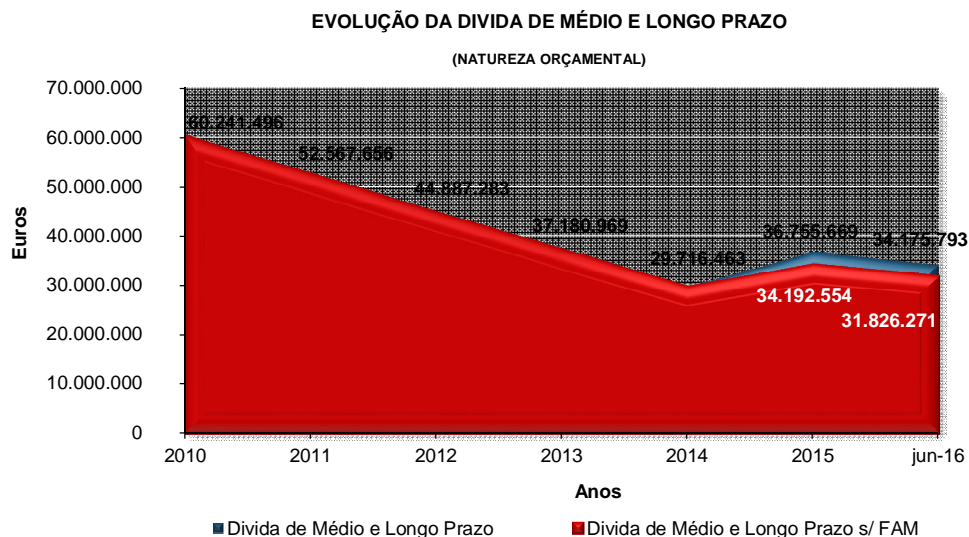
De acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 19.º a realização do capital será efetuada em 7 anos, com início em 2015, em duas prestações anuais a realizar nos meses de junho e dezembro, pelo que a subscrição dos 2.990.330,97€ a favor do Município da Maia será realizada mediante um pagamento anual de 427.186,00 € até 2020 e de 427.184,97 € em 2021, tendo já ocorrido o pagamento de três tranches no montante de 213.593 € cada, uma das quais no exercício em curso.

Do exposto resulta inequívoco que o aumento do endividamento decorrente da obrigatoriedade de realizar este investimento financeiro resultou de factos supervenientes à regular gestão municipal.

Salienta-se ainda que o Orçamento do Estado para 2016 prevê que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, mantendo o mesmo critério de 2015.

No final do primeiro semestre de 2016, retoma-se a tendência de decrescimento da dívida de médio e longo prazo de natureza orçamental que com um valor total de 34.175.793 €, apresenta-se diminuída em (-) 2.579.876 €, (-) 7%, como se demonstra no gráfico infra.

Gráfico 8



Atento o cumprimento do serviço de dívida negociado, no cômputo global da diminuição obtida, continua a predominar o contributo das amortizações efetuadas por conta dos empréstimos que relevam para fins diversos e concorrem para o limite da dívida em especial do empréstimo bancário contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82 €, que originou uma redução de (-) 667.690 € no valor da dívida, logo seguido do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), que determinou um corte adicional de (-) 501.821 € decorrente na íntegra da parte imputável ao Estado, uma vez que a parcela correspondente ao financiamento da instituição de crédito Banco Santander Totta do Estado encontra-se saldada desde finais de 2013. Por último, aparece o empréstimo bancário adjudicado ao BPI, no valor de 20.000.000 €, a ser responsável por uma amortização de (-) 483.383 €.

Quanto aos empréstimos destinados à Habitação Social, o maior volume de amortizações está associado aos empréstimos realizados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER), cujo valor total ascendeu a (-) 449.301 €, sendo os demais empréstimos denominados de complemento PER, presentemente contratados com o Banco Bilbao Viscaya em consequência da operação de “Reestruturação do serviço de dívida de médio e longo prazo” levada a cabo em 2007, responsáveis por uma redução de (-) 158.355 €.

As outras dívidas de médio e longo prazo, que se referem à responsabilidade assumida pelo município em consequência de sentença homologatória proferida no âmbito do processo de aquisição do Pavilhão Gimnodesportivo de S. Pedro Fins, construído na esfera do Programa Especial de Realojamento, foram responsáveis por uma redução de (-) 105.733 € no endividamento de médio e longo prazo.

A outra componente, a contribuição para o Fundo de Apoio Municipal, única parcela da dívida de médio e longo prazo que não concorre para efeitos de apuramento dos limites de endividamento, como se referiu, determinou um corte adicional na dívida de médio e longo prazo de (-) 213.593 €.

Acomodado o passivo de natureza não orçamental decorrente exclusivamente da operação de cessão de créditos das rendas da habitação social celebrada em 2004, no montante de 13.613.469 €, em observância da recomendação do tribunal de contas, a dívida de médio e longo prazo do município à data de 30 de junho de 2016 totaliza 47.789.262 €, o que evidencia um acréscimo de (+) 11.033.593 € em relação ao final do ano transato, em contraposição com a tendência de redução atrás sinalizada.

Contudo, reiteram-se as considerações já produzidas no que toca à comparabilidade dos dados, uma vez reconhecida a diferença de conteúdo da dívida municipal utilizada nos diferentes períodos.

SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Com o objetivo de avaliar, numa ótica orçamental, o peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo, nomeadamente os juros e as respetivas amortizações, no total da despesa e receita municipal, inclui-se um quadro ilustrativo da evolução do serviço de dívida municipal no primeiro semestre de 2016 (Quadro 16) face a período homólogo, uma vez que esta avaliação não deve ser descontextualizada da periodicidade semestral com que ocorrem estas obrigações.

Quadro 16

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO				
	jun-16	jun-15	Variação	
			Valor	%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas (1)	1.838.226	1.676.198	162.028	9,7%
Amortizações	1652.893	1652.893	0	0,0%
Juros	185.333	23.305	162.028	695,2%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social (2)	618.047	621.525	-3.478	-0,6%
Amortizações	607.656	601.762	5.894	10%
Juros	10.391	9.763	-9.372	-47,4%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo (3)	319.367	319.751	-384	-0,1%
Amortizações	319.326	319.326	0	0,0%
Juros	42	426	-384	-90,2%
Total do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo (1+2+3)	2.775.641	2.617.475	158.165	6,0%
Amortizações	2.579.875	2.573.981	5.894	0,2%
Juros	195.765	43.494	152.271	350,1%
Taxa de Crescimento do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo	6,0%	-38,7%		
Amortizações	0,2%	-33,3%		
Juros	350,1%	-89,4%		
Juros / Receita Total Cobrada	0,6%	0,1%		
Juros / Despesa Total Paga	0,7%	0,1%		
Juros / Despesa de Capital Paga	2,7%	0,4%		
Serviço Dívida / Receita Total Cobrada	8,9%	6,7%		
Serviço Dívida / Despesa Total Paga	10,1%	8,9%		

Un: Euros

Tendo presente que a apreciação promovida neste âmbito tem como missão avaliar a despesa realizada em juros e amortizações ao abrigo do orçamento municipal e o seu peso no total da receita cobrada e no total da despesa paga, matéria de natureza exclusivamente orçamental, os dados constantes no quadro infra não contemplam os juros e amortizações provenientes do empréstimo de médio e longo prazo associado ao processo de antecipação de rendas da habitação social.

Posto isto, promovendo uma análise comparativa do Serviço de Dívida Municipal de natureza orçamental em relação a período homólogo, conclui-se que estes encargos aumentaram (+) 158.166 €, (+) 6%, sobretudo devido ao acréscimo dos juros decorrentes dos empréstimos destinados a finalidades diversas, já que nas demais tipologias de endividamento se verifica uma redução dos encargos da dívida pública municipal.

Tal comportamento, não obstante a reiterada diminuição do capital em dívida dos empréstimos que foram contratualizados em anos anteriores a 2015, é consequência dos encargos associados ao empréstimo bancário contratado com BPI no ano transato, no montante de 9.200.000 €, para a aquisição de dois lotes de terreno à TECMAIA, que passam a ter maior relevo a partir de 2016 em cumprimento do que se encontra contratualmente estabelecido.

É de igual modo perceptível que no peso do Serviço de Dívida prevalece o volume das amortizações que ronda os 93% do seu valor global, sendo que o serviço de dívida representa cerca de 9% do total da receita e 10% da despesa executadas, percentagens superiores às do período homólogo, e que não são, de todo, desprezíveis num contexto de apertada gestão de disponibilidades, o que justifica uma análise mais pormenorizada da rubrica.

Assim, insere-se o Quadro 17 com o detalhe do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo com impacto orçamental no semestre findo, por tipologia de empréstimo, assim como a respetiva previsão desses encargos para o final do exercício de 2016, para além da ilustração gráfica do peso de cada uma das suas componentes.

Quadro 17

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						
	Realizado 1º Semestre 2016			Previsto 2º Semestre 2016		
	Amort	Juros	Total	Amort	Juros	Total
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Santander Totta, de 29.927.873,82 €	667.690	1.722	669.411	667.690	0	667.690
Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento, de 20.000.000,00 €	483.382	678	484.061	483.382	0	483.382
Empréstimo de MLP com o Estado (DGT) - PREDE de 5.018.213,00 €	501.821	4.625	506.446	501.821	2.158	503.979
Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento, de 9.200.000,00 € - Tecmaia	0	178.308	178.308	1.022.222	168.603	1.190.825
Sub Total	1.652.893	185.333	1.838.226	2.675.116	170.761	2.845.876
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - de 7.169.214,75 €	158.355	951	159.306	160.206	919	161.125
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 1) com a C G D - até 7.481.968,46 €	138.322	2.562	140.884	138.704	1.900	140.604
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 2) com a C G D - até 21.077.411,44 €	310.980	6.878	317.858	311.812	5.460	317.272
Sub Total	607.656	10.391	618.047	610.722	8.279	619.001
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo						
Fornecedores de Imobilizado de MLP	105.733	42	105.774	105.733	0	105.733
FAM - Fundo de Apoio Municipal	213.593	-	213.593	213.593	-	213.593
Sub Total	319.326	42	319.367	319.326	0	319.326
TOTAL	2.579.875	195.765	2.775.641	3.605.163	179.040	3.784.203

Un: Euros

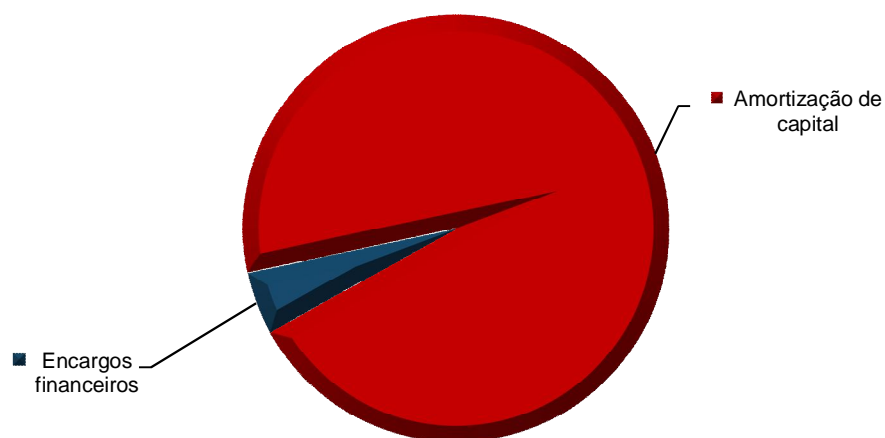
Na globalidade das despesas realizadas com o serviço de dívida municipal sobressaem as relacionadas com empréstimos destinados a finalidades diversas, posicionando-se na primeira linha as do empréstimo bancário celebrado com o Banco Santander Totta, logo seguido pelo empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), decorrente na íntegra da parte imputável ao Estado, e pelo empréstimo bancário contratado com o BPI. Por último, com menor materialidade aparecem os encargos do empréstimo contratualizado com o BPI para a aquisição dos terrenos à TECMAIA, com 178.308 €, que no segundo semestre de 2016 passam a assumir o valor mais preponderante no cômputo geral do serviço de dívida, uma vez iniciado o período de amortização de capital.

Relativamente aos empréstimos destinados à habitação social, o maior volume do serviço da dívida permanece indexado aos empréstimos contratados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado PER2.

No domínio das Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo, para além da responsabilidade proveniente da sentença homologatória proferida no âmbito do processo de aquisição do Pavilhão Gimnodesportivo de S. Pedro Fins, em fase final de resolução, no valor de 105.774 €, releva-se a existência do encargo anual decorrente da contribuição obrigatória do Município para a realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal, tendo já ocorrido o pagamento da primeira tranche no montante de 213.593,00 €, prevendo-se o pagamento de outra tranche de igual montante até ao final do ano.

Gráfico 9

**Previsão da Composição do Serviço de Dívida
2º Semestre 2016**



COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA

No Quadro 18 sistematizam-se os empréstimos existentes à data de 30 de Junho de 2016 e respetivos valores do capital em dívida, diferenciando-os em função da sua natureza e do seu grau de exigibilidade, com o objetivo de obter uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento municipal de médio e longo prazo, incluindo a proveniente a operação de cessão de créditos.

Quadro 18

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
	jun-16		2015	
	Valor	Peso	Valor	Peso
EXIGÍVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO	40.624.360	85,01%	30.570.662	83,17%
Dívida de Natureza Orçamental	28.038.007	58,67%	30.570.662	83,17%
Empréstimos Bancários de MLP	26.115.671	54,65%	28.381.867	77,22%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	13.638.279	28,54%	15.291.174	41,60%
Empréstimo Bancário de MLP com o BTA no montante de 29.927.873,82	2.003.069	4,19%	2.670.759	7,27%
Empréstimo Bancário de MLP com BPI no montante de 20.000.000	1.450.147	3,03%	1.933.530	5,26%
Empréstimo Bancário de MLP com BPI no montante de 9.200.000 - Aquisição dos Lotes de Terreno n.ºs 1 e 4 à TECMAIA	8.177.778	17,11%	8.177.778	22,25%
Empréstimo Bancário de MLP ao abrigo do PREDE - 12.545.533	2.007.285	4,20%	2.509.107	6,83%
Estado	2.007.285	4,20%	2.509.107	6,83%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	12.477.392	26,11%	13.090.693	35,62%
Empréstimo Bancário de MLP com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	4.197.357	8,78%	4.359.463	11,86%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1- com a CG D - no montante de 7.481.968,46€	2.200.444	4,60%	2.339.246	6,36%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a CG D - até 21.007.737,65	6.079.591	12,72%	6.391.984	17,39%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	1.922.336	4,02%	2.188.795	5,95%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	0	0,00%	52.866	0,14%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	1.922.336	4,02%	2.135.929	5,81%
Dívida de Natureza Não Orçamental	12.586.352	26,34%	0	0,00%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	12.586.352	26,34%	0	0,00%
Banco Santander Totta	6.293.176	13,17%	0	0,00%
Banco BPI	6.293.176	13,17%	0	0,00%
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO	7.164.903	14,99%	6.185.007	16,83%
Dívida de Natureza Não Orçamental	6.137.786	12,84%	6.185.007	16,83%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	5.552.001	11,62%	5.546.356	15,09%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	4.328.009	9,06%	4.328.009	11,78%
Empréstimo Bancário de MLP com o BTA no montante de 29.927.873,82	1.335.379	2,79%	1.335.379	3,63%
Empréstimo Bancário de MLP com BPI no montante de 20.000.000	966.765	2,02%	966.765	2,63%
Empréstimo Bancário de MLP com BPI no montante de 9.200.000 - TECMAIA	1.022.222	2,14%	1.022.222	2,78%
Empréstimo Bancário de MLP ao abrigo do PREDE - 12.545.533	1.003.643	2,10%	1.003.643	2,73%
Estado	1.003.643	2,10%	1.003.643	2,73%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	1.223.992	2,56%	1.218.347	3,31%
Empréstimo Bancário de MLP com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	322.313	0,67%	318.561	0,87%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1- com a CG D - no montante de 7.481.968,46€	277.553	0,58%	277.072	0,75%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a CG D - até 21.007.737,65	624.127	1,31%	622.714	1,69%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	585.785	1,23%	638.651	1,74%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	158.599	0,33%	211.465	0,58%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	427.186	0,89%	427.186	1,16%
Dívida de Natureza Não Orçamental	1.027.117	2,15%	0	0,00%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	1.027.117	2,15%	0	0,00%
Banco Santander Totta	513.558	1,07%	0	0,00%
Banco BPI	513.558	1,07%	0	0,00%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	47.789.262	100,00%	36.755.669	100,00%

Un: Euros

Observada a constituição da dívida de médio e longo prazo conclui-se que cerca de 29% do seu valor resulta de empréstimos destinados à construção de habitação social que foram contratualizados ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, na sua grande maioria abrangidos por uma linha de crédito bonificado para um período de 25 anos.

Esta tipologia de empréstimos beneficia de uma bonificação do Estado correspondente a 75% da taxa de juro contratual, que neste primeiro semestre garantiu um proveito financeiro ao município ascendeu a 25.119 €

Para finalizar, apresenta-se o Quadro 19, prospetivo da composição da dívida no final do exercício de 2016.

Quadro 19

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO		
31-12-2016		
	Valor	Peso
Dívida de Natureza Orçamental	30.570.630	70%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	28.381.835	65%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	15.291.173	35%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	2.670.759	6%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	1.933.530	4%
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	2.509.107	6%
Estado	2.509.107	6%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000 - Tecmaia	8.177.778	19%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	13.090.662	30%
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	4.359.463	10%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1- com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	2.339.293	5%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	6.391.907	15%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	2.188.795	5%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	52.866	0%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	2.135.929	5%
Dívida de Natureza Não Orçamental	13.112.978	30%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendimentos	13.112.978	30%
Banco Santander Totta	6.556.489	15%
Banco BPI	6.556.489	15%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	43.683.608	100%

Un: Euros

DÍVIDA DE CURTO PRAZO

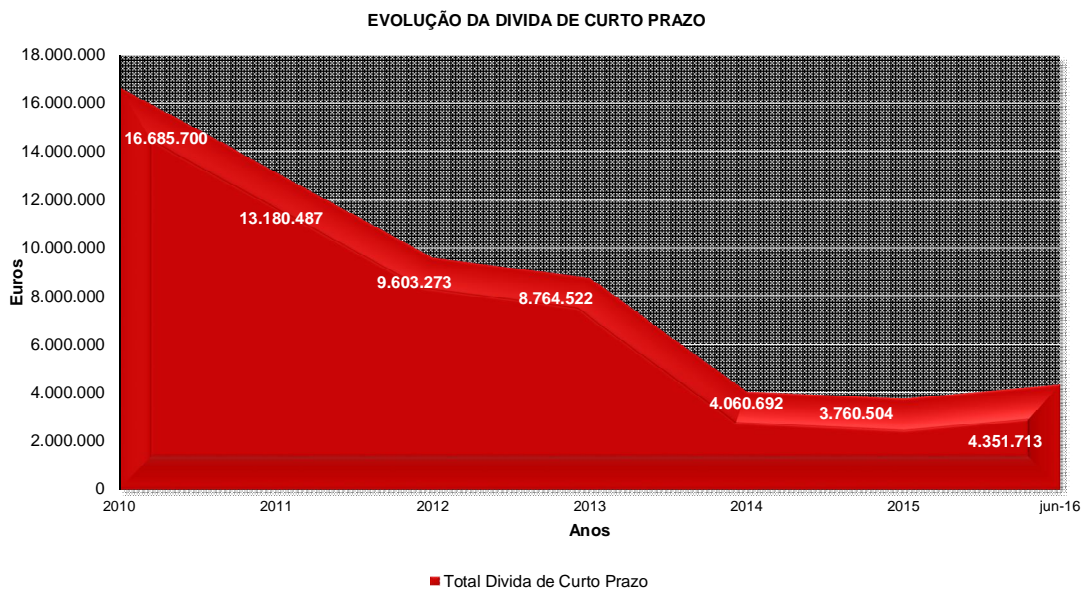
A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais e credores por investimentos financeiros, e do Estado e Outros Credores, cuja evolução dos últimos anos se retrata no Quadro 20.

Quadro 20

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO								Variação	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	jun-16	Jun16/2015	Jun16/2010
	Valor							Peso	
Fornecedores c/c	2.500.544	1.257.001	420.347	507.238	610.903	372.752	662.655	15,2%	289.903 -1.837.889
Fornecedores imobilizado	9.469.913	6.567.481	673.670	4.857.836	53.481	16.196	333.363	7,7%	317.167 -9.136.550
Outros credores	4.715.244	5.356.005	8.509.256	3.399.448	3.396.308	3.371.556	3.355.695	77,1%	-15.861 -1.359.548
Total da Dívida de Curto Prazo	16.685.700	13.180.487	9.603.273	8.764.522	4.060.692	3.760.504	4.351.713	100,0%	591.209 -12.333.988
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	-5,3%	-21,0%	-27,1%	-8,7%	-53,7%	-7,4%	15,7%		-73,9%
Fornecedores c/c	39,9%	-49,7%	-66,6%	20,7%	20,4%	-39,0%	77,8%		-73,5%
Fornecedores imobilizado	-8,9%	-30,6%	-89,7%	621,1%	-98,9%	-69,7%	1958,4%		-96,5%
Outros credores	-13,3%	13,6%	58,9%	-60,0%	-0,1%	-0,7%	-0,5%		-28,8%

Un: Euros

Gráfico 10



A evolução da dívida de curto prazo no período compreendido entre 2010 e 2016 demonstra uma trajetória descendente nesta componente do endividamento municipal, ao comportar uma redução na ordem dos (-) 74%, isto é, de (-) 12.333.988 € (de 16.685.700 € para 4.351.713 €), não obstante no fecho do semestre haver um acréscimo de (+) 591.209 € em relação aos dados apurados no final da gerência de 2015, este derivado do normal e regular registo de faturação no final do mês de junho.

Os resultados obtidos comprovam que entre 2010 e 2015 se mantem a tendência de diminuição dos níveis da dívida de curto prazo encetada desde 2002 em patamares anuais de redução significativos, tanto ao nível de fornecedores - conta corrente e imobilizado – como de outros credores.

Deste modo, atualmente, uma vez estabilizados os níveis da dívida inerente à atividade operacional do município na componente de fornecedores, já que o prazo médio de pagamento do município é muito inferior aos 30 dias, já não é possível intervir nesta componente ao mesmo ritmo, o que é de todo compreensível atendendo ao nível do endividamento de curto prazo atingido.

Note-se que, isoladas que fossem as dívidas de “Outros Credores” que estão a ser dirimidas em sede judicial, a dívida de curto prazo à data de 30 de junho de 2016 somaria cerca de 1.180.000€. Ora, um valor com esta ordem de grandeza reflete a cadência mensal de faturação do município, permitindo a concretização de pagamentos dentro do prazo médio acima referido.

Circunscrevendo a análise à evolução desta rubrica no semestre verifica-se que a dívida de curto prazo ao totalizar 4.351.713 € anuncia (+) 591.209 € que na gerência anterior, devido à influência das dívidas de Fornecedores – conta corrente e de imobilizado – que aumentam (+) 289.903 € e (+) 317.167 €, respetivamente.

Em contraposição a dívida a “Outros Credores”, pelo contrário, ao acumular 3.355.695 € impõe um decréscimo face ao ano anterior de (-) 15.861 €

Importa todavia assinalar que estes valores, à exceção dos que estão pendentes de resolução forense, se reportam a faturação emitida em datas próximas do final do mês de junho, encontrando-se uma grande parte em conferência e, por maioria de razão, não vencida, pelo que a sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo, estando o seu valor indexado ao ritmo mensal de faturação do Município da Maia, permitindo assim a concretização de pagamentos dentro do prazo médio atualmente estabelecido, de apenas 3 dias.

A título de informação adicional, releva-se ainda que no final de agosto é já visível a recuperação significativa de toda a dívida de curto prazo, que ao posicionar-se em 3.714.389 €, evidencia uma redução de (-) 1,2 % face ao final de 2015.

Em termos de preponderância de cada uma das rubricas no cômputo geral da dívida de curto prazo, o agregado de “Outros Credores” no valor total de 3.355.695 € assume-se como o mais relevante na gerência de 2016, com um peso na ordem dos 77%. Sobre esta questão reiteram-se as considerações feitas em anteriores relatos quanto à sua componente mais influente, a dos “Credores de Transferências das Autarquias”, designadamente que o seu maior valor respeita a uma dívida de 3.171.281 €, de participações à LIPOR para investimento, a qual está a ser dirimida em sede de compromisso arbitral com a invocação que também são devidas taxas de construção ao município na sequência do licenciamento da estação de tratamento de resíduos Sólidos (LIPOR II) e do aterro sanitário de apoio àquela estação.

No âmbito do cumprimento do que está legalmente imposto quanto à redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias - artigo 55.º da Lei do Orçamento de Estado para 2016 -, assinala-se o facto de o Município se posicionar fora das entidades com pagamentos em atraso desde maio de 2012, assim permanecendo neste exercício, cumprindo integral e pontualmente todas as suas obrigações.

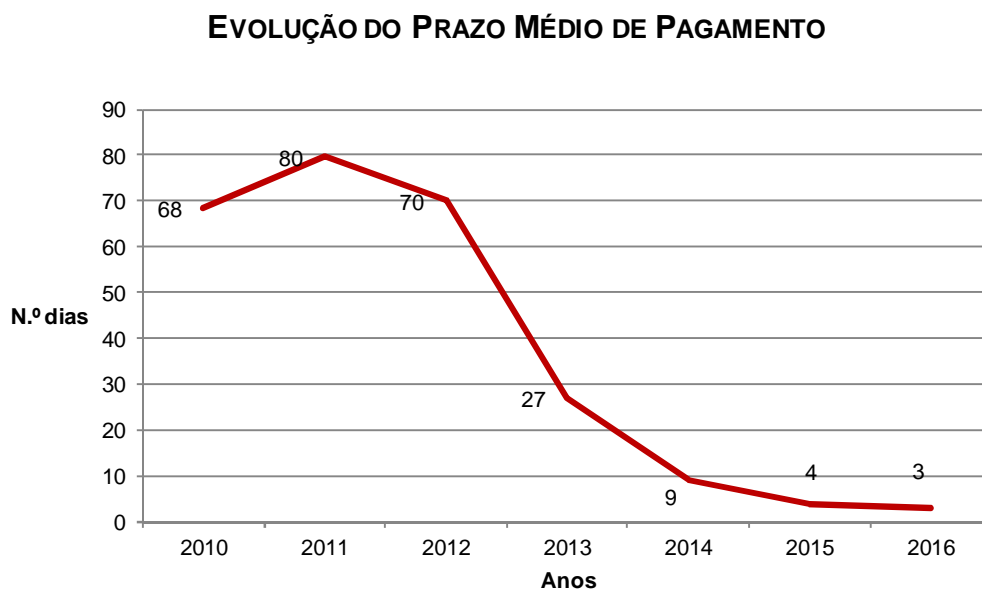
Quanto ao prazo médio de pagamento do município, que à data de 30 de junho de 2016 é de 3 dias, verifica-se que permanece em níveis francamente satisfatórios.

Quadro 21

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2T16
$PMP = \frac{\sum_{i=3}^i DF}{\sum_{i=3}^i A} \times 365$	68	80	70	27	9	4	3

(*) Cálculo de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, excluindo Fornecedores de Imobilizado de MLP

Gráfico 11



ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU

No capítulo que se ocupa o regime financeiro das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, em matéria de endividamento autárquico, relevam-se um conjunto de medidas conducentes ao controlo do endividamento municipal, que justificam que se faça uma breve nota ao seu enquadramento.

Este diploma legal veio, no seu artigo 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne ao endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais.

A dívida total de operações orçamentais é o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no referido artigo 52.º, bem como para aferição dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (vide art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (vide art.º 61.º).

Com este conceito do limite da dívida, passa-se a considerar que a dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal –, não pode ultrapassar, em 31 de Dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. E, sempre que este limite não seja cumprido, deve ser reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que o referido limite seja cumprido. Por outro lado, se o referido limite for cumprido, pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada exercício, o que claramente beneficia as autarquias locais em matéria de endividamento.

Assiste-se ainda ao alargamento das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do grupo municipal, na medida em que para efeitos do apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, anteriormente referido, passa a ter-se em consideração, como seria desejável, os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e associativas municipais, as empresas locais, exceto se forem empresas abrangidas pelo Sector Empresarial do Estado ou Regional, as cooperativas e fundações e, por fim, as entidades de outra natureza nas quais se verifique um controlo ou presunção de controlo por parte do município.

Ou seja, este regime jurídico vem impor e reforçar a ideia que, em regra, todas as entidades constituídas e participadas por capitais municipais relevam para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos, alargando assim de forma significativa o perímetro de entidades a considerar.

Nos casos em que seja ultrapassado o limite da dívida anteriormente referido, os municípios têm dois mecanismos de recuperação financeira – o saneamento financeiro e a recuperação financeira. No que diz respeito ao saneamento financeiro, entende-se que o município deve contrair empréstimos para a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros. No entanto, estes pedidos de empréstimos têm um prazo máximo de 14 anos e devem ser instruídos com um estudo fundamentado da situação financeira e um plano de saneamento financeiro, elaborados pela câmara municipal e propostos à assembleia municipal, que vigore no período de empréstimo.

Quanto ao mecanismo da recuperação financeira, este é obrigatório sempre que o município se encontre em rutura financeira, isto é, sempre que o limite da dívida referido seja superior a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

Para estes casos, foi criado um Fundo de Apoio Municipal que tem por objeto prestar assistência financeira aos municípios que se encontrem nos casos supra referidos. As fontes de financiamento deste fundo, regulamentado em diploma próprio, incluem obrigatoriamente a participação do Estado e de todos os municípios.

Note-se porém que o Orçamento de Estado para 2016 prevê que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Acresce ainda que por via das alterações preconizadas pelo OE/2016 à legislação em vigor, nomeadamente ao artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para efeitos do apuramento da dívida total também não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro. A exceção referida no n.º 5 do artigo 52.º aplicar-se-á exclusivamente a novos contratos celebrados no decorrer do ano de 2016, posteriormente à entrada em vigor do OE 2016, tendo ainda em consideração, os contratos celebrados ao abrigo do QREN

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL

Quadro 22

Receita Corrente Cobrada Líquida dos últimos três anos			
	2013	2014	2015
Município (+)	53.881.244	53.386.380	58.707.375
Receitas correntes líquida cobrada aos SMAS (-)	-427.474	-359.740	-481.571
SMAS (+)	15.269.867	15.090.302	15.618.189
Receitas correntes líquida cobrada ao Município (-)	-427.416	-327.676	-481.515
Total da Receita Cobrada Líquida	68.296.221	67.789.267	73.362.477
Média dos últimos três anos		69.815.988	
Limite da Dívida Total <=		104.723.982	

Un:Euros

Face ao disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), e de acordo com a norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais, o limite acima identificado foi calculado com base nas receitas

discriminadas. Em tal conformidade, o limite da dívida total para cada município em 2015, é apurado nos seguintes moldes:

«1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.».

Para efeitos de apuramento da receita corrente líquida cobrada no ano do Município, foi somada a receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados da Maia, deduzida da receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados ao Município e da receita corrente líquida cobrada pelo Município aos Serviços Municipalizados, em cada um dos anos.

Note-se que o limite apresentado é o limite global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que para os Municípios cujo valor da dívida total a 31 de dezembro de 2014 seja inferior ao valor aqui apurado, a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, isto é:

«b) (...) só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.».

ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS

Observando as disposições legais plasmadas no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), as entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais da autarquia são:

- Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - estas entidades relevam sempre.
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento.

Estas entidades relevam sempre, designadamente as associações de municípios de direito privado, contrariamente ao que se verificava na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, para efeitos da contribuição para o endividamento líquido e endividamento de médio e longo prazo;

- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.os 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no

seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei.

Neste caso tais entidades apenas relevam em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas.

- As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, as quais relevam sempre;
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. Estas entidades relevam sempre que se verificar a existência de controlo ou presunção do mesmo.

A este propósito assume particular relevância assinalar que os dois Fundos de Investimento Imobiliários 100% detidos, nomeadamente o FII Maia Golfe, o FII Maia Imo, relevam desde 2014 para efeitos de apuramento do endividamento municipal, contrariamente ao que acontecia até 2013, não obstante estarem devidamente refletidos no Balanço Municipal desde a data da sua constituição ao justo valor.

A contribuição de cada uma das entidades para a dívida do município – grupo municipal – corresponde ao seu valor da dívida apurada multiplicado pelas respetivas percentagens de capital detido pelo Município.

No quadro seguinte sistematiza-se a informação sobre as entidades participadas pelo Município e respetivas parcelas detidas.

Quadro 23

ENTIDADES PARTICIPADAS	
1.º Semestre de 2016	
Identificação	% Participação
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados	
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100%
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais	
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	10,56%
Área Metropolitana Porto	5,58%
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,95%
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,46%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,39%
Maialnova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia	25%
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento	
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	5,19%
Entidades Regionais	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	1,16%
Empresas Locais e Participadas	
Empresas Locais	
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	100%
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	100%
Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão do Património, E.M.	100%
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	51%
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	4,75%
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, EMT, S.A.	0,06%
Empresas Participadas	
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A	0,22%
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	0,24%
Águas do Norte, S.A. (1)	1,28%
Metro do Porto, S.A. (1)	0,0001%
Cooperativas e Fundações	
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia	13,33%
Fundação do Conservatório de Música	100%
Fundação do Desporto	4,093%
Fundação da Juventude	1,50%
Entidades de outras natureza	
FEI Maiaimo	100%
FEI Maiaolive	100%

(1) Setor Empresarial do Estado

Das entidades acima identificadas e participadas pelo município, à exceção das empresas abrangidas pelo Setor Empresarial do Estado, Águas do Norte, S.A., e Metro do Porto, S.A. e a Turismo Porto Norte,

E.R, todas as demais são suscetíveis de relevar para efeitos de apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal - no final do primeiro semestre de 2016.

Todavia, apenas relevam para efeitos dos respetivos limites caso não apresentem resultados anuais equilibrados, cujo enquadramento legal define como sendo o caso dos resultados líquidos antes de impostos se apresentarem negativos, conforme dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, uma vez articulada com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Deste modo, da apreciação das contas anuais das entidades que reportaram a informação solicitada, e aplicando a dita regra do equilíbrio anual, conclui-se que violam esta regra as entidades adiante mencionadas no Quadro 24.

Dá-se nota que apesar dos reiterados pedidos formulados pelo Município, dada a ausência de reporte de informação à data de fecho de contas, não foi possível avaliar o contributo atualizado de um conjunto de entidades, em concreto, da Primus, da Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia, da Maianova, da Associação Parque Ciência e Tecnologia do Porto e da Fundação da Juventude. Contudo, regista-se que por força da pouca materialidade de tais participações do município, e por inerência dos respetivos efeitos no endividamento municipal, não se encontra prejudicada a fiabilidade da informação financeira produzida neste âmbito.

Quadro 24

ENTIDADES QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL	
EMPRESAS LOCAIS E PARTICIPADAS	
Identificação	%
Empresas locais:	
Tecmaia	51,00%
Município	4,75%
Primus	0,06%
Empresas participadas:	
Net	0,22%

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL

Como apontamento preambular à análise desta componente da dívida, reiteram-se as considerações elencadas anteriormente em resultado da recomendação emanada pelo Tribunal de Contas em sede de homologação das contas de gerência dos exercícios de 2004 e 2005, e transmitida ao município em 04 de agosto de 2016.

É importante reiterar que estamos perante uma dilação temporal de 10 anos.

Tal como foi amplamente referido, em consequência desta recomendação o município foi obrigado a modificar o registo contabilístico da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004, passando a contabilizá-la como um empréstimo bancário de médio e longo prazo a partir do exercício de 2016, apesar da operação em referência não ter natureza orçamental uma vez que o município nesta fase apenas intervém como garante perante eventual incumprimento por parte dos inquilinos, situação que desde 2004 até à presente data nunca se verificou dado o cumprimento regular dos arrendatários.

Perante a necessidade de dar cumprimento a esta recomendação, apesar do entendimento, que do ponto de vista técnico, temos vindo a adotar se opor à solução preconizada pelo Tribunal de Contas, atendendo ao atual quadro normativo existente – POCAL, procedeu-se à alteração da contabilização da operação em apreço, até à presente data refletida no passivo do balanço do município numa conta de proveitos diferidos - conta 27.4.2 – Antecipação de Rendas –, registando-a como um empréstimo de médio e longo prazo e fazendo-a relevar para efeitos de cumprimento do limite da dívida, apesar de não se tratar de uma dívida de natureza orçamental, requisito essencial para que a mesma releve para o apuramento do endividamento municipal face ao disposto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Assume-se como especialmente relevante mencionar que no âmbito de diversas auditorias externas realizadas pela Inspeção Geral de Finanças ao endividamento municipal, nomeadamente aos exercícios de 2001 a 2004, de 2003 a 2006, de 2005 a 2009, nunca foi questionado o registo contabilístico desta operação de cessão de créditos das rendas de habitação social.

O que comprova que estamos perante uma questão bastante discutível, motivo que justifica a solicitação de um pedido de esclarecimentos a diversas entidades tutelares sobre a forma de contabilização proposta, procedimento este em curso.

Neste contexto, apresenta-se assim uma alteração substancial ao conteúdo da dívida total de operações orçamentais do município, mormente em relação à utilizada na anterior gerência, o que fragiliza qualquer análise comparativa que se pretenda coerente.

Deste modo, no apuramento da dívida total de operações orçamentais (ajustadas) do município – grupo municipal – para além de estarem incluídas todas as dívidas a terceiros refletidas no balanço das entidades, deduzidas dos acréscimos e diferimentos e das generalidade das operações não orçamentais, que mais não são do que cobranças e/ou retenções de valores que se efetuam a favor de uma entidade externa, não constituindo por isso receita do município, está contemplada a operação de antecipação de

rendas de habitação social contabilizada como empréstimo de médio e longo prazo, apesar de não se tratar de dívida de natureza orçamental do município “*strictu sensu*.”

Quadro 25

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS "AJUSTADAS" DO MUNICÍPIO	
1.º semestre de 2016	
Identificação	Contribuição
Município (1)	49.828.817
Dívida bruta sem contrato de antecipação de rendas	36.215.348
Contrato de antecipação de rendas (cessão de créditos)	13.613.469
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)	18.936.810
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	18.936.810
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)	7.576.186
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	7.460.194
Área Metropolitana do Porto	0
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	104.565
AdePorto - Agência de Energia do Porto	6.218
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	304
MaiaInova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia	748
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento	-
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	4.157
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)	1.764.938
Tecmaia	1738.356
Município	26.492
Net	90
Primus	1
Cooperativas e Fundações (5)	377.305
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia	2.688
Fundação do Conservatório de Música	303.700
Fundação do Desporto	9.818
Fundação da Juventude	61.099
Entidades de outra natureza (6)	15.419.189
FELI Maialmo	6.252.729
FELI MaiaGolfe	9.166.460
TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO MUNICÍPIO (7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	93.903.246
LIMITE LEGAL (8)	104.723.982
MARGEM ABSOLUTA (9) = (7) - (8)	-10.820.737
MARGEM UTILIZÁVEL (alínea b) n.º 3 art.º 52 LFL (10) = (8) * 20%	3.893.144
TOTAL DÍVIDA ORÇAMENTAL A 31 DEZEMBRO 2015 (11)	85.258.261
MARGEM DISPONÍVEL PARA UTILIZAR (12) = (10) - [(7)-(11)]	-4.751.840

Un: Euros

Incluindo a operação de antecipação das rendas da habitação social em cumprimento da recomendação do Tribunal de Contas, a dívida de operações orçamentais “ajustadas” do município – grupo municipal – a 30 de junho de 2016, é de 93.903.246 €, o que posiciona o município abaixo do limite legalmente imposto em (-) 10.820.737 € e evidencia um agravamento de (+) 8.644.984 € em relação ao montante apurado no final do exercício económico de 2015 que é superior à margem disponível em 4.751.840 €

Contudo, repetem-se as considerações já produzidas no que toca à comparabilidade dos dados, uma vez reconhecida a diferença de conteúdo da dívida relevante para efeitos de apuramento da dívida de operações orçamentais do município nos diferentes exercícios económicos.

Porquanto, excluído o montante proveniente da operação de antecipação das rendas da habitação social, o endividamento do grupo público totalizava 80.289.777 €, o que comprovava um decréscimo de (-) 4.968.485 € face ao ano transato, posicionando a dívida total de operações orçamentais do grupo municipal ainda mais abaixo do limite que a lei define e sem nenhum impacto na utilização da margem disponível para o aumento da dívida total do grupo, contrariando assim o acréscimo anteriormente sinalizado.

Do exposto resulta inequívoco que o aumento da dívida total do grupo municipal advém do cumprimento da recomendação do Tribunal de Contas, facto superveniente à regular gestão municipal do exercício de 2016.

A contribuir positivamente para o posicionamento da dívida total do grupo municipal destaca-se a dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Praça Maior, que “*per si*” foi responsável pelo corte de (-) 3.763.051 €

Embora com menos materialidade, mas ainda com alguma expressão, surgem também a contribuir positivamente para a redução do endividamento do grupo: a Lipor com (-) 848.049 €, os SMAS com (-) 208.208 € e o Hospital Lidador com (-) 126.006 €

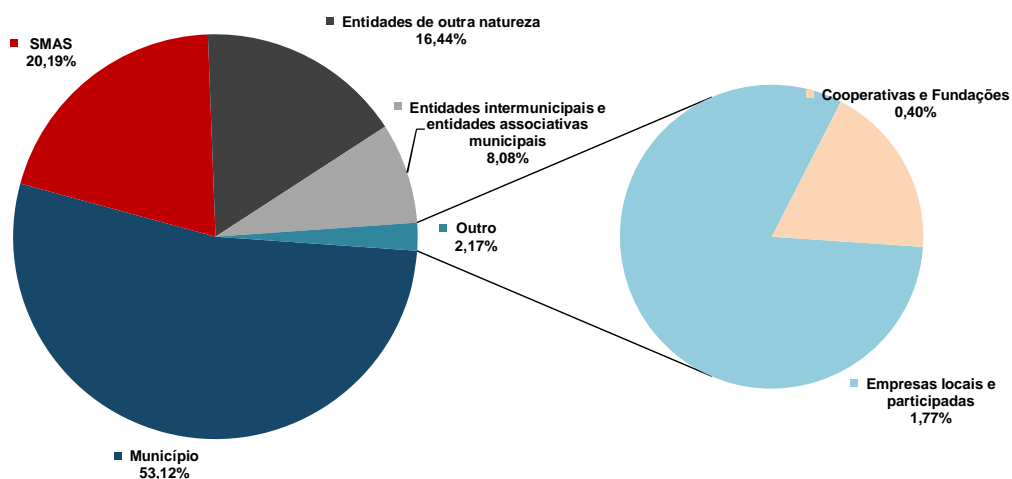
Em contraciclo com esta dinâmica releva-se a contribuição do Município para a dívida com (+) 11.838.395 €, devido ao impacto da operação de antecipação das rendas da habitação social pelos motivos já explicados, uma vez que a sua dívida “*strictu sensu*” de natureza orçamental reduziu (-) 1.775.074 €, já que a parte correspondente ao Fundo de Apoio Municipal não releva para este efeito

Logo a seguir destaca-se o contributo da TECMAIA com (+) 1.738.356 € de dívida, entidade que à data de fecho de contas do ano transato não relevava para este efeito uma vez que apresentava os resultados líquidos antes de impostos positivos.

Embora com menos materialidade, as demais entidades participadas permanecem com o mesmo contributo do ano passado para a dívida do grupo municipal, ou apresentam variações meramente residuais não assumindo materialidade no cômputo global da variação obtida.

Gráfico 12

CONTRIBUTO POR NATUREZA DE ENTIDADE
1.º semestre de 2016



Para uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento do município numa lógica de grupo municipal, insere-se o Quadro 26 demonstrativo da dívida total de operações orçamentais “ajustada” diferenciada em função do seu grau de exigibilidade.

Quadro 26

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS "AJUSTADAS" DO GRUPO MUNICIPAL POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
1.º Semestre de 2016				
Identificação	%	Dívidas a terceiros de MLP	Dívidas a terceiros de CP	Contribuição
(a)	(b)	(c)	(d) = (b)+(c)	
Município (1)	100%	45.439.740	4.389.077	49.828.817
Dívida bruta sem contrato de antecipação de rendas		31826.271	4.389.077	36.215.349
Contrato de antecipação de rendas (cessão de créditos)		13.613.469	0	13.613.469
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)		18.753.467	183.343	18.936.810
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100%	18.753.467	183.343	18.936.810
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)		6.756.046	820.140	7.576.186
Lipor	10,56%	6.690.044	770.150	7.460.194
Área Metropolitana do Porto	5,58%	0	0	0
APCT - Assoc. Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,95%	66.002	38.564	104.565
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,46%	0	6.218	6.218
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,39%	0	304	304
MaiaNova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia	25,00%	0	748	748
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento		0	0	0
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	5,19%	0	4.157	4.157
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)		7.959	1.756.979	1.764.938
Tecmaia	51%	0	1.738.356	1.738.356
Município	4,75%	7.959	18.532	26.492
Net	0,22%	0	90	90
Primus	0,06%	0	1	1
Cooperativas e Fundações (5)		29.767	347.539	377.305
Cooperzo - Cooperativa Zoológica da Maia	13,33%	0	2.688	2.688
Fundação do Conservatório de Música	100%	0	303.700	303.700
Fundação do Desporto	4,093%	0	9.819	9.819
Fundação da Juventude	150%	29.767	31.332	61.099
Entidades de outra natureza (6)		14.597.890	821.299	15.419.189
FEII Maiaimo	100%	6.252.729	0	6.252.729
FEII Maiaolive	100%	8.345.160	821.299	9.166.460
TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO GRUPO MUNICIPAL		85.584.869	8.318.377	93.903.246
(7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)				

Un: Euros

Gráfico 13

PESO DA DÍVIDA POR GRAU DE EXIGIBILIDADE
1.º semestre 2016



Nos gráficos subsequentes ilustram-se, não só o posicionamento da dívida total do município – grupo municipal – face ao limite legal imposto, mas também o contributo de cada uma das entidades participadas.

Gráfico 14

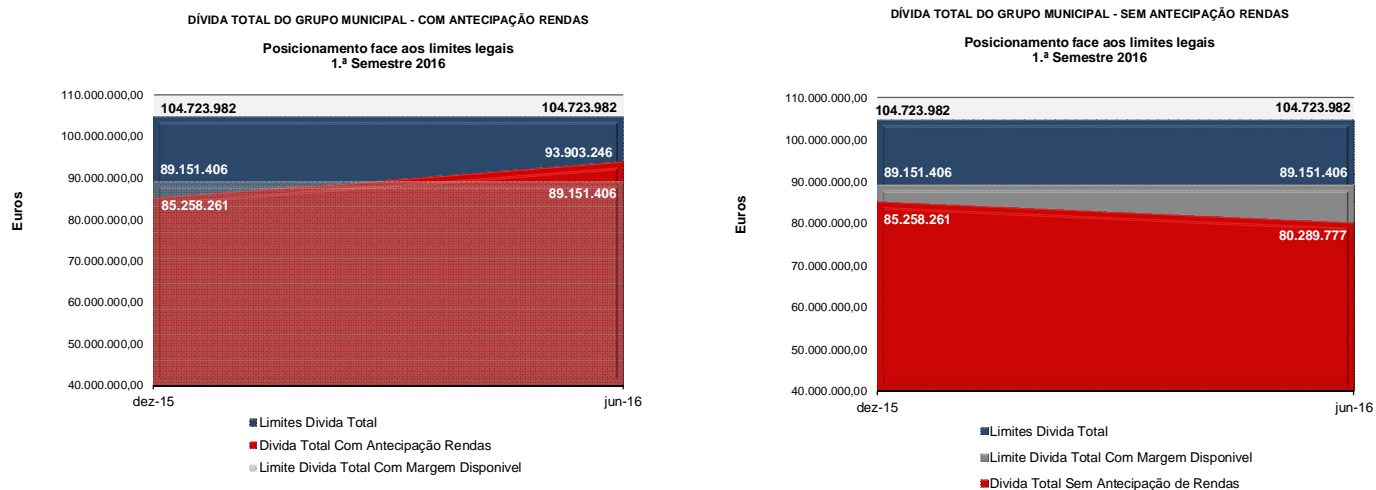
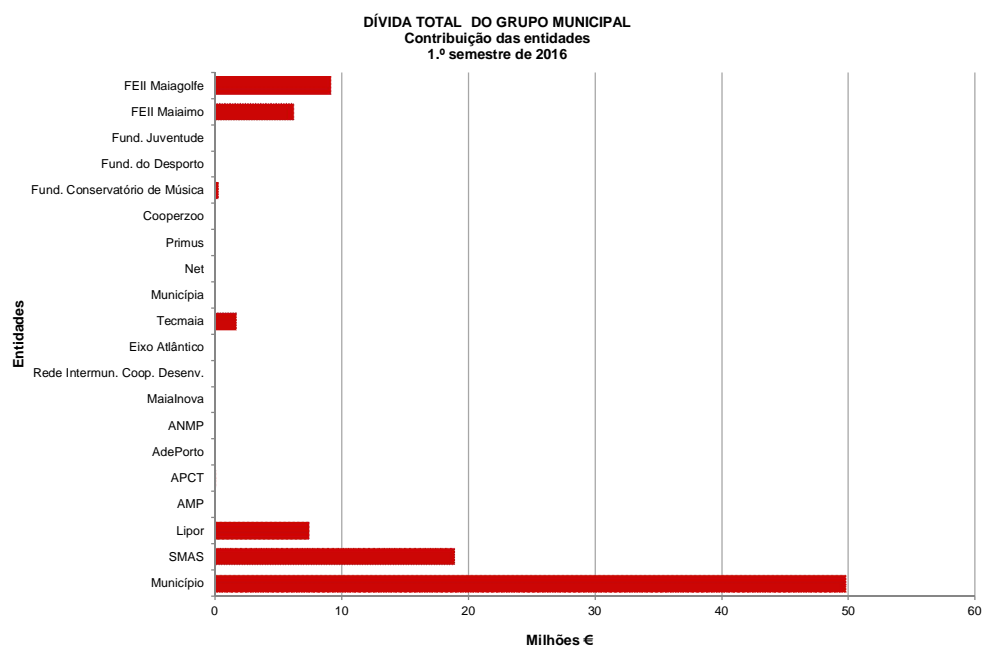


Gráfico 15





6

1

0

2



maia

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

O capítulo que se desenvolve seguidamente incide, no essencial, sobre a apreciação da situação económica e financeira do Município da Maia à data de 30 de junho de 2016, tendo como objetivo uma análise da evolução económico-financeira, em termos de balanço, através da comparação dos saldos do primeiro semestre de 2016 com os valores evidenciados no final do exercício de 2015.

Ao nível da demonstração de resultados, a comparação é efetuada relativamente a período homólogo, ou seja, ao primeiro semestre de 2015.

Não obstante os documentos de prestação de contas apresentados não terem a profundidade nem a extensão da informação prestada no final de cada ano, os princípios contabilísticos que lhes estão subjacentes correspondem aos aplicados no final do exercício.



6

1

0

2



maia

CÂMARA MUNICIPAL

BALANÇO

O Balanço é, de entre as peças que compõem o dossier de prestação de contas, a que mais rapidamente permite avaliar a robustez económica e financeira de uma entidade, independentemente da natureza da mesma ser pública ou privada. Este é o único mapa em que é possível encontrar simultaneamente informação acerca da composição atual do património/ ativo (imobilizado, existências, dívidas de terceiros e disponibilidades), assim como da capacidade da entidade se financiar por via de capitais próprios e, por inerência, da sua necessidade de recorrer subsidiariamente a capitais alheios (fundos próprios ou capitais alheios/ passivo).

Do confronto destas duas componentes, é possível inferir acerca da capacidade que a entidade tem de se autofinanciar e, por sua vez, da capacidade de manutenção da sua atividade de modo sustentável e equilibrado, assegurando-se sempre em primeira linha o pontual cumprimento das suas obrigações perante terceiros.

Apresenta-se de seguida o balanço municipal à data de 30 de junho de 2016, bem como o comparativo reportado ao fecho de exercício anterior (2015).

Quadro 27

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DA AUTARQUIA - Balanço Sintético						
Descrição	42522		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Activo Líquido	417.640.878	100,00%	420.414.058	100,00%	-2.773.180	-0,66%
Imobilizado	391.808.857	93,81%	398.690.741	94,83%	-6.881.884	-1,73%
Circulante						
Existências	607.208	0,15%	410.856	0,10%	196.352	47,79%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	2.558.331	0,61%	3.082.994	0,73%	-524.663	-17,02%
Disponibilidades	19.158.693	4,59%	15.227.220	3,62%	3.931.473	25,82%
Acréscimos e Diferimentos	3.507.788	0,84%	3.002.246	0,71%	505.543	16,84%
Passivo	121.655.996	100,00%	121.693.581	100,00%	-37.585	-0,03%
Provisões para riscos e encargos	9.469.368	7,78%	11.450.877	9,41%	-1.981.510	-17,30%
Dívidas a Terceiros						
Médio e Longo Prazo	40.624.359	33,39%	30.617.883	25,16%	10.006.477	32,68%
Curto Prazo	15.593.656	12,82%	13.852.373	11,38%	1.741.283	12,57%
Acréscimos e Diferimentos	55.968.613	46,01%	65.772.449	54,05%	-9.803.836	-14,91%
Fundos Próprios	295.984.882	100,00%	298.720.476	100,00%	-2.735.594	-0,92%
Património	305.089.125	103,08%	305.197.001	102,17%	-107.876	-0,04%
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-17.806.131	-6,02%	-16.605.750	-5,56%	-1.200.381	7,23%
Reservas	19.586.179	6,62%	19.579.164	6,55%	7.015	0,04%
Resultados Transitados	-14.076.978	-4,76%	-15.676.526	-5,25%	1.599.548	-10,20%
Resultado Líquido do Exercício	3.192.687	1,08%	6.226.587	2,08%	-3.033.900	-48,72%

Un.: Euros

Em resumo conclui-se que o Ativo Líquido Total a 30 de junho de 2016 atingiu o montante de 417.640.878 € a que corresponde, em termos brutos, um valor de 668.856.986 € e que representa uma variação líquida de (-) 2.773.180 € (isto é, (-) 0,66% relativamente ao valor avaliado a 31 de dezembro de 2015). Esta redução acontece sobretudo pela força da diminuição do Imobilizado (em especial nas

componentes de Bens de Domínio Público e Imobilizações Corpóreas), e só não tem maior expressão pelas variações de sentido contrário ocorridas sobretudo nas Disponibilidades – Depósitos Bancários.

Em contrapartida, diminui, embora sem expressão, o Passivo, (-) 37. 585 € (ficando a dever-se sobretudo à diminuição das Provisões para Riscos e Encargos constituídas que mais do que compensa o aumento das restantes rubricas globalmente consideradas), diminuindo também em simultâneo os Capitais Próprios, (-) 2 735 594 €, não obstante o resultado líquido do período ser positivo em (+) 3 192 687 €.

Segue-se uma apreciação individualizada e em maior detalhe das principais rubricas de cada um dos membros do balanço.

ATIVO

IMOBILIZADO

Analisado em detalhe o Ativo Líquido, verifica-se que o Imobilizado continua a ser a componente com maior impacto, ao representar 93,81% do seu valor total, a que corresponde o montante de 391.808.857€.

Todas as partes que compõem o Ativo Imobilizado, sem exceção, seguem a mesma linha de evolução entre os dois períodos em comparação: todas diminuem em valor; globalmente o Imobilizado diminui (-) 6.881.884 € face ao período homólogo (correspondente a (-) 1,73%), tal como se demonstra detalhadamente no quadro seguinte.

Quadro 28

ATIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO - Variação 2016/ 2015						
Rubricas	Junho 16	%	2015	%	Variação %	Variação Absoluta
Bens de Domínio Público	90.253.888	23,04%	94.414.740	23,68%	- 4,41%	- 4.160.852
Imobilizações Incorpóreas	258.432	0,07%	290.861	0,07%	- 11,15%	- 32.429
Imobilizações Corpóreas	283.948.845	72,47%	285.707.304	71,66%	- 0,62%	- 1.758.458
Investimentos Financeiros	17.347.692	4,43%	18.277.837	4,58%	- 5,09%	- 930.145
TOTAL	391.808.857		398.690.741		- 1,73 %	- 6.881.884

Un.: Euros

No que se reporta à estrutura, mantém-se a predominância das Imobilizações Corpóreas, que consomem 72,47% do total do Ativo Líquido Imobilizado (reforçando até ligeiramente a sua importância face ao observado no período comparativo anterior), seguidas dos Bens de Domínio Público, que figuram com 23,04% do total e, por fim, os Investimentos Financeiros e as Imobilizações Incorpóreas, que continuam a representar em conjunto menos de 5% do total da rubrica.

Para melhor ilustrar o que foi dito, apresentam-se de seguida sob a forma gráfica a estrutura e evolução do Ativo Líquido Imobilizado entre 2015 e o final do primeiro semestre de 2016.

Gráfico 16

Estrutura do Activo Líquido Imobilizado - Variação 2016/ 2015

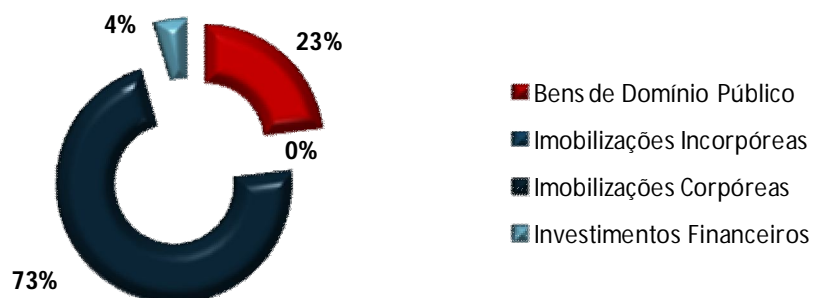
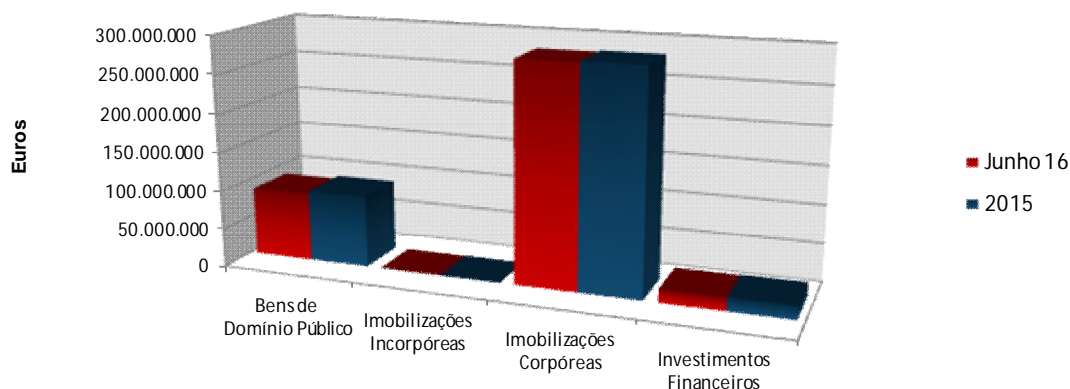


Gráfico 17

Activo Líquido Imobilizado - Variação 2016/ 2015



Com impactos distintos na redução que é observada no todo, observam redução os Bens de Domínio Público, (-) 4.160.852 €, seguidos das Imobilizações Corpóreas, (-) 1.758.458 €, os Investimentos Financeiros, (-) 930.145 €, e as Imobilizações Incorpóreas, (-) 32.429 €

Orientando-se por esta ordem de importância, prossegue o nosso Relatório sobre as variações ao nível dos Bens de Domínio Público, cuja redução fica sobretudo a dever-se ao facto de as entradas de novos bens (no valor de 428.847 €) serem substancialmente inferiores aos valores amortizados dos bens já existentes (4.589.699 €); contribui para este efeito sobretudo a rubrica de Outras Construções e Infraestruturas, onde são contemplados os custos suportados com recuperação e beneficiação de arruamentos e viadutos do Município. Tratando-se de uma diminuição de valor expressivo, (-) 4.160.852 €, em termos relativos contudo representa uma redução de apenas (-) 4,41%.

Ao nível do Imobilizado Corpóreo, a diminuição observada depende grandemente das flutuações do item de Edifícios e Outras Construções, onde se registam saldos com maior expressão e onde se verificou efeito idêntico ao ocorrido nos Bens de Domínio Público: globalmente, os aumentos / entradas de novos bens (por 1.365.348 €) foram substancialmente inferiores às diminuições de valor registadas nomeadamente por via das amortizações (no montante de 3.123.806 €). Além deste efeito, também o ritmo das aquisições de Imobilizado em Curso (em que se incluem escolas, pavilhões desportivos, habitação social e outras construções) que foi observado no exercício de 2015 e anteriores conheceu, naturalmente, algum abrandamento no primeiro semestre de 2016. A redução global é ainda assim inferior a 1% dos valores observados em 31 de dezembro de 2015.

De seguida, figuram os Investimentos Financeiros, que observam uma redução entre os dois períodos em análise de (-) 930.145 €, cifrando-se no fecho do primeiro semestre de 2016 em 17.347.692 € líquidos de provisões. Contribuem para esta redução desde logo as avaliações dos investimentos realizados na Espaço Municipal, (-) 926.694 €, na Maiambiente, (-) 189.434 €, e na Municipia, (-) 14.831 €. Foi também eliminada contabilisticamente neste semestre a participação do Município na Hospital do Lيدador, S.A. em razão da sua extinção formal.

Uma nota em especial para a evolução da avaliação da Espaço Municipal, cujo ajuste fica a dever-se tão só aos reflexos da recomendação do Tribunal de Contas em sede de homologação das contas de 2004 e 2005 do Município (a que já nos referimos em momento anterior deste relatório), cujos efeitos são extensíveis a esta empresa municipal por envolver, a operação de antecipação de rendas, as duas entidades.

Diminuindo a amplitude do impacto destas reduções encontram-se, com variações positivas a reentrada de um terreno vindo do Fundo de Investimento Imobiliário dissolvido Praça Maior, cujo direito de superfície foi cedido (pelo Fundo à Iber King, e transmitido o direito do Fundo para o Município na dissolução do primeiro) e que se avalia contabilisticamente em 144.312 €. Também a avaliação dos investimentos feitos no Fundo de Investimento Imobiliário Maia Imo e na empresa municipal Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia foi revista em alta – respetivamente em (+) 40.976 € e (+) 20.619 €. A estrutura dos Investimentos Financeiros permanece também substancialmente inalterada, com o investimento realizado na Espaço Municipal a manter-se ainda assim a componente com maior representação (cerca de 42% do investimento bruto total), seguida das participações no Fundo de Apoio Municipal (alheia à vontade do Município, imposto pela Lei n.º 53/ 2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal) - com 17% - e na Maiambiente - com aproximadamente 16%; em seguida, figura a participação na Águas do Norte (11%) e o Fundo de Investimento Imobiliário Maia Imo (Outros Títulos), com uma ponderação de cerca de 7% do total. Os restantes investimentos realizados não têm representatividade conjunta que ascenda a 5% donde o impacto das variações observadas nos mesmos acaba por ser relativamente negligenciável.

Para melhor ilustrar a posição dos investimentos nas empresas cujo capital social é detido em mais de 50% pelo Município, apresenta-se de seguida um quadro com a quantificação dessas participações, medidas pelo Método da Equivalência Patrimonial - isto é, pela porção do valor dos Capitais Próprios que é detida pelo Município, sempre que estes são positivos.

Quadro 29

INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
	% Detida	Custo de Aquisição	Valor Ajustado		Variação
Partes de capital			30-Jun-16	2015	
EMEM - Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia	100%	124.699	441.962	421.343	20.619
Fundação Conservatório de Música da Maia	100%	22.938	0	0	-
Maambiente - Empresa Municipal de Ambiente	100%	1.496.394	2.831.418	3.020.852	-189.434
Espaço Municipal - Ren. Urbana e Gestão Património	100%	12.811.338	7.276.050	8.202.744	-926.694
MACMAI	100%	149.639	0	0	0
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	51%	2.799.390	0	0	0
		17.404.398	10.549.430	11.644.939	-1.095.509

Un.: Euros

Analisando autonomamente e como tem sido habitual a performance dos Fundos de Investimento Imobiliário, é de recordar que desde 2014 que estes permanecem valorizados ao custo, líquido de amortizações e de provisões associadas, por alteração da política contabilística ocorrida então - entrada em vigor do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais. Em 2016, a manutenção deste critério levou a que fossem efetuados ajustamentos nos Investimentos Financeiros associados aos Fundos apenas no sentido de os atualizar pelo seu valor, redundando contabilisticamente numa valorização deste ativo, em (+) 40.976 € - no caso em concreto, correspondente apenas ao Maia Imo, por ser o único com Capitais Próprios positivos.

Digna de destaque é ainda utilização das Provisões anteriormente constituídas em (-) 3.000.639 €, para pagamento à entidade financeira como resultado do processo de extinção do Fundo de Investimento Imobiliário Praça Maior: recaiu no primeiro semestre de 2016 o impacto da dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Praça Maior, iniciada na gerência de 2015. Sob proposta aprovada pelo órgão executivo na reunião realizada no dia 15 de junho de 2015 e homologada pelo órgão deliberativo na 3.ª sessão ordinária realizada no dia 25 de junho do mesmo ano, foi concretizada a referida extinção no dia 29 de janeiro de 2016 mediante celebração de escritura.

No quadro seguinte, são apresentados detalhadamente os elementos financeiros que estiveram na origem dos movimentos contabilísticos efetuados.

Quadro 30

INVESTIMENTOS FINANCEIROS - Fundos de Investimento Imobiliário (MEP)						
	% Detida	Custo de Aquisição	Capital Próprio Ajustado		Variação	
Outras Aplicações Financeiras			30-Jun-16	2015	Investimentos Financeiros	Provisões
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA IMO"	100%	6.000.000	1296.359	1255.383	40.976	-
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA GOLF"	100%	5.500.000	-1562.089	-1526.816	-	35.273
Fundo de Investimento Imobiliário "PRAÇA MAIOR"	100%	5.000.000	0	-3.000.639	-	-3.000.639
		16.500.000	-265.730	-3.272.072	40.976	-2.965.367

Un.: Euros

Por último e dando por concluída a análise ao Ativo Imobilizado, figuram com variação de menor expressão as Imobilizações Incorpóreas cuja diminuição, embora reforçando a tendência das rubricas anteriores, acaba por não ter impacto significativo ao nível da globalidade do Ativo - (-) 32.429 €, que

correspondem a (-) 11,15% do que o registado em 31 de dezembro de 2015. A 30 de junho de 2016 esta rubrica continua a ter um peso muito diminuto no cômputo global do Ativo Imobilizado – 0,07%.

CIRCULANTE

O Ativo Circulante totaliza a 30 de junho de 2016 o montante de 22.324.232 €, correspondendo estes a 5,35% do total do ativo líquido, repartido entre existências, dívidas de terceiros de curto prazo e disponibilidades.

A parcela das disponibilidades é a mais relevante do ativo circulante, absorvendo cerca de 86% do seu total, seguindo-se as dívidas de terceiros de curto prazo (com 11%) e, residualmente, as existências (com 3%).

À semelhança do que sucedeu na prestação de contas anterior, quer as existências, quer as disponibilidades aumentam face ao exercício anterior, apresentando estas últimas uma variação com incontornável materialidade - (+) 3.931.473 €, enquanto as dívidas de terceiros de curto prazo viram o seu valor reduzir-se.

Atenta a importância desta rubrica, insere-se uma apreciação detalhada das Dívidas de Terceiros, de acordo com o Quadro 31.

Quadro 31

DÍVIDAS DE TERCEIROS							
	30-Jun-16			2015			Variação 2016/ 2015
	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	
Empréstimos Concedidos	74.149	0	74.149	76.566	0	76.566	-3,16%
Clientes/Contrib. e Utentes c/c	1.402.363	0	1.402.363	1.180.462	0	1.180.462	18,80%
Clientes/Contrib./Utentes/Deved. Diversos - Cobrança Duvidosa	6.656.047	6.631.344	24.704	6.746.327	6.418.762	327.565	-92,46%
Clientes/Contrib./Utentes - Cobrança Duvidosa	5.148.635	5.096.970	51.665	5.237.131	4.932.617	304.514	-83,03%
Outros Devedores - Cobrança Duvidosa	1.507.412	1.534.374	-26.961	1.509.196	1.486.145	23.051	-216,96%
Estado	105.203	0	105.203	118.861	0	118.861	-11,49%
Outros Devedores	951.914	0	951.914	1.379.540	0	1.379.540	-31,00%
Dev. de Transferências para as A. L.	364.794	0	364.794	322.748	0	322.748	13,03%
Devedores Diversos - Outros	587.120	0	587.120	1.056.792	0	1.056.792	-44,44%
TOTAL	9.189.675	6.631.344	2.558.331	9.501.756	6.418.762	3.082.994	-17,02%

Un: Euros

Da observação do quadro supra são detetáveis variações de sinal simétrico em diversas rubricas, que acabam por consolidar-se numa diminuição global deste ativo no montante de (-) 524.663 €

Em detalhe, aumentam em valor absoluto as rubricas de Clientes/ Contribuintes/ Utentes – Conta Corrente, (221.901 €) e Outros Devedores – Devedores de Transferências para as Autarquias Locais, (42.406 €).

Pelo contrário, observam diminuições todas as restantes: Outros Devedores – Devedores Diversos, (-) 469.672 €, Clientes/ Contribuintes/ Utentes/ Devedores Diversos – Cobrança Duvidosa, (-) 302.861 €, e por último Empréstimos Concedidos, (-) 2.418 €

De entre as diversas rubricas individualmente consideradas, a que mantém maior expressão em termos líquidos continua a ser Clientes, Contribuintes e Utentes – C/c, com origem na cobrança de receita

associada à emissão de alvarás de licenciamento e de loteamento e respetivas taxas municipais de urbanização.

Uma nota em especial à diminuição dos saldos de terceiros de cobrança duvidosa: não só os saldos líquidos diminuem (-) 302.861 €, como também os saldos brutos, (-) 90.280 €

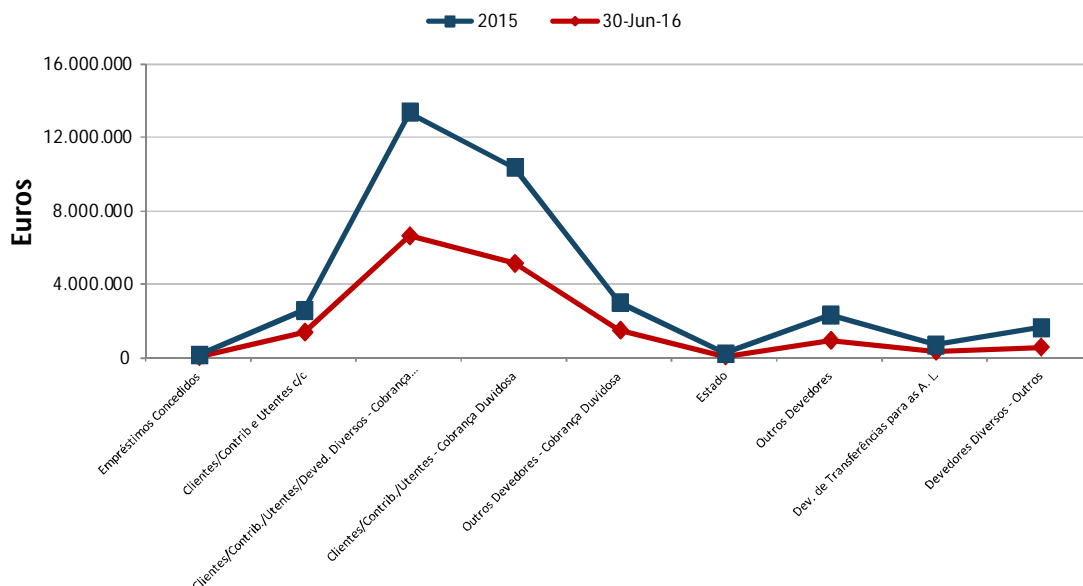
Paralelamente, é de assinalar também na análise a estas variações o efeito da dissolução do Fundo de Investimento Imobiliário Praça Maior com impacto ao nível dos saldos de Outros Devedores – Devedores Diversos; aqui encontra-se contabilizada a anulação do saldo detido pelo Município sobre o Fundo extinto em 29 de janeiro de 2016. Acresce que por força desta operação temos a cedência ao Município dos direitos de superfície (a 10 anos) detidos pelo Fundo sobre a Iber King (relacionados com prédio urbano composto de terreno para construção, situado no gaveto da Av. D. Manuel II e da rua Altino Coelho), cujos ganhos presentes e futuros, à data da escritura de dissolução, totalizavam 555.000 €

Regista-se ainda uma observação para os empréstimos concedidos, que no primeiro semestre de 2016 apresentam uma diminuição de (-) 2.418 €, em virtude de ter ocorrido o reembolso de parte do saldo transitado de anos anteriores no âmbito do programa FINICIA.

Para uma melhor perceção das oscilações das Dívidas de Terceiros no primeiro semestre de 2016 face aos valores constantes da prestação de contas anterior, ilustra-se a análise efetuada com a representação gráfica que se insere.

Gráfico 18

Dívidas de Terceiros - Ativo Bruto



Completa-se a apreciação do Ativo Circulante com alusão às disponibilidades, cujo montante a 30 de junho de 2016 ascendeu a 19.158.693 €, dos quais 83.850 € referem-se a valores em Caixa, e 19.074.844 € resultam de depósitos em Instituições Financeiras.

O significativo aumento verificado em Disponibilidades, mais concretamente em depósitos bancários, advém do próprio resultado da atividade, acompanhado de uma dinâmica de tesouraria geradora de fluxos de caixa excedentários.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no ativo do balanço, das rubricas de Acréscimos de Proveitos e de Custos Diferidos, cuja apreciação se faz de seguida.

Quadro 32

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	
Acréscimos de Proveitos	3.398.910
Juros a Receber	24.090
Impostos e Taxas	2.317.657
Subsídios Correntes	603.561
Instalações Desportivas	5.412
Mercados e Feiras	0
Outros Acréscimos de Proveitos	438.190
Custos Diferidos	108.878
Prémios de Seguros	79.479
Rendas Antecipadas	0
Outros Custos Diferidos	29.399
TOTAL	3.507.788

Un.: Euros

Os custos e proveitos de natureza ativa, no primeiro semestre de 2016, totalizam 3.507.788 €, correspondendo o montante de 3.398.910 € a Acréscimos de Proveitos e 108.878 € a Custos Diferidos.

Nos Acréscimos de Proveitos mantem-se destacada a rubrica de Impostos e Taxas, que responde sozinha por 68% do total contabilizado nesse item, diferenciando-se o I.M.I. - Imposto Municipal s/Imóveis, com 1.598.101 €, o I.M.T. - Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis, com 416.208 €, e o I.U.C. - Imposto Único de Circulação, com 298.869 €.

Logo de seguida, ordenando por valor absoluto de contributo para o valor apurado final, vem a rubrica de Subsídios Correntes que regista um saldo de 603.561 € resultantes do reconhecimento da receita a arrecadar no âmbito de Atividades de Enriquecimento Curricular, 267.516 €, do Fornecimento de refeições escolares, 218.193 €, do Programa de Expansão Pré-Escolar, 86.557 €, e Outros, 31.294 €.

Com expressão materialmente relevante surgem ainda os Outros Acréscimos de Proveitos, cujo valor de 438.190 € está relacionado em grande parte (308.545 €) com o reconhecimento do proveito referente aos

recebimentos esperados por parte dos encarregados de educação correspondentes ao fornecimento de refeições escolares, CAF e SAF de maio e junho de 2016.

PASSIVO

Não obstante a realização de uma análise mais detalhada à dívida do Município da Maia, remetida pela sua importância para capítulo próprio do presente Relatório de Gestão (onde convenientemente se explicam as variações mais expressivas e os respetivos fundamentos), considera-se contudo da maior pertinência uma análise sumária do passivo numa ótica patrimonial.

Sem perder de vista a relação direta ou indireta com as referências que constam do capítulo específico da dívida do Município, o qual atende apenas às operações de natureza orçamental neste exercício acrescida da dívida decorrente da operação de cessão de créditos das rendas da habitação social, em cumprimento da recomendação do Tribunal de Contas, que não tem natureza orçamental, justifica-se neste ponto uma análise resumida do passivo, que atende a ambas as naturezas de operações - orçamentais e não orçamentais.

Em 30 de junho de 2016, o Passivo do Município da Maia totalizou 121.655.996 €, apresentando uma diminuição de (-) 37.585 € face ao observado no período homólogo em comparação; para essa redução contribuíram com maior materialidade as reduções dos Acréscimos e Diferimentos Passivos que, cumulativamente com a redução observada nas Provisões para riscos e encargos, mais do que compensam o aumento das Dívidas a Terceiros – quer de curto prazo, quer de médio e longo prazo.

Analisando de acordo com a ordem por que apresentam no Balanço, surgem desde logo as Provisões para Riscos e Encargos exibindo uma redução de (-) 1.981.510 € devida, por um lado, ao reforço das provisões constituídas para Processos Judiciais em Curso, (+) 762.250 €, e, por outro lado, à dinâmica dos Capitais Próprios das empresas e fundos participados pelo Município, cujos Passivos excedem o valor dos Ativos (e em que o impacto nas Provisões para Outros Riscos e Encargos é diretamente proporcional à participação), cuja diminuição no período se cifra em (-) 2.743.760 €

Numa análise de pormenor, verifica-se que contribuem para este facto a dinâmica dos Fundos de Investimento Imobiliário (oportunamente detalhadas no Quadro 30 inserido na análise ao Ativo Imobilizado), de que decorre designadamente a anulação da Provisão constituída para a participação do Fundo de Investimento Imobiliário Praça Maior (extinto no decurso do semestre), por (-) 3.000.639 €. De seguida figura a redução da provisão associada à participação na Fundação Conservatório de Música da Maia, em (-) 74.985 €; em sentido contrário, é efetuado o reforço da Provisão associada às participações na Tecmaia e no Fundo de Investimento Imobiliário Maia Golf, respetivamente nos montantes de 296.592€ e 35.273 €

De seguida dedica-se maior atenção à oscilação das Dívidas a Terceiros no montante de (+) 11.747.760 €, onde é verificável que esta rubrica contraria o efeito tendente à diminuição do Passivo que se observava nas Provisões. Neste caso, não obstante ser verificável a redução das Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo que se encontravam registadas contabilisticamente no fecho de 2015 – que diminuíram, na atualização de saldos a 30 de junho, o seu montante em (-) 2.579.875 € -, sucede que a

recomendação do Tribunal de Contas a que já se aludiu anteriormente neste relatório veio impor o registo da operação de créditos levada a cabo em 2004 como se um mútuo se tratasse; esta operação traduz-se contabilisticamente num aumento das Dívidas de Médio e Longo Prazo que se quantifica em 12.586.352 €. No seu todo, esta rubrica do Passivo acaba, por essa razão, por aumentar (+) 10.006.477€ - em lugar de diminuir, como seria expectável da sua atividade regular e da manutenção dos critérios que vinham a ser utilizados nos períodos anteriores.

No curto prazo, a contabilização da parte deste pretensão mútuo que é exigível no curto prazo, no montante de 1.027.117 €, vem reforçar o aumento que já resultava da atividade corrente do Município que se cifrava em (+) 714.167 €, na globalidade, a rubrica de Dívidas a Terceiros – Curto Prazo aumenta assim (+) 1.741.283 €

Por último, e determinante também para a evolução do Passivo, figura a rubrica de Acréscimos e Diferimentos (passivos) que registou uma diminuição em relação ao ano anterior, de (-) 9.803.836 €, com origem sobretudo na reclassificação dos proveitos diferidos que decorreu da recomendação do Tribunal de Contas a que já se aludiu anteriormente (e que se materializa numa redução deste saldo no valor de 9.465.271 €, a este efeito, juntam-se os Subsídios para Investimentos e, residualmente, os Juros a Liquidar. Uma análise mais detalhada será feita mais adiante no capítulo dos acréscimos e diferimentos de natureza passiva.

DÍVIDAS A TERCEIROS

Dada a sua importância e incontornável materialidade financeira – representam 46,21% do passivo - a rubrica de Dívidas a Terceiros será alvo de análise mais aprofundada, auxiliada pelos quadros que seguidamente se inserem.

Quadro 33

DÍVIDAS A TERCEIROS - Operações Orçamentais e não Orçamentais			
	30-Jun-16	2015	Variação
Dívida de Médio e Longo Prazo	47.789.262	36.755.669	30,02%
Dívida de Curto Prazo	8.428.753	7.714.587	9,26%
Total	56.218.015	44.470.256	26,42%

Un: Euros

Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a natureza da dívida, independentemente do grau de exigibilidade da mesma.

Tal como referido na apresentação genérica das alterações ocorridas no Passivo durante o primeiro semestre de 2016, a Dívida Total a Terceiros apresenta um aumento de (+) 11.747.760 €, resultante do aumento da componente de curto prazo, no valor de (+) 714.167 €, mas também da componente de médio e longo prazo, de (+) 11.033.593 €, incluindo-se nesta última a dívida de médio e longo prazo exigível no curto prazo.

A componente da dívida com natureza de médio e longo prazo (independentemente do grau e exigibilidade da mesma), que se cifrava no montante de 36.755.669 € e que passa a 47.789.262 € por

força do acatamento da recomendação do Tribunal de Contas, representa cerca de 85% do total da dívida a terceiros e ostenta uma variação positiva de (+) 30,02% face ao valor contabilizado no fecho de 2015.

Também neste item se encontra incluída a parcela do Fundo de Apoio Municipal subscrita e que não foi realizada até ao fim do primeiro semestre de 2016 – 2.349.522 €.

O aumento da dívida de curto prazo representa 0,59% do passivo total reportado a 30 de junho de 2016, razão pela qual não se justifica uma análise exaustiva deste item.

Acrescenta-se uma nota final à análise do Quadro antecedente, para reforçar a informação que já consta a título de nota de rodapé do mesmo, salientando que a informação aqui evidenciada tem em consideração a natureza da dívida, independentemente da exigibilidade da mesma.

Quadro 34

DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO			
Operações Orçamentais	30-Jun-16	2015	Variação
Curto Prazo	4.389.077	3.797.868	15,57%
Fornecedor c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	662.655	372.752	77,77%
Fornecedor imobilizado c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	333.363	16.196	1958,35%
Adiantamento por conta de vendas	8.164	8.164	-
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	29.200	29.200	0,00%
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	-
Outros Credores	3.355.695	3.371.556	-0,47%
Sub-Total	4.389.077	3.797.868	15,57%
Operações Não Orçamentais	30-Jun-16	2015	Variação
Curto Prazo	4.039.676	3.916.719	3,14%
Clientes e Utes c/ Cauções	1.895.703	1.900.116	-0,23%
Fornecedores de Imobilizado c/ Cauções	811.409	849.722	-4,51%
Estado e Outros Entes Públicos	394.914	228.228	73,03%
Outros Credores	937.650	938.652	-0,11%
Sub-Total	4.039.676	3.916.719	3,14%
TOTAL	8.428.753	7.714.587	9,26%

Un: Euros

Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a natureza da dívida, independentemente do grau de exigibilidade da mesma.

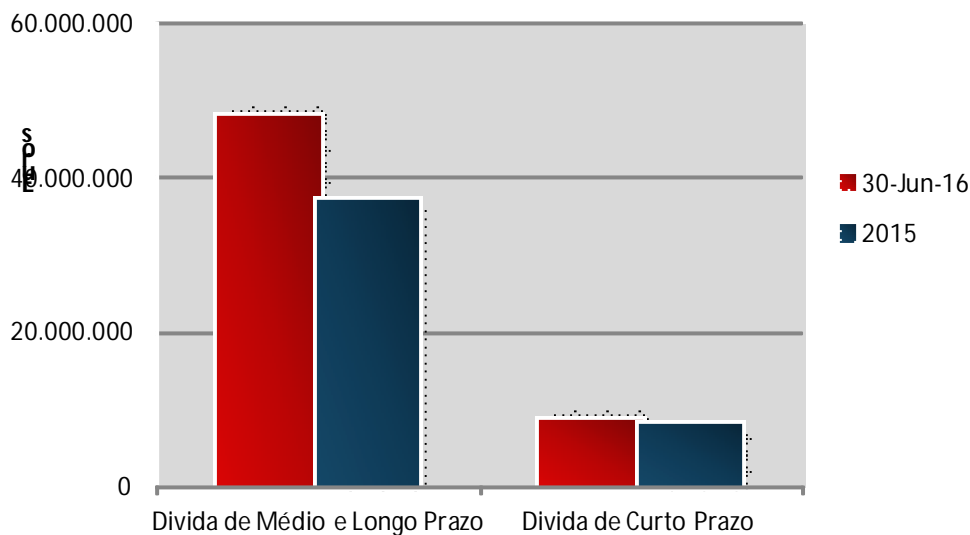
Comparativamente ao ano anterior, e no que respeita às operações orçamentais de curto prazo, verifica-se um aumento de (+) 15,57% na dívida constituída.

As operações não orçamentais referem-se a operações de tesouraria e a cauções em dinheiro, caracterizando-se por cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros, funcionando como operações de entradas e saídas de fundos à margem do orçamento – não têm associados custos nem proveitos, apenas são objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial sem afetar os resultados do período.

Representa-se graficamente a variação das dívidas a terceiros, nas suas duas grandes componentes, tendo como referência o transato ano de 2015.

Gráfico 19

Dívidas a terceiros



ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS

O cumprimento do princípio da especialização dos exercícios determina o reconhecimento, do lado do passivo, de Acréscimos de Custos e de Proveitos Diferidos, cuja composição no fim do primeiro semestre de 2016 se pode verificar no Quadro .

Quadro 35

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	
Acréscimos de Custos	3.487.305
Remunerações a Liquidar - ano seguinte	2.716.171
Juros a Liquidar	133.194
Outros Acréscimos de Custos	637.939
Proveitos Diferidos	52.481.308
Rendas:	1651.325
Processo de antecipação de rendas	0
Outras rendas	7.575
Direito de Superfície	1643.750
Subsídios para Investimentos	47.584.443
Outros Proveitos Diferidos	3.245.539
TOTAL	55.968.613

Un: Euros

A especialização de custos e de proveitos de natureza passiva perfazem o total de 55.968.613 €, distribuindo-se maioritariamente (94%) por Proveitos Diferidos, e com muito menor expressão por Acréscimos de Custos.

À semelhança das prestações de contas anteriores, a parcela predominante de Acréscimos de Custos respeita a remunerações a pagar em 2017 a título de férias e subsídio de férias, cujo tratamento contabilístico atendeu às disposições legais em vigor em matéria de despesas com pessoal. Os valores especializados atendem às obrigações que se constituem a 30 de junho de 2016, pelo que contemplam já os efeitos da reversão das reduções remuneratórias que se encontravam em vigor desde 2014 e que entretanto, tendo sido declaradas inconstitucionais já no decurso de 2015, serão repostas na totalidade ao longo desse ano.

Em Outros Acréscimos de Custos foram reconhecidos os custos imputáveis ao primeiro semestre de 2016 referentes ao fornecimento de serviços externos de comunicações, eletricidade, gás, consumo de água e outros, no valor total de 637.939 €

Do lado dos Proveitos Diferidos predomina o valor contabilizado em Subsídios para Investimentos, que representam aproximadamente 85% do total dos Acréscimos e Diferimentos de natureza passiva: respeitam às participações obtidas no âmbito de projetos cofinanciados, cujo reconhecimento do direito é contabilizado em paralelo com pedidos de pagamento efetuados e os respetivos proveitos reconhecidos ao ritmo a que decorrem as amortizações dos equipamentos que são objeto de financiamento.

Outra das parcelas cuja variação se reveste de incontornável materialidade é a respeitante ao processo de cessão de créditos das rendas habitacionais de contratos de arrendamento e promessa de compra e venda, levado a efeito em 2004 pela empresa Espaço Municipal, E.E.M., de que resultou uma transferência de verba para os cofres do Município da Maia, verba essa que era até aqui anual e gradualmente imputada a proveitos na proporção das rendas futuras a arrecadar, relativamente ao património imobilizado da Autarquia que em cada ano é amortizado. Por força da recomendação do Tribunal de Contas, este Provento Diferido que era registado pelo seu valor líquido deu lugar à contabilização de um mutuo (já amplamente explicado na análise às Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo), razão pela qual desaparece agora dos Proveitos Diferidos.

Acresce que no período em apreço ocorreu também, como já se referiu em momento anterior deste relatório, a extinção do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior e com ela a transmissão para o Município dos Direitos de Superfície (a 10 anos) sobre a Iber King; em 30 de junho, os proveitos diferidos associados a esta transmissão totalizavam 530.000 €

FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios municipais apresentam em 30 de junho de 2016 um saldo 295.984.882 €, tendo diminuído (-) 2.735.594 €, relativamente ao antecedente ano de 2015.

Na origem daquela variação negativa estão sobretudo os Ajustamentos em Partes de Capital em Empresas, (-) 1.200.381, assim como os ajustamentos registados em Resultados Transitados que se relacionam com a correção contabilística efetuada ao processo de antecipação de rendas realizado em 2004 e cujos custos passados, sendo agora objeto de registo autónomo, foram aqui vertidos. Em lugar de

aumentar 6.226.587 € como seria de esperar (pela incorporação dos Resultados Líquidos de 2015) acaba antes por aumentar apenas 1.599.548 € - o efeito do acatamento da recomendação do Tribunal de Contas tem aqui um impacto de 4.627.039 €

Uma análise mais pormenorizada dos movimentos ocorridos no decurso do primeiro semestre do exercício de 2016 em cada uma das contas que compõem a classe 5 – Fundos Próprios, é possível a partir do quadro que segue:

Quadro 36

FUNDO PATRIMONIAL				
2016				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	305.197.001	39.322	147.198	305.089.125
511 Património Inicial	241666.438	39.322	147.198	241558.562
5111 Saldo Abertura POCAL	189.891.029	0	0	189.891.029
5112 Correções ao Balanço Inicial	51.775.409	39.322	147.198	51.667.533
512 Património Adquirido	63.530.562	0	0	63.530.562
55 Ajustamentos de partes de capital em empresas	-16.605.750	0	1.200.381	-17.806.131
56 Reservas de Reavaliação	0	0	0	0
57 Reservas	19.579.164	7.015	0	19.586.179
571 Reservas Legais	3.343.714	0	0	3.343.714
575 Subsídios	2.327.511	0	0	2.327.511
576 Doações	5.129.576	7.015	0	5.136.591
577 Reservas decorrentes da transferências ativos	2.123.267	0	0	2.123.267
578 Cedências	3.496.554	0	0	3.496.554
579 Outras	3.158.540	0	0	3.158.540
59 Resultados Transitados	-15.676.525	6.226.587	4.627.040	-14.076.978
88 Resultado Líquido do Exercício	6.226.587		3.033.900	3.192.687
Totais	298.720.477	6.272.924	9.008.518	295.984.882

Un: Euros



6

1

0

2



maia

CÂMARA MUNICIPAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de Resultados disponibiliza informação acerca da performance da entidade: dos custos e perdas incorridos com a prossecução da atividade autárquica no exercício em apreço (neste caso, no primeiro semestre do mesmo), assim como dos proveitos e ganhos obtidos nos processos de disponibilização dos bens e serviços públicos gerados – e, inerentemente, da capacidade destes últimos cobrirem totalmente os primeiros.

No Quadro 33 apresentam-se os resultados do Município no primeiro semestre de 2016 comparados com os do período homólogo do ano anterior, analisando-se de seguida os factos mais relevantes que contribuíram para a formação do Resultado Líquido do Exercício.

Quadro 33

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
	Jun-16	Jun-15	Variação
CUSTOS E PERDAS			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	365.530	373.510	-2,14%
Fornecimento e Serviços Externos	7.452.385	7.417.051	0,48%
Custos com Pessoal	9.943.844	9.909.494	0,35%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	1510.406	1732.899	-12,84%
Amortizações do Exercício	8.235.692	8.177.071	0,72%
Provisões do Exercício	212.582	1068.938	-80,11%
Outros Custos e Perdas Operacionais	80.068	57.718	38,72%
(A)	27.800.507	28.736.679	-3,26%
Custos e Perdas Financeiras	901.331	576.090	56,46%
(C)	28.701.838	29.312.770	-2,08%
Custos e Perdas Extraordinárias	1877.365	703.453	166,88%
(E)	30.579.203	30.016.223	1,88%
Resultado Líquido do Exercício	3.192.687	593.300	438,12%
	33.771.890	30.609.523	10,33%
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas e Prestação de Serviços	3.901.502	2.887.714	35,11%
Impostos e Taxas	19.238.663	17.201.519	11,84%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	-
Proveitos Suplementares	29.108	23.380	24,50%
Transferências e Subsídios Obtidos	8.433.681	7.682.418	9,78%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	531	2.343	-77,32%
(B)	31.603.485	27.797.373	13,69%
Proveitos e Ganhos Financeiros	276.637	619.048	-55,31%
(D)	31.880.122	28.416.422	12,19%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.891.768	2.193.102	-13,74%
(F)	33.771.890	30.609.523	10,33%
RESUMO			
Resultados Operacionais antes de Amortizações e Provisões	12.251.252	8.306.702	-
Resultados Operacionais após Amortizações e Provisões: (B-A)	3.802.978	-939.306	-
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	-624.694	42.958	-
Resultados Correntes: (D-C)	3.178.284	-896.348	-
Resultados Líquido do Exercício:	3.192.687	593.300	-

Un.: Euros

Da observação da Demonstração de Resultados verifica-se desde logo que o Resultado Líquido apurado no primeiro semestre do exercício de 2016, positivo e no montante de 3.192.687 €, reforça a tendência de melhoria de uma trajetória de consolidação de resultados evidente nas prestações de contas mais recentes.

Conclui-se que a variação positiva dos Resultados Líquidos verificada entre os primeiros semestres de 2015 e 2016 (2.599.386 € positivos) resulta de uma melhoria de performance significativa ao nível da atividade operacional, cuja variação entre os dois períodos em comparação é de (+) 4.742.284 €, e que mais do que compensa o efeito contrário verificado nos resultados financeiros – que diminuem (-) 667.652 € - e nos extraordinários – que também diminuem, desta feita (-) 1.475.246 €.

Começando pela análise do Resultado Operacional, verifica-se que para a sua variação positiva contribuíram o aumento generalizado de quase todas as rubricas de proveitos e ganhos operacionais – com uma variação total de (+) 3.806.112 €, (+) 13,69% do que o valor observado no fecho do primeiro semestre de 2015 -, a que se junta uma redução dos custos e perdas da mesma natureza no montante de (-) 936.173 €.

Assim, e analisando em detalhe a evolução dos custos operacionais, é constatável uma redução significativa da rubrica de Provisões do Exercício, (-) 856.355 €, logo seguida das Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais - cuja diminuição se cifra em (-) 222.493 €. Em linha também com a tendência global de diminuição segue ainda o Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, que entre os fechos dos primeiros semestres de 2015 e 2016 diminui (-) 7.979 €.

No âmbito das provisões do exercício, verifica-se que, não obstante o reforço feito às provisões para cobranças duvidosas ser 133.645 € superior ao que foi feito no primeiro semestre de 2015, em 30 de junho de 2016 não foi considerado necessário proceder ao reforço das provisões para fazer face a riscos e encargos relacionados com processos judiciais em curso – que em 2015 havia sido feita por 990.000 €, pelo contrário foram até revertidas, como se verá adiante na análise dos Proveitos e Ganhos Extraordinários.

Na esfera das Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais, grande parte dessa diminuição é explicada pela ausência de subsídios correntes concedidos a empresas municipais (no primeiro semestre de 2015 totalizavam 281.387 €), a que se juntam também as componentes de transferências para Administrações Privadas (diminuem (-) 25.822 €) e para as Famílias (diminuem (-) 21.806 €). Aumentam pelo contrário as transferências para Administrações Públicas, em grande parte na sequência do compromisso assumido com o Ministério da Educação (contrato interadministrativo de delegação de competências, cujos efeitos se produziram apenas do 2º semestre de 2015 em diante).

Diminui ainda, mas sem impacto significativo, o Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas – (-) 7.979 €, donde não se justifica análise de maior pormenor sobre esta matéria.

Em sentido contrário, houve também rubricas de custos que conheceram variações positivas entre os dois momentos temporais em análise, aumentos ainda assim de força insuficiente para inverter a redução global de custos conseguida; foram essas rubricas as Amortizações do Exercício, (+) 58.621 €, os

Fornecimentos e Serviços Externos, (+) 35.333 €, os Custos Com o Pessoal, (+) 34.350 €, e por último os Outros Custos e Perdas Operacionais, (+) 22.350 €

Relativamente às Amortizações do Exercício, cumpre referir que, não obstante observarem uma lógica de continuidade e manutenção dos critérios que vinham sendo utilizados em exercícios anteriores, regista uma variação positiva decorrente sobretudo da normal evolução das amortizações de Imobilizações Corpóreas e Bens de Domínio Público.

Logo de seguida, os Fornecimentos e Serviços Externos veem o seu valor aumentar, face ao primeiro semestre de 2015, numa variação global que, não sendo expressiva, se cifra em (+) 35.333 €. Esta variação consolida um aumento no valor registado em Subcontratos, (+) 48.557 €, apenas parcialmente compensado por uma redução nos Fornecimentos e Serviços adquiridos, que diminuem (-) 13.224 €

Relativamente aos Subcontratos, apraz dizer que o aumento observado entre os dois períodos em comparação fica em muito a dever-se ao aumento das despesas com Manutenção de espaços verdes / ajardinados, (+) 50.565 €

Numa análise por componentes da evolução dos Fornecimentos e Serviços, contribuíram com aumentos parcelares várias rubricas, desde logo a de Encargos de Cobrança, com uma variação de (+) 75.446 €, tal facto não será de estranhar considerando que a performance desta rubrica está indexada ao montante de impostos diretos arrecadados no período (que aumentam também consideravelmente, como se verá adiante, na análise aos Proveitos Operacionais). Logo de seguida surgem os encargos com Vigilância e Segurança, com uma variação de (+) 59.289 €, cujo aumento tem origem no alargamento do âmbito dos serviços contratados ao espaço do Fórum da Maia; a rubrica de Eletricidade, com um aumento de (+) 45.695 €, e a de Rendas e Alugueres, cuja variação de (+) 34.537 € fica a dever-se aos efeitos do novo contrato de locação celebrado em julho de 2015 – cujos encargos mensais, associados a um maior volume de viaturas que o anterior, são também eles superiores. Por último, dentre as rubricas com variação mais expressiva, surgem a Limpeza e Higiene, com uma variação de (+) 34.012 € face ao exercício anterior, os Artigos para Oferta, (+) 26.385 € - que fica a dever-se à aquisição antecipada dos materiais distribuídos no âmbito das Férias Desportivas ter sido razoavelmente antecipado face ao ano anterior-, e o Contencioso, Registos e Notariado, com (+) 22.194 €

Em sentido contrário, reduzem o seu valor as rubricas de Outros Fornecimentos e Serviços no montante de (-) 149.934 €, o que se compreende atendendo a que este saldo deveria ser tendencialmente diminuto (por se tratar sempre de uma rubrica de natureza residual); quebram também os montantes despendidos com Honorários, (-) 49.057 €, relacionados diretamente com o fim de contratos de prestação de serviços de assessoria nas áreas da imprensa, comunicação e marketing e de assessoria jurídica, que vigoravam no primeiro semestre de 2015 contrariamente ao que sucede no primeiro semestre de 2016. Ainda veem o seu valor diminuído os Outros Fluídos, em (-) 30.834 €, os Trabalhos Especializados, (-) 27.829 €, os encargos com Conservação e Reparação, (-) 21.592 € e com Assistência Técnica, (-) 19.680 €

Apresentam-se de seguida, ainda em contra corrente com a tendência global de redução dos custos operacionais, os Custos com Pessoal que aumentaram entre os dois períodos em comparação 34.350 €

A este respeito, não é demais recordar as limitações impostas pelos sucessivos Orçamentos de Estado, em especial de 2010 em diante, que foram já amplamente explanadas em capítulo próprio de análise à despesa do período; as remunerações do pessoal e pensões ascendem neste semestre a 7.626.152 €, observando uma diminuição conjunta de cerca de 34.742 € comparativamente com o primeiro semestre de 2015 - e não obstante o facto de estarem a ser paulatinamente repostos os cortes salariais que foram aplicados por força de lei. Aumentam, pelo contrário, os Encargos sobre Remunerações (Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, (+) 47.056 €) e os Seguros com Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, (+) 20.320 €

Residualmente e sem expressão materialmente relevante, aumentam ainda os Outros Custos e Perdas Operacionais em (+) 22.350 €

Passando a análise aos Proveitos Operacionais, todas as rubricas com exceção de Outros Proveitos e Ganhos Operacionais aumentam de valor entre os fechos semestrais de 2015 e 2016; considerando que esta é uma rubrica de natureza residual, com ponderação na totalidade dos custos operacionais inferior a 0,01% em ambos os períodos, a nossa análise doravante versará sobre as restantes rubricas.

A rubrica com maior preponderância, nos dois períodos em comparação, é a de Impostos e Taxas – com um peso sempre em torno dos 61% dos Proveitos Operacionais Totais; acresce que foi também a rubrica que sofreu uma maior variação em valor absoluto, (+) 2.037.144 €

Esta variação fica a dever-se em grande parte ao aumento da maior parcela que compõem os Impostos e Taxas, os Impostos Diretos, que aumenta (+) 2.385.583 €, a que corresponde uma variação de 14,8% face ao observado no primeiro semestre de 2015 (em 30 de junho de 2016 totaliza 18.509.446 €). O aumento da receita arrecadada por esta via tem origem sobretudo nos proveitos adicionais advindos do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, que mais do que duplicou relativamente ao que havia sido arrecadado no primeiro semestre de 2015 (de 2.153.204 € então, passa a 5.820.785 € no fecho do primeiro semestre de 2016); também o Imposto Municipal Sobre Imóveis e o Imposto Único de Circulação registam aumentos (de (+) 56.995 € e (+) 41.268 € respetivamente), contrariamente à Derrama, que diminui uns apreciáveis (-) 1.380.260 €

De forma não tão expressiva, aumentam também os Impostos Indiretos - (+) 140.700 € - e as Taxas – (+) 68.380 €, aumentam também os Reembolsos, Restituições e Anulações processados no semestre (num total de 557.519 €), mas apenas em montante suficiente para esbater ligeiramente o efeito global de aumento dos Impostos e Taxas.

De seguida, na análise dos Proveitos Operacionais, apresenta-se a rubrica de Vendas e Prestações de Serviços cujos valores registados aumentaram (+) 1.013.788 €. O aumento fica a dever-se sobretudo à evolução das rendas – que aumentaram sozinhas 851.964 €, em grande parte devido à alteração da forma de registo dos proveitos advindos do contrato de cessão de rendas celebrado com a empresa Espaço Municipal, em 2004 (por recomendação do Tribunal de Contas na homologação às contas do Município do mesmo exercício).

Também as Prestações de Serviços aumentam, onde se incluem genericamente as receitas com serviços sociais, recreativos, culturais e desportivos, aumentam (+) 160.421 €, com maior pendor nesta variação,

identificam-se os recebimentos relativos à Ação Social Escolar (que aumentam (+) 60.492 €), às Refeições Escolares (com uma variação de (+) 59.567 €) e às receitas geradas por Instalações desportivas, culturais e recreativas (que aumentam também, (+) 25.970 €).

De seguida, na análise dos Proveitos Operacionais, apresenta-se a rubrica de Transferências e Subsídios Obtidos, com uma variação de (+) 751.263 € que fica a dever-se na totalidade a Transferências Obtidas de Administrações Públicas. Desde logo têm impacto na performance desta rubrica o processamento dos proveitos para o Município advindos do contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado em julho de 2015, com o então Ministério da Educação e Ciência, que não produziu - precisamente por ser posterior ao mesmo - efeitos no primeiro semestre de 2015; por conta deste contrato, foram contabilizados proveitos semestrais em 2016 no montante de 1.047.588 €. Registam-se também como contributos relevantes para a evolução deste item o aumento da Participação no IRS ((+) 85.644 €), o processamento sem precedentes do reembolso das despesas incorridas com a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano ((+) 14.429 €), assim como a manutenção do Fundo Social Municipal.

A rubrica de Proveitos Suplementares, ainda que aumentando de valor entre os dois exercícios, apresenta valores absolutos e variações cuja materialidade não requer uma análise tão aprofundada.

Abordando-se seguidamente o Resultado Financeiro, que apresenta no final do primeiro semestre de 2016 uma deterioração de (-) 667.652 € face ao observado no fecho do primeiro semestre de 2015, anota-se ainda a inversão de sinal deste resultado para sinal negativo. Para esta performance contribui uma redução dos proveitos e ganhos financeiros a par do aumento dos custos e perdas da mesma natureza.

Do lado dos Proveitos e Ganhos, são de assinalar as diminuições dos Ganhos em Entidades Participadas, (-) 177.617 €, e dos Rendimentos de Participações de Capital, (-) 165.991 €; diminuem ainda os Juros Obtidos e os Outros Proveitos e Ganhos Financeiros, respetivamente (-) 13.938 € e (-) 10.542 €. Pelo contrário esbatem este efeito de diminuição os Rendimentos de Imóveis, que vêm o seu valor aumentar entre os dois momentos em comparação no montante de (+) 25.676 €.

Do lado dos Custos e Perdas da mesma natureza, verifica-se um aumento relevante dos Juros Suportados em (+) 466.488 €; fica a dever-se este facto à alteração do modo de registo contabilístico do processo de antecipação de rendas (2004) que, de acordo com a recomendação proferida pelo Tribunal de Contas em 2016, passa a relevar separadamente as rendas (cujo impacto se encontra já explicado na análise à rubrica de Vendas e Prestações de Serviços) e os encargos financeiros com a antecipação das mesmas – que recaem diretamente nos encargos financeiros do Município, na proporção da sua participação na operação. Em sentido contrário, regista-se uma acentuada redução das Perdas em Entidades Participadas, (-) 113.102 €, reforçada pela redução da rubrica de Outros Custos e Perdas Financeiras, com (-) 28.145 €.

Do comportamento dos gastos e rendimentos de natureza financeira resulta uma ligeira atenuação do impacto dos Resultados Operacionais nos Resultados Correntes que, ainda assim, melhoram muito significativamente entre os dois períodos em comparação – passando de (-) 896.348 € para (+) 3.178.284

€, conclui-se que o contributo dos resultados financeiros para o resultado líquido, sendo materialmente relevante, não é suficiente para reverter o efeito de melhoria introduzido pelos resultados operacionais.

Prosseguindo a tendência positiva verificada na generalidade dos resultados por natureza do primeiro semestre do exercício económico de 2016, também os Resultados Extraordinários se apresentam com sinal positivo, embora a sua performance se deteriore em (-) 1.475.246 € face ao observado no primeiro semestre de 2015.

Este comportamento fica a dever-se ao facto de terem diminuído os Proveitos e Ganhos desta natureza, no montante de (-) 301.334 €, a par de um aumento dos Custos e Perdas – que se cifra em (+) 1.173.912 €

Para a variação dos Proveitos e Ganhos Extraordinários contribuem quase todas as rubricas que os compõem, em especial em Correções a Exercícios Anteriores, com (-) 113.927 €, em Ganhos em Imobilizações, (-) 110.544 € (correspondentes ao registo por escritura de justificação do edifício sede, instalações desportivas e respetivos terrenos onde se encontra alojado o Grupo Desportivo de Águas Santas), e em Benefícios de penalidades contratuais, (-) 70.846 €, para citar as variações de maior impacto.

Do lado dos Custos e Perdas, pesam sobretudo o aumento das Amortizações e Provisões, (+) 765.099 € (relacionadas sobretudo com processos judiciais em curso); sucedem-se as Correções a Exercícios Anteriores, (+) 225.001 €, onde se releva o registo de encargos suportados com a manutenção de arruamentos diversos, impossíveis de alocar a um ativo específico, bem assim como a variação da produção do Horto Municipal de 2006 a esta parte. Aumentam também as Perdas em Imobilizações – Abates, (+) 213.559 €, em que se refletiu, entre outros, o abate do edifício antigo da EB1 de Mandim (que deu lugar ao novo centro Escolar de Mandim).

Finaliza-se a apreciação da demonstração dos resultados do primeiro semestre do exercício económico de 2016, com a ilustração gráfica das variações de custos e de proveitos tendo como referência o período homólogo do exercício anterior.

Gráfico 20

Variação dos Custos e Perdas do Exercício

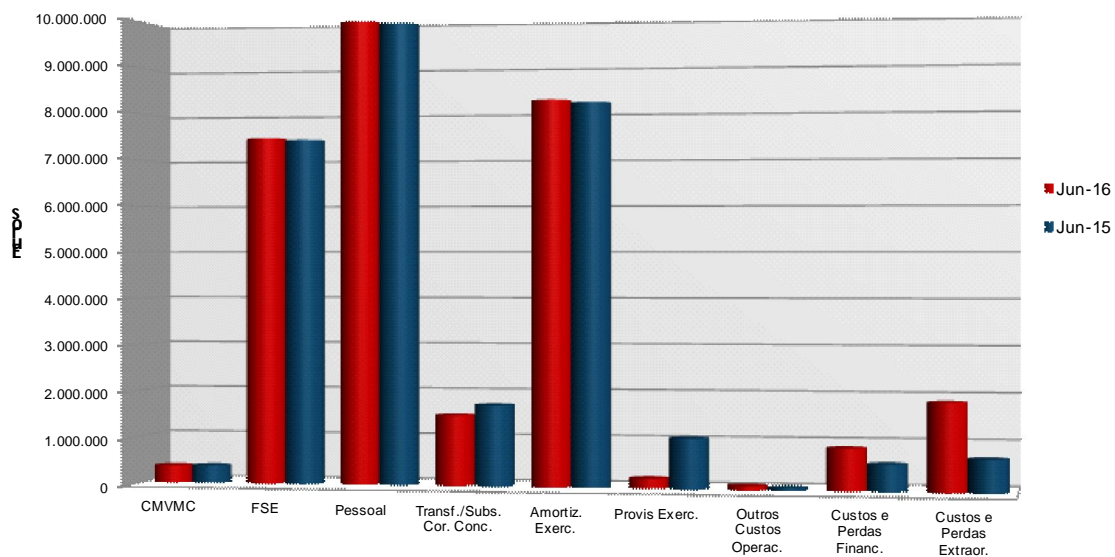
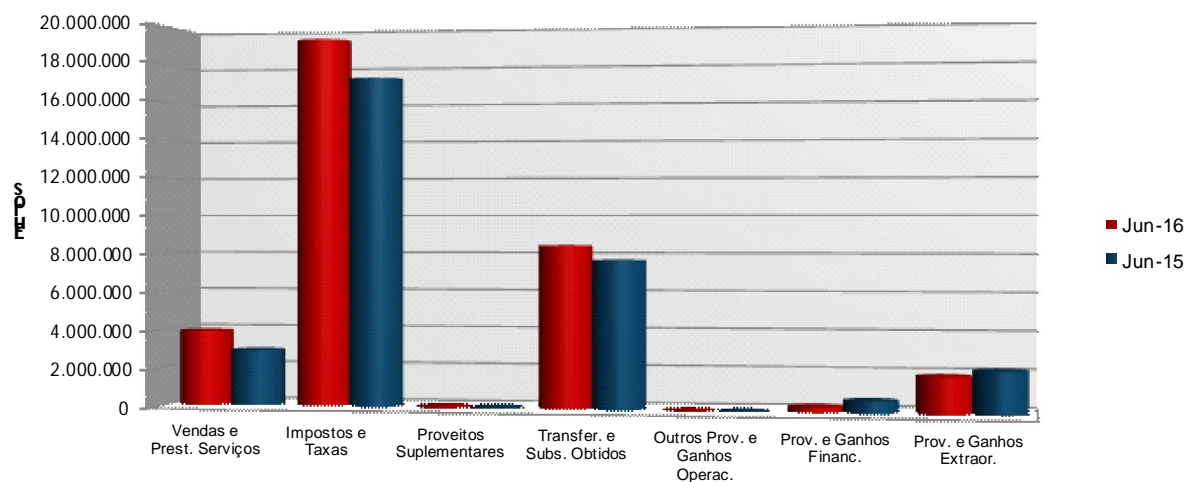


Gráfico 21

Variação dos Proveitos e Ganhos do Exercício





6

1

0

2



maia

CÂMARA MUNICIPAL

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

Jun-16
PAG. 1

MUNICÍPIO DA MAIA

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		Jun-16			2015
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
451	Bens de domínio público				
452	Terrenos e recursos naturais	21.061.918,95		21.061.918,95	21.053.122,20
453	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
455	Outras construções e infra-estruturas	189.006.183,08	122.418.614,53	66.587.568,55	70.300.499,71
459	Bens do património histórico, artístico e cultural	1.333.707,62	165.592,85	1.168.114,77	1.186.083,99
445	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
446	Imobilizações em curso	1.436.285,74		1.436.285,74	1.875.034,04
	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00		0,00	0,00
		212.838.095,39	122.584.207,38	90.253.888,01	94.414.739,94
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	1.590.693,53	1.586.995,78	3.697,75	7.629,64
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	43.320,00	43.320,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	1.819.511,16	1.735.713,76	83.797,40	112.294,49
443	Imobilizações em curso	170.936,42		170.936,42	170.936,42
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	0,00
		3.624.461,11	3.366.029,54	258.431,57	290.860,55
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	52.050.354,25		52.050.354,25	51.461.117,83
422	Edifícios e outras construções	317.166.756,28	92.818.801,07	224.347.955,21	226.160.227,05
423	Equipamento básico	11.713.920,04	10.347.546,68	1.366.373,36	1.345.454,13
424	Equipamento de transporte	2.368.810,78	1.834.948,02	533.862,76	572.460,71
425	Ferramentas e utensílios	485.515,57	444.670,38	40.845,19	43.678,40
426	Equipamento administrativo	1.778.948,72	1.759.511,22	19.437,50	17.687,74
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	14.324.169,43	11.428.455,87	2.895.713,56	2.850.712,86
442	Imobilizações em curso	1.944.303,52		1.944.303,52	2.505.964,79
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	750.000,00		750.000,00	750.000,00
		402.582.778,59	118.633.933,24	283.948.845,35	285.707.303,51
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	12.898.775,18	100,00	12.898.675,18	14.014.107,78
412	Obrigações e títulos de participação	3.008.840,74	494,47	3.008.346,27	3.008.346,27
414	Investimentos em imóveis	144.311,64		144.311,64	0,00
415	Outras aplicações financeiras	1.296.359,12	0,00	1.296.359,12	1.255.383,44
441	Imobilizações em curso	0,00		0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00		0,00	0,00
		17.348.286,68	594,47	17.347.692,21	18.277.837,49
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	571.176,51		571.176,51	355.367,63
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00
32	Mercadorias	36.031,50		36.031,50	55.488,17
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00		0,00	0,00
		607.208,01		607.208,01	410.855,80
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos	74.148,61		74.148,61	76.566,19
211	Clientes c/c	210,00		210,00	4.926,35
212	Contribuintes c/c	1.069.017,25		1.069.017,25	1.015.252,12
213	Utentes c/c	333.135,36		333.135,36	160.283,38
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	5.148.635,13	5.096.970,12	51.665,01	304.514,35
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00		0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00		0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00		0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	105.202,54		105.202,54	118.860,72
264	Administração autárquica	0,00		0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	2.459.325,80	1.534.373,55	924.952,25	1.402.590,98
		9.189.674,69	6.631.343,67	2.558.331,02	3.082.994,09
	Títulos negociáveis				
151	Acções	0,00			
152	Obrigações e títulos de participação	0,00			
153	Títulos de dívida pública	0,00			
159	Outros títulos	0,00			
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00			
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	19.074.843,53		19.074.843,53	15.214.411,18
11	Caixa	83.849,51		83.849,51	12.809,17
		19.158.693,04		19.158.693,04	15.227.220,35
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	3.398.910,13		3.398.910,13	2.964.370,57
272	Custos diferidos	108.878,19		108.878,19	37.875,22
		3.507.788,32		3.507.788,32	3.002.245,79
	Total de amortizações		244.584.170,16		
	Total de provisões		6.631.938,14		
	Total do activo	668.856.985,83	251.216.108,30	417.640.877,53	420.414.057,52

BALANÇO

Jun-16
PAG. 2

MUNICÍPIO DA MAIA

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS			
		Jun-16			2015
		AB	A/P	AL	AL
	Fundos próprios				
51	Património			305.089.124,70	305.197.000,87
55	Ajustamento de partes de capital em empresas			-17.806.130,52	-16.605.749,98
56	Reservas de reavaliação			0,00	0,00
	Reservas				
571	Reservas legais			3.343.713,82	3.343.713,82
572	Reservas estatutárias			0,00	0,00
573	Reservas contratuais			0,00	0,00
574	Reservas livres			0,00	0,00
575	Subsídios			2.327.511,37	2.327.511,37
576	Doações			5.136.591,76	5.129.576,76
577	Reservas decorrentes de transferências de activos			2.123.267,31	2.123.267,31
578	Cedências			3.496.554,26	3.496.554,26
579	Outras			3.158.540,34	3.158.540,34
59	Resultados transitados			-14.076.978,11	-15.676.525,61
88	Resultado líquido em exercício			3.192.686,72	6.226.587,01
				295.984.881,65	298.720.476,15
	Passivo				
292	Provisões para riscos e encargos			9.469.367,75	11.450.877,26
				9.469.367,75	11.450.877,26
	Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazos (a)				
2312	Empréstimos obtidos de MLP			26.115.671,36	28.376.221,16
2617	Fornecedores de Imobilizado MLP			0,00	105.732,64
2681	Credores das Administrações Públicas - Fundo Apoio Municipal MLP			1.922.335,97	2.135.928,97
	Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendas			12.586.351,97	
				40.624.359,30	30.617.882,77
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo				
2311	Empréstimos de curto prazo			0,00	0,00
2312	Empréstimos obtidos de MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo			5.552.001,17	5.552.001,17
269	Adiantamentos por conta de vendas			8.164,26	8.164,26
221+223	Fornecedores c/c			128.459,57	1.293,96
227+228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência			534.195,05	371.457,72
252	Credores pela execução do orçamento			0,00	0,00
217	Clientes e utentes c/ cações			1.895.703,49	1.900.116,49
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			29.200,00	29.200,00
611+2612+2613+2614	Fornecedores de imobilizado c/c			971.706,36	854.483,52
2615	Fornecedores Imobilizado - Facturas em recepção e conferência			173.065,45	11.434,08
2681	Credores das Administrações Públicas - Fundo de Apoio Municipal			427.186,00	427.186,00
2617	Fornecedores de Imobilizado MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo			158.598,95	158.598,95
	Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendas - Exigíveis a curto prazo			1.027.116,60	
24	Estado e outros entes públicos			394.914,10	228.228,09
264	Administração autárquica			0,00	0,00
262+263+267+268	Outros credores			4.293.345,17	4.310.208,55
				15.593.656,17	13.852.372,79
	Acréscimos e diferimentos				
273	Acréscimos de custos			3.487.304,70	3.310.725,71
274	Proveitos diferidos			52.481.307,96	62.461.722,84
				55.968.612,66	65.772.448,55
				121.655.995,88	121.693.581,37
	Total dos fundos próprios e do passivo			417.640.877,53	420.414.057,52

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

MUNICÍPIO DA MAIA

Código das Contas	Demonstração de Resultados	Exercícios			
		Jun-16		Jun-15	
	Custos e Perdas				
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			71,47	
	Mercadorias				
	Matérias	365.530,31	365.530,31	373.438,03	373.509,50
62	Fornecimentos e serviços externos		7.452.384,79		7.417.051,32
64	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	7.739.566,47		7.760.785,20	
643 a 648	Encargos sociais:				
	Pensões	2.045,46		13.167,73	
	Outros	2.202.232,34	9.943.844,27	2.135.541,40	9.909.494,33
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais		1.510.405,73		1.732.898,62
66	Amortizações e Ajustamentos do Exercício		8.235.691,99		8.177.070,62
67	Provisões		212.582,08		1.068.937,56
65	Outros custos e perdas operacionais		80.067,80		57.717,54
	(A)		27.800.506,97		28.736.679,49
68	Custos e Perdas Financeiras		901.331,25		576.090,18
	(C)		28.701.838,22		29.312.769,67
69	Custos e perdas extraordinárias		1.877.364,97		703.453,22
	(E)		30.579.203,19		30.016.222,89
88	Resultado líquido do exercício		3.192.686,72		593.300,36
			33.771.889,91		30.609.523,25
	Proveitos e Ganhos				
71	Vendas :				
	Mercadorias	581,15		286,11	
	Venda de produtos	1.533,98		426,04	
	Prestações de Serviços	1.792.082,17		1.631.661,16	
	Rendas + Seminários, exposições e similares	2.107.304,53	3.901.501,83	1.255.340,85	2.887.714,16
72	Impostos, taxas, Outros		19.238.662,92		17.201.519,37
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria empresa				
73	Proveitos suplementares		29.108,49		23.379,57
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro				
742+743	Outras		8.433.680,63		7.682.417,59
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		531,40		2.342,77
	(B)		31.603.485,27		27.797.373,46
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		276.637,02		619.048,13
	(D)		31.880.122,29		28.416.421,59
79	Proveitos e ganhos extraordinários		1.891.767,62		2.193.101,66
	(F)		33.771.889,91		30.609.523,25
Resumo:					
Resultados Operacionais:(B)-(A)=			3.802.978,30		-939.306,03
Resultados Financeiros:(D-B)-(C-A)=			-624.694,23		42.957,95
Resultados Correntes:(D)-(C)=			3.178.284,07		-896.348,08
Resultado Líquido do Exercício:(F)-(E)=			3.192.686,72		593.300,36

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS							
Custos e Perdas		Jun-16	Jun-15	Proveitos e Ganhos		Jun-16	Jun-15
681	Juros suportados	579.803	113.314	781	Juros obtidos	35.493	49.431
682	Perdas em entidades participadas	309.861	422.962	782	Ganhos em entidades participadas	184.004	361.621
683	Amortizações invest. em imóveis	0	0	783	Rendimentos de imóveis	30.418	4.742
684	Provisões p/ aplicações financ.	0	0	784	Rendimentos participações capital	1.594	167.584
685	Diferenças câmbio desfavor.	0	0	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0	0
687	Perdas na alienação aplic. tesour.	0	0	786	Descontos pronto pagat. obtidos	9	9
688	Outros custos e perdas financ.	11.668	39.814	787	Ganhos na alienação aplic. tesour.	0	0
Total de Custos Financeiros		901.331	576.090	788	Outros proveitos e ganhos financ.	25.119	35.661
Resultados Financeiros		-624.694	42.958	Total de Proveitos Financeiros		276.637	619.048
Total		276.637	619.048				

Un: Euros

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS							
Custos e Perdas		Jun-16	Jun-15	Proveitos e Ganhos		Jun-16	Jun-15
691	Transferências capital concedidas	557.919	574.884	791	Restituição de impostos	0	0
692	Dívidas incobráveis	0	0	792	Recuperação de dívidas	0	0
693	Perdas em existências	0	0	793	Ganhos em existências	28	22.694
694	Perdas em imobilizações	214.081	521	794	Ganhos em imobilizações	396.027	506.571
695	Multas e penalidades	0	0	795	Benefícios de penalidades contr.	116.633	187.479
696	Aumento de amortiza. Provisões	765.099	0	796	Reduções de amortiz. e provisões	0	0
697	Correções relativas exerc. anteriores	326.986	101.984	797	Correções relativas exerc. anteriores	400.010	513.937
698	Outros custos e perdas extraor.	13.281	26.063	798	Outros proveitos e ganhos extraor.	979.069	962.421
Total de Custos Extraordinários		1.877.365	703.453	Total de Proveitos Extraordinários		1.891.768	2.193.102
Resultados Extraordinários		14.403	1.489.648				
Total		1.891.768	2.193.102				

Un: Euros



6

1

0

2



maia
CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO SÍNTESE DA SROC

Ao
Órgão Deliberativo do
Município da Maia
Praça do Doutor José Vieira de Carvalho
4474-006 Maia

Maia, 19 de Setembro de 2016

Relatório Síntese de Conclusões Individual – Situação Económica e Financeira a 30-06-2016

Exmos. Senhores,

Nos termos da alínea d) do nº 2 do Artº 77 da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, remetemos a V. Exas. o Relatório Síntese de Conclusões com referência ao período findo em 30-06-2016.

Nos pontos seguintes apresentamos uma síntese das conclusões mais relevantes, tendo em consideração a informação preparada pelo Município para o efeito.

Relembramos que os procedimentos de auditoria utilizados na revisão desta informação semestral consistiram essencialmente na execução de Procedimentos Analíticos Substantivos (indagações; comparações; testes/análises de razoabilidade; etc.), os quais não permitem assegurar um nível de confiança idêntico ao proporcionado pelos procedimentos subjacentes à auditoria das contas anuais. No entanto, pese o facto de existir essa limitação, e tendo em conta o conhecimento acumulado do passado relativamente ao Município, os mesmos são desenhados de forma a que eventuais diferenças materialmente relevantes possam ser detetadas.

Os dados semestrais inerentes às conclusões ora apresentadas são os seguintes: Balanço – 417.640.878 €; Passivo – 121.655.996 €; Fundos Próprios – 295.984.882 €; Resultado Líquido do Exercício – 3.192.687 €; Despesa Paga – 27.378.625 € e Receita Cobrada – 31.187.140 €.

Município da Maia

1 Imobilizações Corpóreas, em Curso e Bens de Domínio Público

Como aspetos relevantes que entendemos levar ao conhecimento de V. Exas. relacionadas com as Demonstrações Financeiras Semestrais, destacamos os seguintes:

- i) O Imobilizado global do Município, incluindo o Incorpóreo e os Investimentos Financeiros, representa, à data de 30-06-2016, cerca de 94% do total do Ativo (peso idêntico ao registado a 30-06-2015), dos quais **23%** são constituídos por Bens do Domínio Público; e
- ii) Existência de diversas obras sem evolução nos últimos anos, classificadas como obras em curso, no valor global aproximado de 2,3 M € (em 30-06-2015 o valor ascendia a cerca de 2,5 M €). Salienta-se que caso as obras relacionadas tivessem sido transferidas para imobilizado firme poderiam originar amortizações, com impacto nos resultados, cujo montante à data não conseguimos quantificar com rigor.

2 Investimentos Financeiros

2.1 No final do 1º Semestre/2016, o Município detém 100% de 2 (dois) Fundos Especiais de Investimento Imobiliário Fechados (FEIIF). No final de 2014, em resultado da publicação da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais), o Município procedeu à alteração da política contabilística para a contabilização destes FEIIF, passando a refletir todos os Ativos e Passivos como se todas as operações dos Fundos estivessem a ser efetuadas pelo próprio Município, de acordo com as regras do POCAL. À data de 30-06-2016 as demonstrações financeiras do Município da Maia evidenciam um valor negativo destes FEIIF que ascende a cerca de 266.000 € (em 31-12-2015 este valor negativo ascendia a 271.000 €). O valor líquido global destes Fundos (VLGF) de acordo com a CMVM ascendia a 4.135.968 € no final do 1º Semestre/2016.

O FEIIF "Praça Maior" incluído nas demonstrações financeiras do Município a 31-12-2015 foi dissolvido e liquidado em Janeiro/2016, tendo o Município absorvido os seus ativos e passivos. A operação não teve impacto nos resultados do exercício, uma vez que se encontrava devidamente provisionada no montante aproximado de 3 M €. O valor da provisão constituída foi utilizado para pagamento do valor em dívida apurado no momento da extinção.

Município da Maia

2.2 O Município realizou no semestre em apreço 213.593 € referentes ao capital subscrito no Fundo de Apoio Municipal aprovado e regulamentado pela Lei nº 53/2014, de 25 de Agosto. O valor subscrito neste Fundo ascende a 2.990.301 € e o valor realizado até à data totaliza 640.779 €, em conformidade com o plano de realização definido para o efeito.

2.3 O Município contabiliza as suas participações Financeiras relevantes aplicando o Método da Equivalência Patrimonial, procedimento com o qual concordamos. A aplicação deste Método teve por base contas semestrais das empresas participadas, ainda não aprovadas à data deste relatório.

Das empresas participadas, realça-se que se encontra reconhecida uma provisão acumulada para Investimentos Financeiros na TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. (TECMAIA), no montante aproximado de 1.950.000 €, considerando os Capitais Próprios negativos da participada, bem como o ajustamento associado à mais-valia não realizada pela alienação de património efetuada em 2015 por esta participada ao Município da Maia.

As contas da TECMAIA de 2015 ainda não se encontram aprovadas à data deste relatório e os ajustamentos efetuados tiveram em consideração as demonstrações financeiras provisórias a 30-06-2016 que apresentam Capitais Próprios Negativos no valor de 2.741.463 € (em 31-12-2015 o valor destes capitais próprios negativos ascendiam a 2.159.929 €). Não foram consideradas eventuais restrições legais associadas ao reconhecimento e pagamento pelos accionistas das dívidas a terceiros não “cobertas” pelo património da entidade, nem eventuais ajustamentos que vierem a ser aprovados/decididos na próxima Assembleia Geral de accionistas desta participada.

Adicionalmente e à semelhança do que tem sucedido nos semestres passados, alertamos para o facto dos dados das participadas terem sido considerados sem a análise do Parecer Semestral do Fiscal Único, contrariando o que seria aconselhável.

3 Fundos Próprios

3.1 No semestre em apreço encontram-se refletidas alterações patrimoniais associadas a uma recomendação do Tribunal de Contas, em sede de homologação das contas de gerência de 2004 e 2005, comunicada por aquele tribunal em 4 de Agosto de 2016, referente ao processo de contabilização da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004, de acordo com a qual o Município passa a reconhecer tal operação como se de um contrato de mútuo se tratasse.

Município da Maia

Apesar de haver dúvidas quanto a este tratamento preconizado pelo Tribunal de Contas e a aplicar a partir de 2016, e não obstante terem sido despoletados pelo Município pedidos de esclarecimento ao Tribunal de Contas e pareceres ao SATAPOCAL e à DGAL sobre a questão em apreço, o Município reconheceu tal operação como mútuo nas demonstrações financeiras semestrais, acarretando por este procedimento um ajustamento negativo em Fundos Próprios de cerca de 4,6 M €.

3.2 As restantes variações nos Fundos Próprios entre o final de 2015 e 30-06-2016 devem-se essencialmente à aplicação do Método da Equivalência Patrimonial com impacto negativo nos Capitais Próprios (cerca de 1,2 M €), a correções ao Balanço Inicial (cerca de 108.000 €), a doações (cerca de 7.000 €) e ao Resultado Líquido do período. As alterações entre rubricas contemplam adicionalmente a aplicação do Resultado Líquido positivo do período anterior.

4 Fornecedores de Imobilizado e Outros Credores

As duas rubricas representam conjuntamente cerca de 10% do total do Passivo exigível. A oscilação das mesmas face a 31-12-2015 rondou os 156.000 €.

5 Empréstimos

Uma vez excluídas as operações de tesouraria e a operação relacionada com a cessão de créditos das rendas de habitação social referido no ponto 3.1 anterior), trata-se da rubrica do Passivo exigível com maior expressão (representando 56% do total do exigível e 26% do total do Passivo).

Se incluirmos a operação de cessão de créditos, com o tratamento preconizado pelo Tribunal de Contas relativamente a esta operação, esta rubrica passa a representar 81% do total exigível e 37% do Passivo.

Entre 31-12-2015 e 30-06-2016 o Município amortizou um total aproximado de 2.261.000 € de capital em dívida, equivalente a cerca de 7% da rubrica. Da alteração efetuada por recomendação do Tribunal de Contas relativamente ao processo de cessão de créditos, o Município passou a registar uma dívida ao BPI e ao Santander TOTTA, no valor global de 13,6 M€. Este passivo apesar de não implicar qualquer operação orçamental (i.e. apesar de não implicar a saída de fluxos financeiros do Município), passa a contribuir diretamente para o Endividamento do Município, de acordo com o entendimento do Tribunal de Contas.

Município da Maia

6 Impostos e Taxas

O montante relatado no 1º Semestre/2016 ascende a cerca de 19,2 M €, sendo a rubrica de Proveitos mais relevante do Município, representando cerca de 57% do total dos Proveitos do Semestre (no período homólogo ascendeu a cerca de 17,2 M € e representava 56%). Os proveitos associados ao IMT registaram um aumento face ao período homólogo de cerca de 3,7 M € (ascendendo a 5.821.000 €). Os proveitos relacionados com a Derrama tiveram um comportamento inverso, ascendendo a diminuição a cerca de 1,4 M € (montante a 30-06-2016 de 44.000 €).

Ao nível dos impostos indiretos (ocupação da via pública, loteamento e obras, publicidade, mercados e feiras e outros impostos indiretos), o Município apresentou um aumento aproximado de 141.000 € face ao período homólogo, justificado essencialmente pela arrecadação de mais Taxas Municipais de Infraestruturas Urbanísticas (acréscimo de 87.000 € face ao período homólogo), e a taxas por compensação pela não cedência de áreas (cujo aumento ascendeu a cerca de 39.000 € face ao período homólogo).

7 Provisões para Riscos e Encargos

De acordo com a informação disponibilizada pela Divisão dos Assuntos Jurídicos e do Contencioso do Município, o risco associado aos processos existentes à data de 30-06-2016 encontra-se adequadamente mitigado pelo valor provisionado para o efeito, o qual ascende a cerca de 5,8 M € (aproximadamente 760.000 € acima do montante registado em 2015, com impacto nos resultados do 1º Semestre/2016). O montante remanescente (cerca de 3,6 M €) registado na rubrica de Provisões para Riscos e Encargos está relacionado com a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial nos Investimentos Financeiros.

8 Custos com o Pessoal

Os custos com pessoal rondam os 9,9 M € e representam cerca de 33% do total dos custos do período em análise. Entre períodos homólogos regista-se um aumento de cerca de 34.000 € justificado pelos seguintes fatores:

- i) Oscilação dos cortes salariais de acordo com a legislação aplicável, incluindo a reposição de gradual em 2016 da redução remuneratória anteriormente efetuada; e
- ii) Aumento do número médio de funcionários em cerca de 31 pessoas (o n.º médio no 1º Semestre/2016 ascende a 1.255).



Município da Maia

9 Resultados Extraordinários

Os Custos Extraordinários representam cerca de 6% do total dos Custos no período sendo a rubrica mais relevante a das transferências de capital concedidas, cujo valor ascendeu a cerca de 558.000 €, representando 30% destes custos.

Os valores mais representativos dos Proveitos Extraordinários (que ascendem a cerca de 1,9 M €) estão relacionados com a imputação periódica dos proveitos relativos a subsídios ao investimento (cerca de 930.000 €) e registo de instalações desportivas e respectivos terrenos por usucapião (cerca de 391.000 €).

10 Cobertura de Seguros

10.1 Tendo em conta a importância do assunto, e não obstante tratar-se de uma questão já referida em relatórios anteriores, dado estarmos em presença da adequada salvaguarda, ou não, do património do Município, entendemos que deveria ser despoletado com a celeridade possível um trabalho exaustivo sobre a matéria que assente, pelo menos, nos seguintes termos:

- i) identificação, no "terreno", dos bens propriedade do Município a segurar (edifícios; equipamentos; material escritório; etc.) de forma a elaborar uma lista discriminativa da totalidade dos mesmos e posterior conciliação com o Património;
- ii) análise do estado em que os bens se encontram e quantificação do valor estimado de reconstrução¹ (no caso dos edifícios) e de substituição em novo (no caso dos equipamentos e mobiliário); e
- iii) análise e identificação dos principais riscos a que os mesmos se encontram sujeitos (p.e. incêndio; avarias de equipamentos; riscos eléctricos; etc).

10.2 Apesar da quantidade assinalável de bens propriedade do Município, do trabalho e consequente afectação de recursos que uma tarefa dessa grandiosidade acarreta e do potencial impacto em termos financeiros que a alteração dos capitais cobertos provocará, não podemos deixar de alertar V. Exas., entre outros aspectos, para o seguinte:

- a) a cobertura de seguros poderá constituir um dos meios mais eficazes de adequada salvaguarda do património de qualquer entidade; implicando naturalmente a ponderação da relação custo-benefício daí resultante;

¹ O qual poderá ser muito diferente do custo de aquisição registado contabilisticamente no Património.

Município da Maia

- b) embora a “otimização total” da relação cobertura/risco dificilmente será conseguida, nunca será demais referir que as apólices remetem para o segurado a responsabilidade pela determinação do valor dos bens seguros, o que implica um trabalho acrescido e atenção redobrada; e
- c) apesar do objetivo principal ser diminuir a probabilidade de que possa estar em causa a salvaguarda dos ativos do Município (em caso de insuficiência de capitais cobertos ou de não inclusão da totalidade dos bens), este trabalho pode também conduzir, em sentido inverso, à diminuição de pagamento de prémios desnecessários (se o valor dos bens seguros for superior às coberturas das apólices, ou as apólices contemplarem riscos inexistentes / desnecessários).

Nunca será demais lembrar que, se os encargos com os prémios serão certos e facilmente calculáveis, o risco, constituindo um dos elementos essenciais do contrato de seguro, tem naturalmente e apenas de ser possível, ser futuro e ser incerto.

11 Execução Orçamental (final do 1º Semestre/2016)

Como aspetos mais relevantes destacamos os seguintes:

- i) Receitas Correntes – o nível de execução ascende a cerca de 53%, com especial destaque para os Impostos Diretos (53%), para os Impostos Indiretos (67%), para Taxas, Multas e Outras Penalidades que apresentam níveis de execução de cerca de 44% e para a Venda de Bens e Serviços com uma execução de 62%. No 1º Semestre/2015 a situação era semelhante;
- ii) Receitas de Capital – o nível de execução ascende a cerca de 47% (executados cerca de 358 k € para um orçamento anual de 770 k €). Para a execução do Semestre contribuíram essencialmente as transferências de Capital efetuadas pela Administração Central (cerca de 320 k €). No 1º Semestre/2015 o nível de execução ascendeu a cerca de 57%, para um orçamento anual de 21,8 M €, para o qual contribuiu o empréstimo contraído no valor de 9,2 M € para aquisição de terrenos que integram a TecMaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.;
- iii) Despesas Correntes – o nível de execução ronda os 43% (idêntico no final do 1.º Semestre/2015). Nesta execução destaque para a aquisição de bens e serviços, cuja execução ascendeu a cerca de 44% do orçamento anual e para as transferências correntes, cuja execução ascendeu a cerca de 39%; e
- iv) Despesas de Capital – apresentam um nível de execução de 32% (cerca de 7,3 M € face a um orçamento de 23 M €).



Município da Maia

12 Endividamento

A Lei 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2014, apresenta uma nova forma de cálculo para o endividamento, face à anterior Lei das Finanças Locais. De acordo com o diploma vigente, a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a dos Serviços Municipalizados, das Entidades Intermunicipais e as Entidades Associativas Municipais, das Empresas Locais e Participadas que se encontrem em desequilíbrio de contas, das Cooperativas e Fundações, todas na proporção da participação, bem como das Entidades de Outra Natureza em que haja controlo ou presunção de controlo, não pode ultrapassar, em 31 de Dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

À data de 30-06-2016, a dívida total de operações orçamentais do Município (entendido aqui como Grupo Municipal), excluindo os montantes ainda não realizados para o FAM, ascende a 93,9 M €. Ascendendo o limite global estabelecido para a dívida total a 104,7 M€, existe uma folga disponível de aproximadamente 10,8 M €. O valor da dívida total incorpora o efeito da alteração da contabilização da cessão de créditos das rendas de habitação social, em resultado da recomendação do Tribunal de Contas. O efeito desta alteração no endividamento ascende a 13,6 M €.

13 Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento

O Município possui uns Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento (SMEAS), organismo dotado de autonomia administrativa e financeira, cujos documentos contabilísticos evidenciam, no final do 1º Semestre/2016 um Ativo no montante de 68.253.541 €, Fundos Próprios de 32.382.892 €, incluindo um Resultado Líquido do exercício de 376.431 €, e um Passivo de 35.870.649 €, incluindo neste último Proveitos Diferidos no montante de 13.994.746 €. No final do 1º Semestre/2015 os dados referentes aos SMEAS da Maia eram os seguintes: Ativo: 68.408.519 €; Fundos Próprios: 31.527.874 €; Resultado Líquido do Período: 352.835 €; e Passivo: 36.880.645 €.

Neste 1º Semestre/2016, o grau de execução orçamental da receita dos SMEAS atingiu 36,8 % (7.825.133 € num orçamento anual de 21.275.516 €) e a despesa paga ascendeu a 7.116.157 € (representando 33,4 % do valor do orçamento anual). Estes Serviços não se encontram evidenciados contabilisticamente nas contas semestrais do Município.

Município da Maia

Agradecemos a disponibilidade e colaboração prestada pelos Serviços do Município e Órgão Executivo, e apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Luis Manuel Moura Esteves, ROC



maia

CÂMARA MUNICIPAL